

10ª entrevista: 23.03.81

L.H. - Nós estávamos contando os fatos mais profissionais, no Recife, e agora o senhor ia nos contar fatos mais externos sua vida.

A.C. - Antes de entrar nisso eu queria dizer o seguinte: nós ouvimos o discurso...¹ Não sei se seria o caso de voltar um pouquinho para conversarmos sobre isso. A impressão que me deu o discurso realmente esta que o senhor nos apontou, de que o general Mamede teria, no fundo, reeditado um pouco os termos do discurso do general Canrobert.

Dizer em novembro as mesmas coisas que o general Canrobert tinha dito em agosto tomava uma dimensão diferente, muito mais explosiva.

A.M. - Exato. Não tenho a menor dúvida de que o Mamede merecia a punição. Foi uma punição muito certa para seu discurso. Mas ele não tinha outra saída. É o que eu digo: foram as circunstâncias que levaram a isso.

O discurso do Canrobert forte. Mas se vissem o ambiente e ouvissem o tumulto... O edifício do Clube do Aeronáutica, ali perto da praça XV regurgitava de oficiais, todo mundo querendo fazer alguma coisa. Era um pandemônio. Nessa hora, um discurso água com açúcar não resolveria. Mas o Canrobert estava realmente estomagado. Ele tinha o seu ressentimento, mas era muito equilibrado e, principalmente, tinha muito prestígio. Vejam o elogio que ele fez ao Lott, no próprio discurso. Ele se referiu aos ministros militares... As reivindicações que ele apresentou eram as que todo o Brasil pedia. E dentro do Exército, numa fase de crise como aquela, todo mundo também já entrava, sem querer, nos temas políticos. Então, era preciso dizer alguma coisa para poder ter a oficialidade segura, senão... explodia.

A.C. - E me ficou a dúvida: seria passível de punição aquele tipo de discurso no Clube da Aeronáutica?

A.M. - Aquele discurso, não. O Canrobert era chefe do EMFA; portanto ele estava subordinado diretamente ao presidente.

L.H. - Se alguém tivesse que puni-lo seria o presidente.

A.M. - Seria o presidente, que era o Café Filho.

L.H. - Mas o senhor acha que o discurso continha motivos para punição?

A.M. - Um militar não pode fazer declarações de ordem política em público. É regulamento disciplinar. Mas naquela ocasião... O regulamento tem que ser interpretado. Era muito mais lógica a punição do Canrobert...

A.C. - Aí não seria punição, seria demissão, simplesmente.

¹ A entrevistadora refere-se ao discurso do então coronel Jurandir de Bizarria Mamede proferido em 1 de novembro de 1955, por ocasião do sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa.

A.M. - Poderia ser uma punição que importaria numa demissão e, imediatamente, numa convulsão no Brasil Inteiro. Não tenha dúvida nenhuma de que, nessas horas, ou a gente age com bom senso ou o circo pega fogo.

A.C. - Numa crise política, a política predomina.

A.M. - E naquele tempo os políticos da UDN estavam todos revoltados e falando no Congresso. O ambiente era nas ruas, no Congresso, nos jornais, nos meios militares... Era um ambiente...

A.C. - Fiquei também com uma impressão muito forte de que ele estava dando um puxão de orelhas no Juarez...

A.M. - Estava... Não tenha dúvida.

A.C. - ... porque ele disse que lamentava o fracasso de um candidato de união nacional.

A.M. - Exato, porque eles tinham feito o compromisso de que nenhum dos três se apresentaria e o Juarez tinha depois aceito a indicação do seu nome. "Esse moço", esta foi a expressão que ele teve para mim.

A.C. - Exatamente, porque lá ele diz claramente: "Acho que o problema só seria resolvido com um candidato de união nacional, que não foi possível." E aí ele defende a tese da maioria absoluta. Mas a tese da maioria absoluta naquele momento ainda não tinha, por trás dela, o Juscelino eleito, tinha o Juscelino candidato. Agora, quando o Mamede defende isso...

A.M. - já era uma tentativa, vamos dizer, legalista, de evitar a posse de Juscelino.

A.C. - Mas o Juscelino ainda não estava eleito.

A.M. - Não, mas todo mundo sentia que apoiado, como estava, pela máquina do PSD, sairia ele vencedor, e que o Juarez não tinha condições. Nós todos estávamos apoiando o Juarez, mas sabíamos que ele não tinha condições.

A.C. - Agora me parece que a explicação histórica fechou: esse candidato de união nacional, na verdade, era o Etelvino Lins, que tinha sido um candidato... entendimentos com o Cordeiro de Farias...

A.M. - Sobre o qual não havia grandes... Era um político pernambucano; mais tarde conheci-o de perto. Era conhecido no Nordeste e, como sempre, lá ele tinha os seus partidários e os seus adversários. Mas, no quadro político brasileiro ele era respeitado. Era um homem contra o qual não pesavam acusações maiores: só do ponto de vista político, mas isso tinha expressão muito pequena, de maneira que seria possível partir para um nome como o do Etelvino. Não havia grande força em torno de um candidato militar. O militar geralmente não aceita um militar na presidência, embora tivéssemos votado no Juarez, no Eduardo... Eu não votei no Lott.

A.C. - O senhor votou no Dutra?

A.M. - Não, votei no Eduardo.

A.C. E o Etelvino ainda tinha a seu favor um fato muito curioso: ele tinha unido a UDN ao PSD, como candidato ao governo do estado, em 1952, substituindo o Agamenon.

A.M. - Ele era muito hábil.

A.C. - Ele tinha essa capacidade de congregação.

L.H. - Eu queria fazer uma última perguntinha: o senhor sentiu no Mamede algum interesse, algum propósito de utilizar esse discurso com um caráter provocativo de dar uma estocada no Lott?

A.M. - O discurso do Mamede, que foi redigido por ele quase que isolado, chocou todo mundo. Não sei até onde o Mamede estaria ligado hipótese de retirada do Lott.

L.H. - Combinado com o Newton Reis, portanto?

A.M. - Talvez. São hipóteses que estou levantando por causa daquela frase do Newton. Eu estava fora, no Ferroviário. Mas o Mamede, o Newton, o Golberri, o Geraldo, todos estavam lá na Escola Superior de Guerra.

L.H. - Quer dizer, possível que houvesse alguma... manobra combinada?

A.M. - É possível. Eu, lá em Niterói, não estava com o mesmo contato que anteriormente tinha com eles. Depois, a morte do Canrobert foi uma coisa muito brusca, e eu fiquei muito mais ligado aos problemas da família do que parte do enterro, do discurso. Dessa parte, eu fugia um pouco. E eu, naquela ocasião, não fazia parte da direção do clube. Várias vezes eu estive na diretoria do clube, mas não nessa ocasião.

L.H. - O Mamede, se não me engano, era primeiro secretário do clube nessa época.

A.M. - Era, e ele, como secretário, que falou.

A.C. - Isso justificava que ele tivesse feito o discurso.

A.M. - Então, agora, nós podemos voltar ao Recife.

L.H. - O senhor nos tinha contado fatos de sua vida profissional etc. Agora, nós íamos começar a falar de aspectos externos. Como a sua instalação no Recife? Foi muito facilitada pela presença da família de sua mulher?

A.M. - No Recife, me ambientei rapidamente por três motivos. Primeiro cheguei lá e fui recebido pela família e pelos amigos de minha mulher, pelo círculo das relações anteriores.

Depois, eu tinha as relações que naturalmente se fazem, através dos cargos que se ocupam. Eu, como comandante do CPOR, tinha contato com várias autoridades do estado: o reitor, os diretores de faculdades, elementos do governo do estado...

E, finalmente, eu tinha as ligações dentro do Exército propriamente. Além disso pelo meu temperamento, rapidamente encontrei outros elementos, com os quais acabei tendo relações.

Para não ficar muito longo, porque acabei conhecendo todo mundo no Recife e lá no Nordeste - todo mundo... muita gente -, quero só contar...

Quanto ao círculo de relações de minha mulher, Virgínia, quando solteira, no Recife, fez o curso no Colégio das Dorotéias, freqüentado pelas moças da melhor sociedade local. Então, ela tinha um círculo de relações muito bom. Depois disso, ela fez o curso de letras e mais tarde se aperfeiçoou em biblioteconomia. Ela foi aluna diletta do Edson, que foi organizar a Biblioteca de Brasília. Ao mesmo tempo, ela foi trabalhar no Arquivo do Estado, com o Jordão Emerenciano, e fez muito boa amizade com ele, que era um dos intelectuais da terra. Ela trabalhou como bibliotecária na Universidade Rural, onde o Nelson Chaves era professor. E ela foi secretária e bibliotecária...

A.C. - O Nelson Chaves era médico, não era?

A.M. - Era. O maior dietista do Brasil. Ela fez muito boas amizades lá na Universidade Rural.

Ao mesmo tempo, ela foi chefe da LIC - Liga Independente Católica -, de moças. Virgínia tinha um conhecimento imenso no meio católico do Recife. Isso fez com que eu chegasse e herdasse rapidamente todos os seus conhecimentos.

Virgínia tinha um irmão químico, um engenheiro eletricitista e esse mais moço, que estava terminando o curso. Uma de suas irmãs casada com o Samuel MacDowel, que hoje cientista, professor de física teórica na Universidade de Yale, um homem de uma inteligência fora do comum. Esse homem extraordinário. Tinha uma outra irmã casada com um médico novo, que acabou sendo reitor em Minas Gerais, o Marcelo Coelho. Isso importante, porque um dos irmãos do Marcelo o Germano Coelho, do MCP, Movimento de Cultura Popular... Para mostrar como as coisas se armam.

A.C. - Qual era a família dela?

A.M. - Ramos da Silva. O pai dela foi um homem que começou a vida pobre. De Alagoas, foi para o Recife, foi subindo, subindo e acabou sendo o organizador da Escola de Comércio. Naquele tempo não havia Escola de Economia, havia a Escola de Comércio, que fazia a parte de contabilidade. Foi professor do João Santos. Eu conheci depois o João Santos, que me relatou muito da vida dele. E o seu Hermes, como ele era conhecido, ficou até que se aborreceu lá. Teve uma briga, então largou tudo e foi viver da sua especialidade. Ele era o maior contador que existia no Recife. Então, foi trabalhar em duas ou três firmas, fazia a parte de contabilidade de uma porção de outras firmas e organizou a sua firma. Minha mulher perdeu a mãe muito cedo, e ela que ficou, como irmã mais velha, tomando conta das irmãs mais moças. Eram cinco. A mais moça um pouco sua filha. Até hoje ainda vive lá em casa, um pouco filha. Então, esse o ambiente familiar.

Agora, vou falar das relações de amizade. Entre as relações de amizade que eu vim a encontrar, estão no meio católico, o padre Daniel, um homem inteligentíssimo, benquisto,

de uma enorme capacidade de convencimento, profundamente piedoso e meio... O padre Daniel era querido por todo mundo no meio católico. Ele morava com a Anita Paes Barreto e a irmã, Lurdinha Paes Barreto, que tomavam conta dele, porque ele não podia viver sozinho... Como a Anita, a Lurdinha - e a mãe - eram muito amigas de Virgínia, eu conheci o padre Daniel.

A grande amizade de Virgínia era com a Lurdes de Moraes, que era irmã daquele meu companheiro Moraes e era diretora da Escola de Serviço Social.

Outra grande amiga, Dolores Coelho, professora da Escola de Serviço Social. Vim a conhecer a irmã do Etelvino, a Terezinha Lins de Albuquerque, que era muito amiga de Virgínia.

Havia ainda naquela ocasião três nomes em torno dos quais se discutia muito, no Recife: Arrais, que era cunhado e secretário do Cid; Pelópidas Silveira, que era prefeito, e Antônio Baltar, conhecido por Tuinho Baltar, que era vereador. A irmã do Baltar, Maria José, era muito amiga de Virgínia. Conheci muito a Maria José e dona Otília, sua mãe. O Baltar tinha idéias esquerdistas. Eles eram considerados os esquerdo-comunistas. Não sei até onde ia o comunismo deles, mas eram evidentemente esquerdistas, todos três, e de grande penetração no meio, principalmente o Tuinho Baltar. O Antônio Baltar era professor na Escola de Engenharia e tinha uma influência brutal no meio estudantil. Então, vim a conhecer esses três homens principalmente o Tuinho Baltar e menos o Pelópidas. Com o Tuinho Baltar tive muitas relações, tanto que mais tarde, quando estive em Natal, numa das vezes em que ele foi fazer uma conferência lá se hospedou em minha casa.

Dentro desse grupo e desse ambiente, surgem vários fatos importantes. Um, o que está dentro da concepção católica de grupos de casais e de discussões. Havia um grupo de casais de que eu fazia parte, junto com Virgínia. Estive me lembrando de alguns desses grupos. Havia Aloísio e Dosa (não me lembro do sobrenome). Dosa era prima do Paulo Freire e muito influenciada por ele. E o Paulo Freire foi, inclusive, fazer umas duas ou três palestras para esse grupo de casais. Tive várias discussões com o Paulo Freire nessa ocasião. Não sei até onde comunista, mas que ele de esquerda, meio comuna, é. Não tenha dúvida nenhuma. Tivemos discussões muito grandes. A Dosa, depois, sofreu tremendamente na revolução. O Aloísio e ela foram presos, e eu tive que interferir para liberá-la.

Havia o Joaquim Arcoverde com a mulher, Mita; o Salsa, que era um engenheiro, com sua mulher; o Gilberto Freire Costa, sobrinho do Gilberto Freire, com a mulher, do Carmo. Nós tínhamos reuniões freqüentes, onde discutíamos os problemas de vida ambientais e também sociais. Discutíamos o meio do Recife e da Zona da Mata, que estava efervescendo. Essa efervescência já existia anteriormente, mas estava num crescendo tremendo em 1959 e 1960.

L.H. - É interessante, porque esses grupos católicos de encontros de casais, depois os cursilhos, essa coisa toda, são mais uma manifestação da Igreja pós-conciliar, mas lá...

A.M. - Não, foi antes.

L.H. - Isso o que eu estou reparando. lá já existia, antes da proliferação decorrente da Igreja pós-conciliar.

A.M. - Quanto parte de religião, nós nos pegávamos nos padres que tinham maior prestígio naquela ocasião, inclusive o padre Daniel. Havia um outro padre muito inteligente, que às

vezes nós convidávamos para comparecer, para debatermos os problemas da Igreja e os problemas sociais. já naquele tempo a Igreja, lá no Nordeste, estava começando a olhar para o lado social.

Vim a conhecer o lado social no Nordeste naquela ocasião e depois acompanhei: realmente trágico. só um cego não queria lutar pela melhoria das condições. A exploração dos senhores de engenho, daqueles donos de terra, era imensa mesmo, não há dúvida nenhuma. Eu tive depois contato com vários desses homens, alguns equilibrados, alguns como o Z Lopes, meio violentos. Mais tarde, tive, inclusive, que tomar posição. Depois eu conto essa história.

A.C. - O Z Lopes Siqueira Santos? Da Usina Esteliana?

A.M. - Exato. O Armando Monteiro, que depois vai ser candidato... Aliás o velho era uma figura extraordinária e a mãe também era... O Armandinho, o que foi candidato, tinha sido colega de minha mulher. Quando ela esteve na Universidade, Virgínia representou Pernambuco num Congresso da UNE, junto com o Marcos Freire. Conheci nessa ocasião toda essa gente. Eram meninos recém-formados. Então, rapidamente vim a conhecer muita coisa no Recife. Naquela ocasião não havia uma agitação de molde a preocupar. Mas começava a haver uma pregação comunista muito séria no Recife. Aliás já havia, nunca deixou de haver. Quando se lê o livro do Paulo Cavalcanti, por exemplo, ele diz: "A verdade como eu conto..." Ele mente a meu respeito, mas isso outra coisa, que não tem importância. Mas o trabalho comunista no Recife era muito intenso. E eu comecei a sentir, nesses meios em que freqüentava, uns grupos levando o lado social para o lado esquerdista, mais do que para o lado propriamente da Igreja, das encíclicas papais, que olhavam o lado social também.

A.C. - Mas isso posterior, não é?

A.M. - Mas tudo isso por enquanto embrionário. Nessa ocasião deu-se um fato político importante no Recife. Arrais, secretário e cunhado de Cid, já rompido com ele, resolveu se candidatar prefeitura do Recife. Seu aniversário era um ex-prefeito, Antônio Pereira, acusado de malversação de dinheiros públicos na administração anterior. Eu, recém-chegado e sem conhecer o meio, fiquei num dos maiores dilemas da minha vida. E, pela primeira e única vez na minha vida, votei em branco. De um lado, eu não podia votar num homem que tinha acusações de ordem moral. De outro, não podia votar num homem que todo mundo acusava de comunista ou de linha auxiliar dos comunistas. Então, votei em branco, porque não sabia em quem votar. Este era o ambiente que eu vivi no Recife.

A.C. - O senhor falou nesses casais, muito ligados ao senhor e Dona Virgínia. Essas reuniões eram reuniões sistemáticas ou eram...

A.M. - Nós fazíamos sistematicamente umas duas por mês. E mais, ao terminar uma reunião, combinávamos o assunto que iríamos debater na próxima.

A.C. - Havia uma pauta.

A.M. - Havia. Geralmente, sobre assuntos sócio-religiosos.

A.C. - Por exemplo? Eu queria ter idéia, já que a situação, como o senhor diz, era muito embrionária. Parece que havia uma certa organização nesses encontros, que já detectavam preocupações muito sérias.

A.M. - Eu tinha vindo da Escola Superior de Guerra, tinha feito o curso, tinha uma orientação de cinco anos no tratamento de problemas brasileiros, principalmente na área social. Muitas vezes na escola se tratou dos problemas do Nordeste. Então, eu batia nos pontos. Mas a coisa ficava muito personalista, com o Nordeste isolado. Eu entrava com o problema do Nordeste no contexto do Brasil e, ao mesmo tempo, mostrava que esse problema tinha que ser resolvido, porque realmente a estrutura fundiária lá era completamente falha.

Esses problemas eram debatidos, mostrando-se como se poderia atuar, nos meios próximos, para introduzir a doutrina social da Igreja nos problemas sociais do Nordeste.

A.C. - Isso coincide muito com uma tendência que se iniciou logo depois, de organização dos sindicatos rurais. É nessa linha.

A.M. - Nessa linha aí, surgem depois duas linhas(não me recorde mais se foi aí ou na segunda vez que eu fui ao Nordeste): as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Então, dentro desse ambiente, naturalmente há as tentativas de reação contra o *status quo* no campo e surgem algumas iniciativas. Eu não sei se foi bem aí ou pouco mais adiante que apareceu o pequeno advogado, o Julião, que começou a fazer um trabalho de estrutura e defesa dos camponeses.

A.C. - Foi aí mesmo.

A.M. - E começou a fazer um escritório no interior. Não me lembro da cidade, mas era perto do Recife. Aqueles que se sentiam prejudicados pela ação dos chefes, iam a ele, e ele organizava os papéis. Realmente, ele prestou um serviço muito grande. Graças sua ação, tomaram-se medidas de defesa... Ele era comunista, e comunista confesso até hoje, mas, realmente, ele lutou pelo camponês. Com interesses ou não, muito inteligente, ele realmente lutou e estruturou o camponês. E para poder defender o camponês ele organiza...

[FINAL DA FITA 26-A]

A.M. - ... a primeira liga, no engenho Galiléia. E daí começa a irradiação. Às vésperas de 1964, especialmente em 1963, quando eu estava no Nordeste, senti isso na Paraíba e no Rio Grande do Norte. O movimento era contido no Rio Grande do Norte, por dom Eugênio Salles e dom Nivaldo Monte, que hoje o bispo de Natal...

L.H. - Aí o senhor já sentia a igreja atuando.

A.M. - Já. Mas nesse período deu-se um fenômeno interessante. Houve uma reunião pastoral dos bispos do Nordeste, em que eles preconizavam a célebre idéia de defesa do homem do Nordeste. E isso foi aproveitado pelo Juscelino para criar a Codene, que depois se transformou em Sudene.

A.C. - A Reunião dos Bispos de Campina Grande, em 1956.

A.M. - Exatamente. Tinha acabado de haver, mas estava ainda... Cheguei lá em 1958 e senti os frutos. Estava-se organizando a Codene.

L.H. - Na verdade, pelo que o senhor está nos contando, de um lado havia um campo quase que propício a um determinado tipo de pregação, porque a situação social era trágica.

A.M. - Exato.

L.H. - De outro lado, havia um espaço que normalmente deveria ser ocupado pela Igreja - e que o foi mais tarde - mas que estava vazio naquele momento.

A.M. - Completamente vazio. E esse o período em que eu estava chegando lá: de 1958 a 1960.

L.H. - A última preocupação social da Igreja tinha sido na *Rerum Novarum*, uma coisa muito distante, até chegar a João XXIII. Então, no fundo havia um espaço vazio, que foi ocupado naquele momento.

A.M. - É . Naquela ocasião, fiz questão de ir a uma livraria especializada e comprar todas as encíclicas para poder estudar, porque nessas reuniões de casal eu queria estar... Então, me atualizei. Li uma porção de encíclicas anteriores, em que até então nunca me tinha aprofundado. E também comecei a estudar certos problemas de ordem sociológica, para poder atuar nesse meio, porque eu sentia que havia necessidade de uma atuação. Nos meus meios - os meios militares - também tínhamos essas discussões, porque havia a preocupação de ver a mar montante do comunismo, aproveitando aquela massa. Quando discutíamos, eu jogava: "E' preciso, entretanto, atender"... Eu sempre mostrei isso. E havia uma porção de companheiros que sentiam a necessidade do governo dar um apoio àquela massa, que estava realmente abandonada e que o Julião estava pegando.

A.C. - Claro. O senhor não se limitou a constatar que essas massas eram penetradas por uma série de ideologias, mas que se devia fazer alguma coisa.

A.M. - Não tenha dúvida. Eu sempre lutei por essa gente, até o fim.

Mas aí deu-se o problema Jânio. Surgiu a candidatura Jânio. já estávamos no fim do governo de Juscelino.

Jânio surgiu como um candidato destinado a varrer. Como sempre, não existe dentro da máquina governamental possibilidade de evitar os erros e a corrupção. A coisa profunda.

Por mais que o chefe procure, sempre escapa, e isso uma desgraça. Vocês não sabem o esforço que a gente faz quando encontra um caso. Nós mesmos, no Exército, abrimos inquéritos, botamos para fora, mas de vez em quando está surgindo um caso desses. Esses problemas surgem na administração. O Jânio veio com aquela coisa da vassoura, veio a luta do Lott. Naturalmente, como o Lott tinha sido ministro, isso causou um choque no Exército.

já disse e repito: o comandante da região, que era o Djalma Dias Ribeiro, meu amigo, era francamente contra o Jânio e pelo Lott, o Poppe de Figueiredo era contra o Jânio, o Antônio Morais era a favor do Lott. Isso não era conversado nos quartéis. Dentro dos quartéis não se fala em política. Este um princípio com que nós sempre temos muito cuidado.

A.C. - só na hora do almoço.

A.M. - só na hora do almoço, quando está todo mundo trancado, o pessoal isolado e não há circunstâncias.

L.H. - Entre as autoridades militares ali na área, o senhor estava em minoria? digamos assim?

A.M. - Não, não. Estávamos inteiramente divididos e, talvez mais favoráveis ao Jânio do que o Lott. Mas, como eu digo: minha amizade nunca ficou trancada em relação a esses companheiros por causa de divergências políticas. A divergência política não separa. Volto a dizer: a divergência política vai até um ponto, a divergência ideológica que traz problema. Então, mesmo dentro das divergências políticas, nós estávamos unidos na parte ideológica. Quando olhávamos a mar crescente do comunismo no Nordeste, estávamos todos unidos. Quando olhávamos o problema político brasileiro estávamos separados.

L.H. - Mas e a questão do apoio dos comunistas ao Lott? Era meio ostensivo, não era?

A.M. - Mas isso aí uma coisa... Os políticos sempre gostam de tirar um pouquinho o peixe da brasa com a pata alheia. Isso normal.

A.C. - Não foi uma campanha ideológica.

A.M. - Não! Mesmo porque o Lott era católico e anticomunista. O Lott era um homem sério. Ele não iria fazer barganha com os comunistas. O resto exploração: exploração que sempre há. Nesses problemas os políticos adotam, muitas vezes, o lema de que "Vergonha perder eleição", o resto não tem problema... Dentro desse lema tudo possível.

A.C. - E havia uma situação nova: tudo indicava que o Jânio ganharia.

A.M. - O Djalma Dias Ribeiro me levou um livro, de um paulista adversário do Jânio, mostrando que o Jânio era louco. Disse: "Muricy, leia este livro aqui e você vai ver o homem em quem vai votar." Eu li e disse: "Mas eu voto. É preciso mudar. Este estado de coisas aqui não serve." A gente sempre tem a esperança de que mude.

A.C. - Pela primeira vez, havia a chance de deslocar a máquina do Getúlio.

A.M. - Exato. Era aquela coisa que vinha de trás, tudo isso uma continuidade. Eu digo assim: não se pegue o retrato pegue-se o cinema. É muito diferente. O cinema, se entende, o retrato nem sempre se compreende.

A.C. - O cinema ... O senhor quer dizer que preciso ir para trás para entender?

A.M. - Ir para trás e vir para frente, para poder situar aquele retrato no lugar certo. O fato não isolado.

Nessa ocasião, deu-se o maior erro político do Brasil: o Jango poderia, como foi, ser eleito, qualquer que fosse o presidente eleito. Isso resultou na renúncia e nas suas conseqüências.

Esse erro foi corrigido pela revolução. O presidente e o vice-presidente têm que ser do mesmo partido. Aliás, lógico.

L.H. - Situa-se aí um dos grandes problemas da Constituição de 1946: a não vinculação do presidente ao vice-presidente. Se eleito o Jânio, o Milton Campos fosse o vice-presidente eleito, as coisas talvez se passassem de uma outra maneira.

A.M. - O Milton Campos assumiria tranqüilamente.

A.C. - Mas também o contrário verdadeiro: em 1955, o Getúlio morto teria uma réplica dele.

A.M. - É ... são conjecturas. Mas não há dúvida nenhuma: tudo indica que não se pode dar a presidência a um partido e a vice-presidência a um outro, ideologicamente diferente.

A.C. - Antes de entrarmos nesses assuntos, que nos puxam mais para 1964 do que para trás, eu gostaria de conversar ainda um pouco sobre Pernambuco. Como foi o governo do Cid Sampaio? Afinal ele já teve o apoio de grupos de esquerda, e a campanha dele foi muito... O senhor não estava lá, não foi?

A.M. - Na campanha, não. Quando cheguei ele já estava eleito e ia assumir. só estive três meses com o Cordeiro. O Cid já tinha sido eleito.

A.C. - O senhor disse que o general Cordeiro saiu em crise.

A.M. - Saiu em choque com o Cid Sampaio.

A.C. - Como que se interpretava esse choque?

A.M. - O problema aparecia ainda como um choque entre o PSD, máquina de governo, e a UDN, tentativa de romper essa máquina.

A.C. - Não havia um aspecto ideológico?

A.M. - Não, porque, inclusive, quanto posição do Cordeiro, ninguém tinha dúvida. Quanto posição do Cid, ele era acusado de ter trazido o seu cunhado, que tinha idéias de esquerda.

Mas ele nunca se apoiou demais nos comunistas, apesar de ter boas relações com seu prefeito, que era o Pelópidas, um homem de esquerda. Não acho que o Pelópidas fosse comunista. Nos contatos que tive com ele, nunca senti a idéia comunista.

L.H. - Mas o Pelópidas pegou um período com o Cordeiro também.

A.M. - Pegou. Inclusive, o Canavarro Pereira era muito amigo do Cordeiro e do Pelópidas.

A.C. - Então, o governo Cid decorreu... Como que o senhor viveu esse período assim...

A.M. - Foi um período politicamente tranqüilo. Havia a agitação comunista e um pouco de política partidária - isto sempre existe - mas não havia exacerbação alguma. O problema era o ideológico, de penetração no campo, de desenvolvimento das idéias comunistas. Já começavam a aparecer na Igreja certos padres... Quando eu voltei, aí que a coisa tomou... E eu tive contato com Dom Carlos Coelho. Esta outra coisa, que vai aparecer mais adiante.

A.C. - O senhor teve a sensação de um governo dinâmico, modernizante?

A.M. - Ele procurou fazer. Ele era um usineiro, tinha grande receptividade do empresariado de Pernambuco e, naturalmente, ficou ligado a esse meio até o fim. A política que ele fez foi ligada a esses meios empresariais, de uma maneira geral. Não houve destaque maior. Não me recordo de uma coisa maior para um lado ou para o outro. Foi um governo num período de agitação, mas sem grandes exageros para um lado ou para o outro.

L.H. - Essa situação calamitosa que o senhor encontrou no campo, por exemplo, o Cid tentou, de alguma forma, minorar...

A.M. - Esporadicamente, porque ele era um usineiro ligado aos usineiros. Ele nunca lutou, porque iria lutar contra a sua própria classe. Mas havia áreas de uma tranqüilidade imensa. Por exemplo, o Pitribu tinha uma das mais belas usinas de Pernambuco. O homem que tinha a maior rentabilidade em Pernambuco, em matéria de produção de cana, era o Pitribu. Era uma pessoa muito boa. Perdi o contato com ele.

A.C. - Qual era a usina dele?

A.M. - Era a usina Pitribu.

A.C. - Dom Hélder estava lá?

A.M. - Dom Hélder estava aqui no Rio, como bispo-auxiliar de dom Jaime.

A.C. - Fazendo esse trabalho de favelas.

A.M. - Sim. Houve aquele problema da Cruzada São Sebastião, ali no Jardim de Alá.

Mas agora vem um problema de que eu ia me esquecendo. Pouco depois de eu chegar a Pernambuco, a Escola Superior de Guerra promoveu uma viagem de instrução para lá. Nessa ocasião, veio com a turma o Ademar de Queirós que estava fazendo o curso. Então,

voltei a me inteirar de como estava aquela antiga conspiração contra o Juscelino e o Ademar me mostrou que a coisa estava amorfa, não tinha consistência. Era uma dessas coisas que tinham virado obra de santa Ingrácia: não tinha começo, não tinha fim, era uma coisa sem expressão, e ele já estava desinteressado, embora continuasse a manter as ligações com o grupo dele. Lá em Pernambuco, os homens que se ligavam a esse movimento eram, de um lado, o José Maria de Andrada Serpa, que tinha sido exilado para Caruaru, na serra de Caruaru, e o Comandante do Grupo de Olinda, o homem da corrida de 7 de setembro, do fogo sagrado, e o presidente, ou coisa que o valha, da Liga de Defesa Nacional. Isso só para mostrar que naquele momento aquela questão de Juscelino, com o governo já avançado, não existia mais. Apesar disso, se deu Aragarças, quando eu estava em Pernambuco. Constitui surpresa para todos nós, porque aquilo era uma coisa absolutamente louca, sem nenhuma consistência, não tinha nenhuma ligação. Inclusive, depois foi feito um grande inquérito, para ver até onde Aragarça tinha infiltração nas três armas. E em Pernambuco sentiu-se esse problema do Z Maria, mas foi uma coisa sem consistência, de maneira que não houve problema nenhum e o inquérito não deu em nada.

A.C. - O Z Maria tinha algum contato com eles?

A.M. - Não com esses. Tinha com o outro problema, geral, ligado ao Ademar. Era aquela conspiração antiga, a que eu tinha estado ligado. O Ademar mesmo me disse que a coisa estava praticamente liquidada.

A.C. - O Juscelino conseguiu apaziguar um pouco os ânimos.

A.M. - Ele foi organizando aos poucos. O Juscelino, não sendo rancoroso, conseguiu amenizar, não eliminar, muitas das situações contra ele. Inclusive, logo em seguida, ele deu anistia ao pessoal de Aragarças.

A.C. - Inclusive, levou o Nelson de Melo para a Casa Militar, o que já era um sintoma de apaziguamento.

A.M. - O Nelson de Melo era ligado a todos nós. Então, o Juscelino foi procurando fazer um apaziguamento permanente. Deu-se aquele problema da minha promoção. Quando ela veio, fui classificado em Cruz Alta. E aí começou um outro período da minha vida.

L.H. - A questão da mudança da capital para Brasília mobilizou muito os militares em geral?

A.M. - Havia muita discussão. A questão de Brasília mobilizou, primeiro, quanto escolha do local. Ainda ao tempo do Dutra, houve uma comissão que escolheu o general Djalma Poly Coelho para presidir um grupo de trabalho de geógrafos, entre os quais Leo Weiber, um grande geógrafo alemão que tinha sido contratado pelo Conselho Nacional de Geografia. Vim a conhecê-lo e me tornei seu amigo. Mais tarde, Fábio Macedo Soares Guimarães fez parte dessa comissão. Então, eu estava permanentemente em contato com ela. Depois, na Escola Superior de Guerra, houve várias conferências secretas, porque o general José Pessoa, chefe da comissão, tinha um cuidado imenso de não revelar onde ia ser a capital, para evitar as aquisições apressadas de terras para especulações imobiliárias.

A.C. - Quer dizer que o José Pessoa foi o responsável na área de segurança ?

A.M. - Não, ele foi indicado pelo Café Filho para presidente da Comissão de Localização da Nova Capital. Ele reunia elementos e todos tinham o compromisso de não abrir a boca. Inclusive, um dos meus irmãos, que trabalhava numa empresa de levantamento aerofotogramétrico, tinha o juramento de não abrir a boca. Havia três áreas: a da chapada dos Viadeiros, onde hoje se localiza Brasília; do Triângulo Mineiro; e a área do costão de Goiás para Minas Gerais. E havia discussões sobre qual das três era a melhor para a Capital. Não sei se foi escolhida a melhor, porque eu não tinha base. Mas, de qualquer maneira, isso ficou solucionado quando o governo escolheu a chapada dos Viadeiros. Desapropriou aquela área, mas colheu de surpresa os especuladores. Mas aí começou a construção de Brasília, em caráter acelerado e de maneira faraônica e desesperada. Levava-se cimento de avião para lá. Então, o custo de Brasília foi uma barbaridade. Dizem que alguém perguntou a Israel Pinheiro: "Por que que o senhor não lutou para a capital ser em Minas?" E ele respondeu: Não, Minas, não. Aí a gente ia perder uma parte do território. Mas sendo a capital em Goiás, tudo passa por Minas". Atribui-se essa frase a Israel Pinheiro, que era o chefe da construção de Brasília. Verdadeira ou não, pelo menos interessante.

No Exército discutia-se o assunto, mas discutia-se tecnicamente. O que depois ficou foi o custo exagerado de Brasília. Desse, todo mundo reclamava, porque o Brasil estava descapitalizado e gastando uma fortuna mirabolante. A maioria era partidária de uma construção progressiva. E havia o esvaziamento possível do Rio de Janeiro. Então, como o brasileiro carioca desde que venha morar no Rio de Janeiro, todo mundo defendia o Rio, não se conformava com o fato da cidade perder a sua condição de capital da República. Todos esses problemas criavam discussão, mas nunca vi grande profundidade. A maior acusação contra o Juscelino, que reforçava as antigas acusações contra a sua probidade, era quanto ao problema da construção de Brasília.

É realmente houve desperdício. Segundo um cunhado meu, que trabalhava numa daquelas firmas, não havia cuidado nenhum em economizar dinheiro.

A.C. - O senhor disse que a Escola Superior de Guerra se interessou muito por esse problema da localização da capital. O senhor pode nos falar um pouco sobre isso, se houver dados relevantes? Este um interessante problema geopolítico.

A.M. - A Escola, a cada ano, pega uns tantos problemas brasileiros - para serem analisados, estudados. Naquela ocasião - acho que 1954 estudou-se o problema da mudança da capital. Já havia a comissão encarregada do estudo. A Escola chamou vários conferencistas, todos homens de grande valor, para poder... Inclusive, esse Léo Weiber fez uma conferência na Escola.

L.H. - Que motivos eram apresentados para a mudança da capital?

A.M. - Era uma necessidade. A capital no litoral naturalmente atraía para lá a evolução do Brasil. Do ponto de vista estratégico-militar, vamos dizer, havia, naquela ocasião, uma limitação navegação aérea. Então, uma capital no interior seria menos vulnerável do que uma capital beira-mar.

Ao mesmo tempo, havia necessidade de conquistar o interior do Brasil, particularmente a Amazônia. Então, uma capital centrada, como Brasília, seria um pólo que permitiria unir o Brasil. Isso de fato, se verificou com as linhas penetrantes, o que não se deu com as linhas transversais. Mas as linhas penetrantes, como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Porto Velho e tudo isso, trouxeram a Amazônia. Ao mesmo tempo, Brasília aproximou Mato Grosso e Goiás de Minas, São Paulo e Rio, que formavam o triângulo mais desenvolvido do Brasil.

Além disso, a agitação política levaria os políticos que estariam vivendo em Brasília, a ficarem despreocupados dos problemas locais. Acusavam-se os políticos brasileiros de estarem muito influenciados pelo que acontecia no Rio de Janeiro e um pouco por São Paulo. Minas já era menos e o resto do Brasil...

Então, o que se dizia era que a ida para Brasília faria com que os políticos vissem o Brasil de longe, com uma perspectiva diferente, capaz de integrar num só conjunto os problemas nacionais, o que uma verdade também.

A mudança trouxe um inconveniente: isolou os políticos. Mas naquela ocasião eu não me lembro de ter havido nenhuma polêmica em torno do isolamento de Brasília.

A.C. - O problema de segurança pesava muito, não é?

A.M. - Era um problema de segurança no seu todo, não só da parte militar, como na da integração do Brasil. O Brasil era, naquele tempo, um arquipélago.

Eu vou contar um episódio. Quando eu estava na Escola Superior de Guerra, em 1952, nós fizemos uma viagem Amazônia. Saímos de avião do Rio - naquele tempo era o DC-3 - fomos a Belo Horizonte e, dali, a Goiânia, que estava começando. De Goiânia, fomos a Cuiabá, de lá a Porto Velho, de Porto Velho a Manaus. De Manaus fomos a Santarém rapidamente, prosseguimos para Belém, de lá, fomos a Macapá e depois descemos pelo litoral.

Naquela ocasião, Porto Velho era fim de linha. Toda a vida do Acre, onde hoje Rondônia e do norte de Mato Grosso se fazia através de Porto Velho. Os comboios eram marítimos. Saíam do triângulo central, Rio-São Paulo, principalmente, e Minas, subiam até Belém, em Belém faziam transborde para pequenos navios, seguiam até quase a região de Manaus onde desemboca o rio Madeira, subiam o Rio Madeira, para chegarem a Porto Velho. Em Porto Velho havia uma espécie de centro de distribuição. Era o empório daquela região, de onde saíam todos os produtos para o Acre, para Guajar -Mirim e para o norte de Mato Grosso.

Em princípio, um produto que saísse do Rio de Janeiro chegaria a Porto Velho em dois e meio a três meses: isso, andando depressa.

Com a transformação atual, Porto Velho ficou de seis a oito dias de viagem de São Paulo. Porto Velho deixou de ser fim para ser começo. Hoje Porto Velho irradia não mais para o sul, mas para o norte. Então, nós vemos os caminhões que passam por Porto Velho, que vão a Manaus, depois embarcam e vão bater em Santarém, até às vezes em Belém.

há uma transformação e houve uma conquista: Porto Velho ficou absolutamente integrado ao território brasileiro. O mesmo se dá com Guajar -Mirim, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e por aí a fora.

Essa uma das importâncias da criação de Brasília, que hoje também está ligada ao resto do país. É preciso sentir que o Brasil se transformou. Hoje ninguém tem idéia do que era o Brasil que ninguém conhecia e que não se chegava lá antes de dois, três meses.

A.C. - A Escola Superior de Guerra discutia tudo, mas eu acho que havia alguns grandes temas nacionais que eram mais importantes do que outros. Um deles era o problema de energia. Mas outro parece ter sido o problema de integração da Amazônia.

A.M. - Foi um deles. Inclusive, para o preparativo dessa viagem, ouvimos uma porção de conferencistas sobre a Amazônia e o problema da borracha. Houve grandes discussões entre o Banco da Borracha e o pessoal do instituto não-sei-o-quê da Amazônia, conhecedores daquela área. O Gileno de Carli, que era do Banco da Amazônia e mais um grande... Esses homens chegavam e debatiam o problema. Quanto ao problema da borracha, havia os que se batiam pela borracha em plantação extensiva e os que se batiam pelo sistema de exploração intensiva. Era uma briga, uma discussão ... enorme. Ia-se perder dinheiro... O Ford já tinha perdido sua plantação...

[FINAL DA FITA 26-B]

A.M. - ... de Fordlândia. Nós estivemos em Fordlândia. Subimos o rio Tapajós, no Lobo Dalmada, um daqueles navios da...

A.C. - E essa idéia de arquipélago foi uma imagem que marcou muito essas discussões, não foi?

A.M. - Foi uma imagem que marcou toda minha geração. Este um dos pontos da Geopolítica do Brasil do Golberi. Tem-se que solucionar o arquipélago. Aliás, durante a guerra, o João Alberto já tinha procurado fazer a conquista interior da Amazônia. Foi infeliz, porque naquela ocasião ainda não havia preparo logístico suficiente para ele subir o interior do Brasil. Mas a idéia antiga.

Na Primeira Guerra, quando houve os bombardeamentos e afundamentos de navios, a ida de tropas para o Nordeste era um problema trágico. A maioria saía do Rio e ia de estrada de ferro até Pirapora; num navio, ia até Juazeiro e Petrolina; lá, o Exército construía uma estrada que ia pegar depois a grande central de Pernambuco, para chegar ao Recife. Mais tarde fez-se a ligação de Morro Azul, permitindo que a estrada de ferro fizesse uma viagem contínua do Recife a Belo Horizonte. Isso aí levava quase um mês. Então, esses problemas de integração já vinham de muito tempo.

Porque no início do anos 50 começaram a aparecer os problemas internacionais sobre a Amazônia, sentiu-se a necessidade de impedir que a Amazônia deixasse de ser brasileira. Inclusive, havia uma idéia de internacionalização da Amazônia. Este foi um dos problemas debatidos, mostrando a necessidade de integrar a Amazônia no território brasileiro.

A.C. - Como que isso repercutiu? Essa idéia de internacionalizar a Amazônia era uma proposta americana?

A.M. - Era uma proposta do Roosevelt... Não; dele foi a das grandes bacias. Foi algum senador que tentou. Aquilo era uma reserva mundial, não devia ficar só com o Brasil e os países limítrofes da Amazônia; aquilo deveria estar trabalhando para a humanidade como pulmão do mundo. Então, houve quem defendesse essas idéias nos

diversos órgãos internacionais. E aí houve uma reação. Houve unanimidade em torno da idéia de conservar, de qualquer maneira, a Amazônia brasileira, na nossa parte.

A.C. - Esse foi um tema da campanha presidencial de 50 de Getúlio.

A.M. - A escola pegava os grandes temas nacionais e debatia. Não chegava a conclusões, mas dava elementos para que o governo pudesse, depois, pegar os dados para trabalhar.

A.C. - Quando eu falei que a escola se ocupava muito de energia o senhor teve uma reação qualquer. O senhor não concorda?

A.M. - Não, a escola se ocupava. Mas já naquela ocasião o problema de energia girava em torno de petróleo. Eu me lembro de algum conferencista que chegou lá e gritou tremendamente, porque 80% da energia brasileira era da lenha. Hoje está-se voltando para a lenha. Como as coisas mudam! Hoje está-se querendo reflorestar para tirar energia. Eu me lembro que esse conferencista mostrou que 80% da energia brasileira era da lenha, uns 15% hidroelétrica... e... era um Brasil diferente.

A.C. - O governo Juscelino investiu muito em energia e transporte. Isso deve ter sido um tema que também sensibilizou.

A.M. - Tudo isso era discutido, porque os problemas nacionais eram debatidos. E debatidos, como eu disse, sem partidatismo político. Havia só a política brasileira.

A.C. - Mas na medida em que Juscelino investiu muito em energia e transporte, essa política foi bem-acolhida?

A.M. - É preciso pensar o seguinte: tinha havido, no tempo do Dutra, o célebre Plano Salte. Foi a primeira vez em que se pensou em fazer uma planificação no Brasil. O Plano Salte não deu grandes resultados porque ainda não havia uma infra-estrutura brasileira capaz de levá-lo à frente. Depois veio o Plano de Metas, qm que Juscelino se fixou em duas. E nós, na escola, sabíamos que elas eram importantes, mas também sabíamos que no Brasil todos os problemas são importantes. O que é preciso é dar prioridade, num determinado momento, a este ou àquele.

Então, se economicamente o problema de energia e transporte era importante, sociologicamente o problema de saúde e de educação era muito mais. É preciso ver o ponto de vista em que a gente se coloca para analisar o programa. Isso é que é capital entender. Compreendíamos, e nós, militares por formação, nos interessávamos profundamente pelo problema de energia e transporte. Mas sentíamos também que do ponto de vista político e social o problema de educação e saúde tinha grande prioridade.

A.C. - Neste ponto o senhor tem razão. No fundo o Brasil, nesses anos todos, investiu muito mais na parte econômica, de infra-estrutura, do que na parte social. Tanto a parte de educação quanto a de saúde estão muito aquém do desenvolvimento econômico.

A.M. - E esse é um dos problemas que ainda giram. A questão é esta: o dinheiro é curto para atender a todas as necessidades brasileiras. Então, é o problema de prioridade. Hoje

um determinado assunto deve ter prioridade; amanhã, deve perdê-la em relação a outro. O que não se deve é ser rígido, dogmático. Tem-se que compreender que a vida muda e que os problemas perdem ou ganham importância, conforme o momento que se vive.

L.H. - Eu me lembro de que quando o Castelo era diretor de estudos da escola, a questão da energia nuclear foi muito debatida numa conferência.

A.M. - Eu já não estava mais lá.

L.H. - Mas eu me lembro. Foi em 1958, quando o Castelo foi diretor da escola, não foi?

A.M. - Mais ou menos. Foi quando houve a espada de ouro. Um pouco antes.

L.H. - Mas já nesse período a questão da energia nuclear era muito debatida em conferências na escola.

Mas voltando a essa questão de Brasília, o que o senhor nos disse é que quanto à necessidade da nova capital não se discutia.

A.M. - Exato. O grande ataque foi à forma como Brasília foi feita. E eu fui um dos que foram contra essa urgência e a forma faraônica com que se construiu Brasília. Hoje a gente vê Brasília, realmente... Tudo isso... mas à custa de que? Não se pode fazer, ao mesmo tempo, grandes obras e atender a grandes problemas. Eu faço grandes obras e prejudico outros programas. Foi o que aconteceu com Brasília. A construção de Brasília trouxe como consequência o retardo na ação em outros problemas.

No fim, com o tempo, essas coisas vão-se ajustando. Absorvem-se as despesas inúteis com as úteis e no fim sai uma resultante que, evidentemente, é positiva. Mas não se pode considerá-la como só sendo positiva. Há muita coisa negativa. O que se gastou em Brasília foi uma brutalidade, num país que estava pobre.

Brasília era uma necessidade. Foi construída, entretanto, com desperdício e em prejuízo de certos problemas brasileiros. Essa é a minha definição de Brasília. Ela está aí, é realmente uma coisa interessantíssima, embora seja uma cidade inumana. Em Brasília falta aquilo que existe em toda a parte: a mão do homem construindo a cidade. É uma cidade pré-fabricada.

O Niemeyer e o Lúcio Costa planejaram Brasília sem cruzamentos. É uma cidade para automóveis. Está cheia de sinais de trânsito. O automóvel está comprometido. Naquela parte nova, comercial, é onde se reúne o pessoal. Todo mundo vai para o lago Sul, onde há aqueles centros, lugares de diversão. Quer dizer... O homem tem que aceitar que as coisas vão devagar, que a natureza não dá saltos. Se quiser que ela dê saltos, ele cria problemas, embora jogue toda a inteligência possível para avançar.

L.H. - Como é que o senhor compara Brasília a Washington, que também é uma cidade pré-fabricada para ser capital?

A.M. - Mas saiu de uma cidade que se chamava Georgetown, que hoje é um lugar de vida cara. As casas são antigas. Então, a cidade ficou ao lado de Georgetown. O Distrito de Colúmbia é um centro. Depois emendou. Hoje tem uma parte central, que começa, ali no obelisco. É o caso de Belo Horizonte, que foi um nucleozinho que hoje desapareceu.

Então é preciso ver que Washington foi construída tendo uma base.

L.H. - E demorou mais tempo. Eu me lembro que a embaixada do Brasil demorou muito tempo para se transferir para lá.

A.M. - Muito. Tudo era Filadélfia. Filadélfia era a capital dos Estados Unidos.

A.C. - Eu ainda queria perguntar ao senhor sobre um grande debate que dominou esses anos 50. Provavelmente a escola deve ter participado intensamente dele. Era o problema da indústria e da agricultura. Havia uma corrente de pessoas muito ilustres que defendiam a idéia de que o Brasil tinha uma vocação eminentemente agrícola e que industrializar era, num certo sentido, precipitar as coisas.

A.M. - Eu assisti a várias conferências, inclusive fora, no Clube Militar, no Clube de Engenharia e na Escola Superior de Guerra, a respeito desse problema. O Brasil vinha sendo um país profundamente agrícola. Dependia exclusivamente de dois produtos: o café e o açúcar e já estavam crescendo o cacau e a borracha. A indústria brasileira nasce incipiente, com a Primeira Guerra. Eu assisti crescerem as indústrias em São Paulo. Como eu disse, em 1927 eu assisti várias conferências de Fernando Laborioni, em praça pública, defendendo a construção de siderurgia. O Brasil era um país que não tinha nada. Dependia, em matéria de indústria, absolutamente do exterior.

A.C. - O senhor, inclusive, usou umas imagens muitos fortes: a manteiga...

A.M. - Em minha casa se usava manteiga de Magni, tomava-se água de Vichy...

L.H. - O palito de dente era importado.

A.M. - O palito ainda vinha de Portugal. Importava-se tudo. Era palito português! [Risos] Mas Portugal era casa da gente...

L.H. - As três grandes coisas que espantam muito na lista de importações são o palito, o caixão de defunto e o papel higiênico.

A.M. - O Brasil importava muito. Então, havia necessidade de acelerar a indústria, porque sentia-se que o Brasil não podia ficar dependendo inteiramente do exterior. E houve uma polêmica. Naturalmente, nessa polêmica, como em tudo que acontece quando há duas tendências contrárias, formou-se um pêndulo: partiu-se do excesso na agricultura para um excesso na indústria. E hoje está-se voltando, naturalmente, para a agricultura. O que todo mundo está rezando é por uma bela safra, capaz de permitir ao Brasil exportar alguns bilhões de dólares, para poder equilibrar o balanço de pagamentos. Hoje fala-se muito em soja, em trigo. Antigamente não se falava. Isso é um problema natural. Isso é o que chamo dar uma prega no tempo e condensar os períodos. Como a história dos povos se faz com muito mais lentidão do que a vida da gente, que é muito rápida, a gente vê perfeitamente que o Brasil está evoluindo. Partiu de uma fase agrícola para uma fase de industrialização excessiva e está regredindo para uma fase agrícola, sem perder a parte industrial.

A.C. - Naquele momento, o que lhe parecia mais razoável? Investir mais na agricultura ou na indústria?

A.M. - Eu estava muito interessado na indústria. O militar tem uma particularidade: olha os problemas do país do ponto de vista militar. Do ponto de vista militar, a indústria é muito importante. A tendência do militar é apoiar a industrialização, principalmente aquela industrialização que possa servir como base a um esforço bélico. É natural.

A.C. - Mas me parecia que o Juarez era pouco sensível a esse apelo. Parecia que ele estava mais sensível ao problema da agricultura do que ao da indústria, inclusive na campanha.

A.M. - Não sei. Ele enfocou o problema de uma maneira diferente. Por exemplo, do meu ponto de vista, hoje, analisando o fato, ele atrasou a siderurgia no Brasil, na hora em que brigou com Parcival Farquar que queria fazer a siderurgia no vale do rio Doce. Ele prejudicou a nossa agricultura quando, ministro da Agricultura, estabeleceu a lei do controle do subsolo. Tem uma porção de medidas de ordem nacionalista... porque havia os exageros. Essas coisas vêm dos excessos. Havia um abuso: o indivíduo comprava a terra e era dono do subsolo. Então, não tirava e não deixava ninguém tirar. O brasileiro que queria guardar, tinha duas, três ou quatro jazidas, explorava uma e escondia as outras.

Todas essas coisas criaram um ambiente... Prefiro não acusar, e, sim, contar os fatos como os vejo, com uma experiência de vida grande. Naquele tempo, eu era muito mais exaltado.

Eu compreendo certos problemas. Por exemplo, aceitei a lei de minas do Juarez durante muito tempo. Com a vida, adquiri conhecimentos e acho que ela teve várias falhas profundas. Mas naquele tempo eu não via nem muita gente via. Tudo evolui e a gente forma uma consciência. O Brasil cresce muito mais rápido...

A.C. - Mas é curioso. Tenho a impressão de que o Juarez foi mais nacionalista do que propriamente industrialista. Ele se preocupava mais com o problema do controle do que com o do crescimento industrial.

A.M. - Exato. Por isso mesmo é que vários problemas surgiram da administração dele.

L.H. - O excesso de controle acabou prejudicando a evolução?

A.M. - É. Ele, para evitar a interferência de estrangeiros, limitou o desenvolvimento. Para ele, era mais importante manter o Brasil do que entregá-lo ao estrangeiro.

A.C. - Agora, isso é a fase...

A.M. - Inclusive, a campanha que houve contra a Vale do Rio Doce foi uma barbaridade. Queria-se vender o minério e não se pôde. O que o Brasil tem de minério de ferro! Mas isso aí agora deve ser um problema de ordem filosófica. Há uma porção de pontos de vista prós e contra e, como sempre, a verdade está no meio.

Bom, então eu fui promovido e escolhi como meu ajudante-de-ordens um oficial que era instrutor do CPOR, o capitão Mauro Luís Correia Gomes dos Santos, que depois teve um papel importante lá no Rio Grande. Foi um homem dedicadíssimo a mim. Mostrou-se de uma lealdade e de uma confiança extraordinária.

Fui chamado ao Rio, logo em seguida à promoção, para conversar com o ministro Denis. Era a primeira vez que eu tinha um contato direto com o marechal Denis.

A.C. - Já como general?

A.M. - Eu já como general. Até então as minhas relações com ele tinham sido de encontros formais e eu me lembrando do problema do 11 de Novembro e dos outros problemas anteriores. Eu sabia que ele tinha aceito o meu nome porque o Orlando tinha mostrado quem eu era... Mas a partir daí ele teve muita confiança em mim.

Na minha ida ao gabinete, recebi a seguinte informação: "General, o senhor foi promovido. Tenho a máxima confiança no senhor e escolhi a guarnição de Cruz Alta especialmente por uma razão: a situação no Rio Grande é difícil. O governador é cercado de comunistas, tem tendências de esquerda ou mesmo comunistas. O comandante do Exército é o general Osvino, que o senhor conhece. Há outros elementos no estado-maior que o senhor conhece que são do mesmo estilo...

L.H. - Essa tendência do Osvino era conhecida por todos?

A.M. - Sim. Ele foi chefe-de-gabinete do ministro Estillac. Todo mundo lá o conhecia. E eu o conhecia de antes, desde que saí da Escola Militar, como tenente. Eu servi no 1º de Artilharia e ele servia, como capitão, no Grupo de Obuses de São Cristóvão.

Então o ministro continuou: "Ele tem lá o Assis Brasil, tem não-sei-quem... e tem mais a tropa de infantaria. Há um ambiente e uma perspectiva de que no Rio Grande talvez possa haver um levante, e eu preciso de alguém que me feche a serra. O senhor, em caso de necessidade, feche e a serra, nos acessos ao norte de Santa Maria. Eu disse: "Está bom".

E assim eu fui para o Rio Grande. Foi uma viagem...

A.C. - O senhor estava recebendo uma missão muito séria! Vigiar...

A.M. - Preparar uma reação, fechando a serra. Mas na viagem, entra agora um lado pessoal. Eu tinha, naquela ocasião, os gêmeos, que estavam com três anos, e um garoto de dois anos, nascido no Recife. E minha mulher estava esperando o outro. Esta viagem foi direta do Recife para Cruz Alta, feita em três etapas.

L.H. - O senhor veio, com a família, diretamente do Recife para o Sul?

A.M. - Sim. Peguei o que era meu, despachei, peguei a família e vim de avião. Primeiro até o rio, onde fiquei em casa de meu filho uns quatro ou cinco dias, só para arrumar a vida e o que eu tinha no Rio. Depois, saí direto para Porto Alegre e lá me esperava, o Otacílio Ururaí, que já tinha estado comigo em Curitiba. O Otacílio Terra Ururaí foi comandante do I Exército depois da revolução. Era o comandante da VI Divisão de Infantaria e ia ser o meu comandante, porque a AD-6 é subordinada à VI Divisão de Infantaria.

Já havia certas relações, um dos meus tios tinha sido médico dos garotos dele quando estive em Curitiba, de maneira que ele nos alojou. Foi uma noite de frio bárbaro. E nós saímos do Nordeste para lá. Depois pegamos um outro avião e viajamos uma hora e tanto dali para Cruz Alta. E eu, com uma mulher esperando criança, tomando conta de três filhos,

entre um ano e meio e três. O Maurício já estava com um ano e pouco e os gêmeos com quase três. Então, fui de babá do Recife a Porto Alegre.

L.H. - Eles não sentiram a diferença de clima?

A.M. - Criança não sente nada. Fui para lá, parei dois dias em Porto Alegre, onde me apresentei e segui. Fui muito bem recebido, principalmente pelo Ururaí, como eu disse, e pelo Osvino. Ele sempre foi muito meu camarada. Eu contei aquele episódio lá de Cachoeira.

L.H. - Era de praxe se apresentar ao governador também?

A.M. - Não! E eu não me apresentei. O governador não tinha nada com o problema. Aí fui me apossar de Cruz Alta, onde encontrei uma guarnição... É uma cidade boa, com bom clima, uma população muito boa, um ambiente muito bom para os militares.

Ali havia um regimento de infantaria, comandado pelo coronel Aguiar, que depois, como general comandou o III Exército. Havia uma tropa de artilharia que tinha o comando de um rapaz que era coronel. Ele estava saindo e o Mendonça Lima, que tinha sido meu aluno, estava vindo. Mendonça Lima, mais tarde, foi a general e teve influência no episódio Brizola, no Rio Grande do Norte.

Esse ambiente social em Cruz Alta era muito bom. Nasceu meu filho na casa de saúde do dr. Dante Westphalen, parente do Cordeiro. O Cordeiro é que me disse: "Olha, Muricy, vai procurar o Dante." Foi o melhor parto que minha mulher teve. E eu estava tranquilamente em Cruz Alta. Não tenho...

A.C. - Foi um menino?

A.M. - Mais um menino, o Marcelo. Nessa ocasião, então, procurei me concentrar nos problemas que o Denis tinha me recomendado. Em primeiro lugar, senti logo que o meu comandante, O Ururaí, era um homem inteiramente do mesmo ponto de vista que o meu e então conversei com ele. Mostrei a minha posição e ele mostrou a sua. Mostrou que também estava preocupado com o problema do Osvino, principalmente porque ele também estava em Porto Alegre, num quartel pegado ao quartel-general do Osvino. Ali havia uma série de problemas. O chefe do estado-maior do Ururaí era o Euler Bentes Monteiro.

Tratei, ao mesmo tempo, do problema da serra. O problema da guarnição de Santa Maria preocupava muito tanto ao Ururaí como a mim, porque a tropa de Santa Maria era a que poderia subir a serra e seguir para São Paulo.

L.H. - Quem comandava Santa Maria?

A.M. - Depois foi o Peri, mas antes eu não me recordo. Na renúncia foi o Peri Bevilacqua.

Nessa ocasião eu travei contato com o comandante da unidade de artilharia, um coronel que depois saiu general-de-brigada. Não era brilhante, mas era um homem sério. Combinei com ele o que teria que fazer para se juntar às minhas tropas se houvesse qualquer coisa. Eu iria ocupar os desfiladeiros ao norte de Santa Maria e ele teria que ficar ali também. Em suma, montei uma estratégia, um plano de defesa para impedir a subida da tropa, se houvesse qualquer coisa em Santa Maria.

Ao mesmo tempo, eu tinha a oeste da 1ª. Divisão de Cavalaria, que era comandada pelo Ulhoa Cintra. Naquele tempo eu não tinha nenhum contato maior, do ponto de vista ideológico, nem intimidade com o Cintra. Então tivemos dois contatos. Inclusive, ele foi a Cruz Alta e ficou lá em casa. Conversamos muito, mas de uma maneira muito por cima, mais procurando sentir um ao outro do que qualquer coisa além disso.

A.C. - Não havia amizades comuns que pudessem aproxima-los?

A.M. - Havia amizade anterior. O Cintra foi meu contemporâneo de Colégio Militar. Ele namorou e casou com a Elza, filha do general Alcanforado, que era vizinho, na rua Antônio Basílio, de um parente meu. Acompanhei todo o namoro do Cintra com a Elza. Havia já uma certa amizade, não profunda, mas um certo conhecimento maior do que o comum. Ele já me conhecia. Aliás, ele sempre foi anticomunista. Mas nessa coisa de conspiração, ou a gente tem confiança ou não tem. Eu tinha falado com esse coronel porque já tinha sido recomendado para falar com ele.

[FINAL DA FITA 27-A]

A.M. - Se não, eu não teria falado com esse coronel de Santa Maria. Falei com o Ururaí porque já tínhamos estado juntos no Paraná e tínhamos certas relações. E, através dele, veio o Euler.

Lá em Cruz Alta, com o tempo, eu senti imediatamente as posições do Aguiar e do Mendonça Lima. Então, foi possível imaginar o trabalho que se poderia fazer com esses dois elementos.

Eu não tinha contato maior com as outras unidades da AD, porque uma era lá em São Leopoldo e a outra em Cachoeira. Então, eu não tinha como atuar.

L.H. - Os seus contatos com o Ulhoa Cintra inicialmente foram mais de sondagem, um sondando o outro?

A.M. - Sim, mas de qualquer forma sentíamos que não haveria problema de lado a lado, porque as convicções eram próximas. Mas as relações não iam além da conveniência de levar o problema...

L.H. - Como foi o seu contato com a população de Cruz Alta?

A.M. - O melhor possível. Sempre para onde ia, eu procurava me integrar ao meio. Acho que é obrigação do militar sentir o povo do lugar onde ele está trabalhando. E, ao mesmo tempo, é uma necessidade social militares e civis, porque todos são brasileiros, todos são interessados. Tive o melhor relacionamento com a população de Cruz Alta.

L.H. - Que tipo de observação o senhor colhia, por exemplo, da administração do governador Leonel Brizola? Fala-se muito na sua atividade política, na sua postura ideológica, mas que tipo de administração ele estava fazendo?

A.M. - Em Cruz Alta eu não senti ainda. Senti depois, quando fui para Porto Alegre. Mas, de qualquer maneira, ele era ligado ao PTB e fazia a política do PTB, que era muito personalista, buscando principalmente o populismo à *outrance*.

O prefeito de Cruz Alta era cunhado de um oficial que serviu comigo lá no CPOR do Recife, o capital Rousselet. Eu sempre me dei muito com ele. Tinha sido sargento, era um homem direito, embora politicamente eu conversasse, e mesmo, discutisse o problema com ele. Mas a política de voto é tremenda: uma política daquela local, de conseguir o voto, trazer vantagens, não-sei-o-quê. Era contrário àquilo tudo que eu pensava.

L.H. - Uma coisa muito eleitora, não é?

A.M. - Completamente eleitoreira. Esse era o ambiente lá. E no Rio Grande eu sentia que o problema era idêntico. O Brizola procurava o voto de qualquer maneira, o que depois se confirmou, quando fui para Porto Alegre.

Eu cheguei a Cruz Alta no fim de agosto, começo de setembro. A 7 de setembro, eu assisti a parada lá em Cruz Alta.

L.H. - As eleições presidenciais o pegaram em Cruz Alta.

A.M. - Sim. Aí é que Jânio foi eleito.

L.H. - O senhor votou lá?

A.M. - Sim. Os militares sempre têm transferência imediata de título. O militar chega numa guarnição, apresenta o título ao juiz, porque ele está em trânsito e vota em separado. Eu votei em Cruz Alta, como tinha votado anteriormente no Recife.

Mas nesse momento, fevereiro, março de 1961, há a Festa da Uva. Dias antes, na arrumação feita pelo Jânio dentro do ministério, o ministro já era o Denis. Ele colocou o Machado Lopes, ainda general-de-divisão, quase general-de-exército, em Porto Alegre, comandando o III Exército. O Costa e Silva estava no IV Exército, lá em Recife.

Nesse período, recebi um convite do Machado Lopes para ser o chefe do seu estado-maior. Como eu disse, eu já tinha estado com ele lá em Washington e no Colégio Militar de Barbacena tivemos contato, embora num período pequeno. Tivemos contato várias vezes, através da vida.

Nesse momento, isso não me agradou. Eu disse: eu estou comandando, estou tranqüilo. O comando de tropa é uma coisa admirável, é onde a gente se realiza. Eu fiquei em dúvida se aceitava ou não.

L.H. - Sobretudo porque toda vez que o senhor conseguia um comando bom o senhor era pinçado para outro lugar...

A.M. - Aí veio a Festa da Uva e eu, como comandante, fui convidado para assistir. O Jânio ia, e lá encontrei o Pedro Geraldo, que era o Chefe do Gabinete Militar. Eu disse ao Pedro que o Machado Lopes tinha me convidado. E ele: Você tem liberdade. Um convite desses, você pode aceitar ou não. É uma questão de confiança recíproca. O chefe de estado-maior é um homem que tem que estar perfeitamente entrosado com o seu comandante, porque... Aí

é uma questão..." E eu: "Eu me dou muito bem com o Machado Lopes. Temos relações de família e tudo isso. E ele: "Você resolve. Não fique constrangido."

Mas nisso, tive uma comunicação do Rio, dizendo que o meu nome tinha sido apresentado ao Machado Lopes pelos meus amigos. O Orlando e o Ernesto, que estavam lá no gabinete do Denis, achavam que eu lá, ao lado do Machado Lopes, seria um elemento de tranqüilidade para o ministro. Eu recebi esse recado e uma insinuação de que eu aceitasse. Não tinha por que não aceitar. Aceitei e o Machado Lopes então indicou o meu nome oficialmente. Fui nomeado chefe do Estado-Maior do III Exército.

A.C. - O senhor ficou no comando...

A.M. - Seis meses e sete dias. Setembro, outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Em março, eu saí.

A.C. - Ficar tão pouco tempo é comum no Exército?

A.M. - O normal é um ou dois anos. Mas há pessoas que não param, e eu fui um que nunca parou. Saí, me despedi da oficialidade, todo mundo sempre me dizia: "general Muricy, o senhor conta comigo para qualquer coisa." Já se sentia o ambiente de agitação, ninguém acreditando no governo do estado. Havia uma possibilidade grande de haver um movimento orientado ou guiado ou aderido em Brizola e então: "General Muricy, o senhor conta 100% conosco, não haverá problema aqui na guarnição." E lá fui eu para Porto Alegre.

Quando cheguei em Porto Alegre, imediatamente fui ao Machado Lopes e disse: "Olha, Machado Lopes, no QG há um certo número de oficiais que eu não desejo que permaneçam. São oficiais contra os quais pesam suspeitas de comunismo. Eles eram homens de confiança do Osvino. Eu não fico com esses homens." Então fiz a relação de uns três ou quatro, entre eles o Assis Brasil e um coronel de engenharia.

L.H. - Hierarquicamente, o senhor tinha condições de impor esse tipo de coisa?

A.M. - O Estado-Maior era de minha responsabilidade. Eles pertenciam ao Estado-Maior. Eles iriam ficar diretamente subordinados a mim.

A.C. - O Assis Brasil era coronel.

A.M. - Sim. Mas eu tranqüilamente cheguei, fiz a indicação e ainda me lembro que esse coronel de engenharia veio a mim e disse: "General Muricy, o senhor pediu a minha saída?" Eu disse: "Pedi, porque eu não quero servir como o senhor. E não quero servir por uma razão muito simples: o senhor é considerado comunista." E ele: "Mas eu não sou." E eu: "A culpa não é minha. O senhor é considerado comunista por alguma coisa que o senhor fez. E enquanto o senhor for considerado comunista e eu não tiver provas de que o senhor não é comunista, eu não o quero comigo. Eu sou extrovertido. Na hora em que eu reunir os meus oficiais do Estado-Maior e começar a conversar e olhar para a sua cara eu vou ter sempre uma restrição mental do que eu devo dizer e do que eu não devo. E eu não sei trabalhar assim, de maneira que o senhor não trabalhará comigo."

O Assis Brasil não veio falar comigo. Foi falar com o Machado Lopes e, depois, com os amigos dele, pedindo pelo amor de Deus, para ficar em Porto Alegre. O Machado Lopes veio a mim e eu disse: "Olha, Machado, eu não aceito o Assis Brasil de jeito nenhum comigo."

A.C. - O Assis Brasil era comunista?

A.M. - Ele tinha ligações. Ele não era comunista. Era aquela coisa na meia água, que a gente não define direito. Assim era a grande massa dos elementos acusados de comunistas. Eram homens que facilmente pegavam fogo ao lado dos comunistas e se juntavam a eles com a maior tranqüilidade. Eles levantariam o Exército para o lado comunista, não tenha dúvida.

A.C. - Pelo menos não estavam vacinados contra o comunismo.

A.M. - Não. Mas então ele se agarrou e o Machado Lopes cedeu. Inclusive, eu tinha dito ao Machado: "Não deixe o Assis Brasil em Porto Alegre. Ele é um homem perigoso. É um homem que tem um círculo muito grande de ligações em Porto Alegre. Convém tirá-lo de Porto Alegre." Mas o Machado Lopes cedeu à pressão. Todo mundo: "Não coitadinho..." E ficou. Mas ele foi tirado do QG do Exército e posto no QG da região, como chefe do Estado-Maior da Região Militar, subordinado ao III Exército.

L.H. - E quem é que o senhor chamou?

A.C. - Quem era o comandante dele?

A.M. - Houve vários. Era o Décio Palmeiro de Escobar, que depois saiu, quando da renúncia. Um coronel, o Virgínio não sei-o-quê, que era o mais antigo, assumiu interinamente o comando.

Eu, como sempre faço, não chamo ninguém. Aceito o homem que está lá para trabalhar comigo.

L.H. - E o senhor não botou ninguém para substituir esses dois?

A.M. - Não. Deixei que o Exército resolvesse naturalmente o problema. Eu não queria aqueles dois homens ali, de jeito nenhum. Vieram outros elementos e eu já encontrei lá um grupo de oficiais, além de já ter na região o Ururaí, que depois saiu, e o Euler.

Havia um rapaz da 2ª. seção, o coronel Batista Pereira um rapaz novo, o Harry Schnarndortt, que hoje é general, foi meu assistente. Depois chegaram dois estagiários que tinham terminado a Escola de Estado-Maior. Um era o Léo Etchegoyem, filho do Etchegoyen, que hoje é general, filho do Alcides. O outro era o Aluísio Weber, que hoje é diretor da Rede Ferroviária Federal. Na 1ª. seção estava o coronel Tippin.

L.H. - Na época em que o senhor foi para Porto Alegre para chefiar o Estado-Maior do III Exército, o Peri veio para...

A.M. - O Peri veio para Santa Maria comandar a 3ª. Divisão.

L.H. - O senhor teve algum contato com ele nessa época?

A.M. - Vários. Eu cheguei no Estado-Maior, comecei a fazer o trabalho como eu devia fazer, e uma das recomendações que recebi foi a de fazer o planejamento da segurança no território do III Exército, já com as novas diretrizes que o Estado-Maior tinha baixado.

Eu reuni meu estado-maior e fizemos um estudo sério de adaptação do plano anterior para um novo plano. Isso me obrigou a fazer um contato com todos os comandos de generais. Então, depois de estabelecer o plano, eu fiz, com os oficiais do meu estado-maior, com os chefes de seção, uma viagem por todas as guarnições onde havia generais, no Rio Grande e no Paraná: estive em Santa Maria, com o Peri; em Cruz Alta, com o Ênio Garcia; em Santiago com o Oromar Osório.

L.H. - O Ênio foi para o seu lugar em Cruz Alta?

A.M. - Não. Para o meu lugar em Cruz Alta foi o José Maria de Moraes e Barros, que nesse momento ainda não estava lá. O comandante era o Aguiar. Fui a Pelotas, onde estava o Bandeira, aquele que tinha sido meu colega na Escola de Estado-Maior. Fui a Bagé e ao Paraná, onde encontrei o Galhardo. Ainda em Porto Alegre encontrei o Silvino Castor da Nóbrega, a quem eu tinha substituído na Comissão Militar e que agora comandava a ID-6. E assim eu tive contato com todos os generais.

Em cada guarnição, passava-se dois ou três dias discutindo problemas e conversando. Pude sentir o ambiente de todas as guarnições. Fiquei com uma noção geral do ambiente militar no III Exército.

Isso depois teve muita importância, no momento da renúncia. Voltei para Porto Alegre, fiz um relatório e apresentei-o ao Machado Lopes. Discutimos o problema e fizemos os reajustamentos. Nada tinha caráter muito definitivo. Reformulamos alguns pontos e fizemos a distribuição dos planos de segurança interna do III Exército.

A.C. - O que previam esses planos de segurança interna?

A.M. - Qualquer subversão da ordem, por diversas hipóteses: a comunista, a política... É um plano normal, que existe sempre. Tem hoje: se a senhora for, encontra lá. É nossa obrigação pensar esses planos.

L.H. - E não esquecer, no caso do Rio Grande, as possibilidades da Argentina também?

A.M.: - Sim. Mas este é um problema de segurança externa. Os problemas são separados. O de segurança externa já vinha sendo equacionado há muito tempo. Tinha uma evolução mais lenta.

A.C. - Coube ao senhor o problema da segurança interna porque a externa já estava resolvida.

A.M.: - Não. Eu tive que reformular a segurança interna porque vieram novas instruções. O Denis, assumindo o ministério e sendo um homem absolutamente anticomunista, deu ordem ao Estado-Maior que tomasse medidas para uma possibilidade de ação comunista, que estava num crescendo no Brasil. Sentia-se já a ação no Nordeste e no Rio de Janeiro; sentia-se a ação em São Paulo; sentia-se no Rio Grande, ligado ao pessoal do PTB. Então, tudo isso fez com que o Estado-maior baixasse diretrizes, fazendo um planejamento de segurança interna. Nós, no III Exército, atualizamos e entramos na nova orientação.

A.C. - E as orientações que o general Osvino tinha dado? Pareceram suspeitas ao senhor?

A.M. - Não... O negócio é o seguinte: o que está escrito fica. Então, ninguém deixa marcado o preto no branco. Ninguém faz. Porque fica no Estado-Maior, lá no arquivo. Havia um plano, mas, pelo contrário, de combate à subversão. Mas sempre um combate à subversão permite umas tantas medidas de concentração, de reunião de tropa, de modo que pode ser utilizado para qualquer coisa. Mas isso aí não encontrei.

L.H. - Essas novas diretrizes foram baixadas pelo Estado-Maior do Exército ou pelo Cordeiro, que estava no EMFA?

A.M. - Pelo Estado-Maior do Exército. O Cordeiro estava no EMFA e, naturalmente não sei se o Estado-Maior do Exército teve ligação com o EMFA. Positivamente, sim. Mas nós recebemos orientações do Estado-Maior do Exército, que era do Ribas.

Antes de eu caminhar nesse relato, vou contar um pouco do ambiente de Porto Alegre, para podermos sentir os fatos quando chegar a renúncia.

Em Porto Alegre, travei conhecimento com a fina flor do governo gaúcho. Entre os elementos do governo, encontrei um homem com quem me dei muito bem, que foi o Brochado da Rocha. Tinha sido aluno da Escola Militar, um irmão dele tinha sido contemporâneo, colega de turma, do meu irmão Gilberto.

A.C. - Com que Brochado o senhor teve contato, o Francisco?

A.M. - O Francisco, que depois foi primeiro-ministro e que era o secretário do Interior e Justiça do Brizola. Eu sempre tive muito bom contato com ele, até o fim.

Travei contato com outros elementos: com o prefeito de Porto Alegre, que era um adversário brutal do Brizola: o secretário do Trabalho, Clei Hardman de Araújo, era comunista.

Conheci muito e queria muito bem ao Paglioli, que depois foi cassado, um grande neuro-cirurgião. Era reitor da universidade. Fiz grande amizade com ele.

Conheci o dr. Saint-Pastous que era parente do Machado Lopes. Tinha lá a minha velha amizade de Cachoeira, os Petrick, ele checo e ela filha de alemães. Depois vai aparecer. É amizade que cresce até hoje.

Nos meios intelectuais eu me dei muito com o Móises Vellinho. No meio artístico, eu vivia dentro da orquestra-sinfônica, com aquele pessoal todo que gostava de música. Comecei a conhecer todo mundo.

Em suma, eu fiz em porto Alegre um conjunto interessante de amizades no meio civil. Não foi tão grande quanto fiz mais tarde, em Pernambuco, onde fiquei inteiramente entrosado com a população, mas fiquei muito bem-entrosado. E no governo, os dois ou três contatos

maiores que eu tive com o Brizola foram muito corteses, mas sem atrapalhar as posições muito definidas que eu tinha a respeito do comunismo, contra o peleguismo do Brizola e aquele pessoal que o cercava.

L.H. - Foram contatos formais então.

A.M. - Nunca passaram disso.

Nesse período deu-se, em primeiro lugar, a greve dos bondes contra o prefeito de Porto Alegre, o Loureiro da Silva. Essa greve parou os bondes, mas havia ônibus, havia não-sei-o-quê, e nós fomos ficando preocupados no Exército, mas sem tomar nenhuma medida. Até que, de repente, a greve entrou num impasse e começou-se a querer estender a greve para os serviços de utilidade pública essenciais: luz, água e outros. Aí eu disse ao Machado: "Isso não pode, a população não pode sofrer." Então, nós preparamos a possibilidade do Exército tomar a seu cargo o controle, a segurança... em suma, dar garantia aos elementos que quisessem trabalhar, já que o governo do estado não iria fazê-lo.

Isso deu trabalho, organizou-se, mas a coisa cresceu e o Machado Lopes me disse: "Muricy, nós temos que ver se impedimos isso." E eu disse: "Então, vou falar com o Brochado." Telefonei e disse: "Brochado, eu vou aí falar com você." E fui.

Quando eu cheguei na sala do Brochado, estavam todos os secretários de estado. O Brizola não estava em Porto Alegre, tinha ido para Punta del Este. Como sempre, ele preparava as coisas e saía do lugar, para não ficar comprometido com os fatos que estavam ocorrendo.

A.C. - Mas naquele momento estava havendo a reunião famosa em Punta del Este, onde ele fez parte da delegação brasileira.

A.M. - Fez. Mas ele tinha ido e eu fui procurar o Brochado. Cheguei lá e, como sempre, fomos conversar. Começamos a falar sobre a importância da greve, e o Clei era o único a defender a necessidade de expandi-la para forçar o prefeito, para fazer não-sei-o-quê mais. Aí chegou um momento em que eu disse: "O que há de importante é que hoje está havendo uma ameaça de expansão para serviços essenciais. A população não pode sofrer." E alguém: "Mas general...". E eu: "Mas não pode. Amanhã, vamos supor que uma senhora, num oitavo ou num nono andar, fiquei presa dentro de casa porque cortam a luz do edifício. O senhor acha isso justo? Cada um faz a sua reivindicação, eu não entro no detalhe. O que eu não quero é, primeiro, piquete de greve.

A greve é um direito? É. Então façam a greve, mas não obriguem os outros a não trabalhar, se quiserem trabalhar. Da mesma maneira que um indivíduo tem o direito de não trabalhar, o outro tem de trabalhar. É igualdade de direitos, então vamos assegurar a igualdade." Conversei e disse: "Este é o ponto de vista do III Exército que vim transmitir aqui".

Na saída, na porta, eu disse: "Olha, Brochado, eu quero dizer uma coisa aqui entre nós dois: se vocês não providenciarem o término da greve, nós vamos fazer tudo funcionar com tropa!" No dia seguinte, estava parada a greve. A greve terminou naquela noite.

Mas o Brizola ficou uma fera! Porque a atuação era toda contra o Loureiro da Silva, com quem eu tinha estado. O Loureiro me disse: "General, eu não posso fazer nada! Eu estou dando tudo a esses homens, mas eles estão controlados pelo governo do estado e o governo do estado está interessado em me destruir! É esta a situação!"

A.C. - Era um choque entre o prefeito e o governador.

A.M. - Além de outras coisas ideológicas. Dentro do governo havia uma série de comunistas, principalmente o Clei de Araújo.

Então a coisa caminhou e a greve terminou. O Brizola ficou uma fera, mas não passou recibo. Nós tomamos conhecimento disso depois, quando recebemos a notícia de que o Jânio iria ao Sul, a Porto Alegre.

O Jânio, nesse meio tempo, tinha condecorado o Guevara. Aquilo deu uma reação dentro do Exército!... Foi uma decepção para todo mundo que acreditava no Jânio e que esperava tudo dele menos condecorar a Guevara com a Ordem do Cruzeiro. Então disseram tudo dele: que era um comunista, confesso isso e aquilo...

Foi o primeiro impacto que o Jânio teve contra ele, dentro das forças armadas. Foi generalizado.

[FINAL DA FITA 27-B]

A.C. - Isso foi no dia 19 de agosto, nas vésperas da renúncia.

A.M. - Não me lembro. Nessa mesma ocasião, Jânio foi a Ponta Grossa, no Paraná, para condecorar a sua antiga professora primária. Naturalmente o general Machado Lopes, conforme o regulamento manda, estava lá em Ponta Grossa, esperando o Jânio. Eu fiquei em Porto Alegre, com os demais comandantes. Quando voltou, o Machado Lopes me disse: "Muricy, aquele cafajeste do Brizola fez uma intriga brutal com o presidente Jânio a meu respeito e você também está no meio." Eu perguntei: "O que é que há?." Ele me mostrou um bilhete, de anotações feitas pelo Jânio, que o presidente lhe tinha entregue.

O Brizola, numa das idas ao Rio, procurou o Jânio e declarou que estava aborrecido com o comando do III Exército, que estava procurando interferir indevidamente na vida do estado. E citou três fatos. Um, eu já relatei: era a minha ida aos secretários, contrária à greve.

O outro era que, numa recepção ao embaixador da Áustria, o Machado Lopes teria feito declarações contra o governo.

E, o último vou contar agora, porque me esqueci de relatar. Nesse período todo, o Machado Lopes foi promovido a quatro-estrelas e confirmado no comando do III Exército. Naturalmente, houve uma solenidade em Porto Alegre, para a qual foram convidados todos os generais subordinados, que eram 12 ou 14, do III Exército: Rio Grande, Paraná e Santa Catarina. Todos compareceram a Porto Alegre e eu providenciei as homenagens, a continência, a apresentação, aquela coisa protocolar.

Quando aquilo acabou, eu disse: "olha, Machado Lopes, você está com uma oportunidade única: você está com todos os seus comandados em Porto Alegre. É uma oportunidade para você aproximar todos os comandos e, ao mesmo tempo, cada um expor os seus problemas em conjunto, para todos sintam, e você também possa..." E ele: "A idéia é boa." Fez-se uma reunião do Machado Lopes com todos os comandantes, comigo secretariando, tendo como meu escrivão o major Harry Schnarndorff, que era meu assistente.

Foi uma reunião absolutamente de serviço. O Peri, por exemplo, disse: "O problema da 3a DI é este, eu tenho tais deficiências, eu preciso disso, neste ponto eu estou fraco." E nós

anotamos para depois tomarmos as providências cabíveis, diretamente as que pudéssemos e imediatamente solicitando ao ministro aquelas que fugissem à nossa alçada, o que é normal. E assim nós fomos de general em general.

Quando a coisa estava terminando, O Peri, sempre muito verborrágico, pediu a palavra: "General Machado Lopes, eu quero chamar a atenção dos meus companheiros para o seguinte fato: está para vir ao Rio Grande o presidente da República. E aqui o ambiente é contra o presidente. Este estado não merece confiança. O governador é isso, é aquilo." Disse umas verdades, o que se pensava dentro do Exército a respeito do Brizola, e acrescentou a seguinte frase: "Nós devemos ter muito cuidado com a segurança do presidente, porque todos nós conhecemos quem é o vice-presidente, o Jango, que não merece a menor confiança do Exército nem do Brasil. Eu não duvido que o governador do Rio Grande, ou algum dos seus servidores, possa querer fazer um atentado ao presidente, a fim de que o Jango assuma." Palavras do Peri, na reunião.

Tomei nota para ver que providências podíamos tomar para dar o máximo de segurança ao Jânio. Agora dou um salto, para a ida do Machado Lopes a ponta Grossa e o bilhete.

A.C. - Essa viagem do Jânio era ao Rio Grande ou ao Sul?

A.M. - Era a viagem a Ponta Grossa, para condecorar a sua professora. O Machado Lopes tinha ido recebê-lo e voltou com um bilhete dizendo que o Brizola tinha feito uma série de acusações e ataques ao comando.

A.C. - Mas o Peri estava fazendo referências a viagem do Jânio a...

A.M. - A Porto Alegre, que já estava programada, logo depois do Dia do Soldado: uma viagem que não se realizou.

A.C. - Uma viagem para quê?

A.M. - Deixa eu avançar um pouquinho mais. Então, o terceiro ponto que o Brizola enumerou foi a reunião do Machado Lopes com os generais, dizendo que ele estava fazendo uma conspiração para a derrubada do presidente e que o Jânio, então não deveria acreditar no comando do III Exército. Esse bilhete deve estar guardado no arquivo do Machado Lopes.

Mas o Jânio entregou o bilhete ao Machado Lopes, que ficou uma fera. Nós pegamos aquilo tudo: se feras estávamos, mais feras ficamos contra o Brizola. Nesse ambiente, prosseguimos com os preparativos para a chegada do presidente. Tivemos uma porção de recomendações. Ele viria para fazer uma visita, instalar o governo em Porto Alegre e ter um contato lá em Uruguaiana com o Frondizi. Haveria um encontro na ponte de Uruguaiana.

Dias antes, passou por Porto Alegre o Afonso Arinos, que era o ministro do Exterior. Fui recebê-lo. Já me dava com ele, peguei-o no aeroporto e ainda levei para o aeroporto militar, para ele pegar o avião militar que o levaria a Uruguaiana, onde ele iria preparar o encontro.

Recebemos a instrução de que o presidente mandava pedir ao Machado Lopes que cedesse sua casa, para ter o máximo de segurança, porque ele não queria ficar sob o controle ou a guarda do governador. Ele queria ficar sob a guarda do Exército. Então, ele pedia que a casa do Machado Lopes fosse cedida e o Machado Lopes iria para um hotel durante o

período em que ele estivesse lá. Assim, preparou-se a casa do Machado Lopes para receber o Jânio.

Tivemos recomendação de que toda noite deveria ter um certo número de bebidas lá no quarto dele, porque ele gostava de tomar uma bebidinha antes de dormir. E assim houve uma porção de coisas que vieram do palácio, umas diretamente pelo Pedro Geraldo, outras por outro oficial.

O fato é que estávamos nos preparando para receber o Jânio quando veio o 25 de Agosto.

Agora entramos numa outra fase, em que tive interferência direta nos problemas do Rio Grande e do Brasil.

Vamos começar agora? Porque aí eu começo e depois não paro mais. É um período em que vai intenso e eu vou acabar no Rio de Janeiro, dentro do gabinete do Denis, com o Orlando, e depois ajudando o Golberi na Secretaria do Conselho.

L.H. - Eu queria fazer algumas perguntas sobre esse período e depois, então, na próxima sessão, entraríamos direto.

Pelo que o senhor nos contou até agora, o Machado Lopes estava francamente contra o Brizola.

A.M. - Absolutamente contra o Brizola. Ele não tolerava o Brizola. E mais: na hora que veio de ponta Grossa, ele estava com vontade de dar um tiro no Brizola.

L.H. - E, de outro lado, o Brizola tinha algum acesso ao Jânio, posto que fez esse tipo de intriga, digamos.

A.M. - Bom, o Brizola era o governador do estado. E o Jânio ia ao estado. Era natural que houvesse entendimento entre o presidente e o governador. As relações não eram das melhores, tanto que nós recebemos recomendações de que o Jânio queria ficar na residência do Machado Lopes, para poder ter um ambiente de segurança. Ele não queria que a sua segurança dependesse do governo do estado. Queria ficar sob a segurança dada pelo Exército. Esta é a prova mais evidente de que, embora houvesse relações, elas não eram muito cordiais. Isso é que é um fato real.

De uma maneira geral, nesses contatos que tive com os comandantes de unidade, constatei que todos, a exceção do Oromar, eram positivamente anticomunistas. E com muita preocupação...

O comando da região estava vazio, mas o coronel Virgínio, tinha assumido. De uma maneira geral, o ambiente era francamente... Havia grande má vontade, para não dizer animosidade, contra o Brizola, entre todos os comandantes de unidades militares na região.

L.H. - Então, a grande maioria era anticomunista e contra o Brizola. Mas a grande maioria era ostensivamente a favor do Jânio? Ser anticomunista é uma coisa. Mas a grande maioria apoiava o Jânio?

A.M. - Não. O que havia era o seguinte: todo mundo sabia quem era Jânio. Já estava havendo aqueles primeiros fatos, aqueles bilhetinhos. O governo por bilhetes às vezes era atacado, às vezes defendido. Apareciam aqueles problemas das brigas de galo. Dizia-se: "O presidente está pensando em briga de galo..." essas pequenas coisas. Já havia restrição quanto a algumas atitudes. Tinha havido o problema do Che Guevara, que criou um

ambiente desfavorável para o Jânio dentro do Exército e, particularmente, no Rio Grande. Ele, naquela altura, não era um homem que merecesse a confiança absoluta do Exército.

A.C. - O reatamento de relações com a União Soviética foi mal-recebido, dentro do Exército?

A.M. - Ah, foi. Não se queria a aproximação, o Exército a repudiava. De uma maneira geral, o reatamento foi mal recebido. Dois ou três atos do Jânio descontentaram principalmente o Exército, que vinha de uma luta anticomunista desde cerca de 1930 e nunca esmoreceu. Por isso é que eu chamei a atenção para os problemas anteriores. Junto aos problemas políticos houve sempre um movimento comunista e um anticomunista.

A.C. - Quer dizer que aqueles discursos que o Carlos Lacerda pronunciou, às vésperas da renúncia, tiveram uma acolhida militar muito forte?

A.M. - Muito forte. Foram aceitos... Principalmente, houve um choque brutal quando ele, já nas vésperas, dia 23 ou 24, fez aquela acusação de que o Presidente estava preparando um golpe.

Aquilo, todo mundo...

A.C. - As pessoas acreditaram? O Exército acreditou nisso?

A.M. - Estupefação! Eu não digo que acreditou ou não acreditou, mas houve estupefação. Todo mundo acreditava em tudo, menos que o Jânio pudesse fazer uma coisa daquelas. Então, houve uma reação imensa.

A.C. - Nessas ocasiões o senhor procurava os seus amigos de confiança, telefonava, se informava, ou não? o general Golberi, Mamede...

A.M. - A confiança e a certeza do ponto de vista de cada um eram tão grandes que não havia necessidade... Nós sabíamos que cada um pensava praticamente igual ao outro.

L.H. - Mas o senhor não procurava, por exemplo, sentir o clima de Brasília e do Rio, através de...

A.M. - Ah, nós procurávamos isso de todo jeito. Todo elemento que passava por Porto Alegre e que eu era obrigado a receber, como Chefe do Estado-Maior... Todo oficial que passa por uma guarnição é obrigado a se apresentar, se ficar por mais de 24 horas. Não vai se apresentar ao comandante do Exército, mas se apresenta ao chefe do Estado-Maior.

Então, eu ouvia toda oficialidade que passava por lá. Mesmo aqueles generais que iam se apresentar e passavam por lá iam falar comigo também. Tinha passado por lá, dias antes, o Médici, que tinha entrado em férias e estava indo para Bagé.

A.C. - Nunca havia informações por telefone nem por escrito, era tudo...

A.C. - Não havia telefone?

A.M. - Que telefone? Nem telefone nem rádio. Naquele tempo a coisa era muito complicada.

A.C. - Não dava para se comunicar...

A.M. - Não! não dava.

L.H. - O senhor então recebia informações por essas pessoas que chegavam.

A.M. - Alguns eram de maior intimidade. Aí, eu perguntava: "Você esteve com fulano? O que é que ele disse?." Era assim que nós...

L.H. - Eles transmitiam o clima. E sobre o marechal Denis? O que se falava nesse momento? Ele era leal ao presidente?

A.M. - Nessa hora não se estava cogitando da posição do Denis, porque todo mundo estava sentindo que ele era leal ao presidente.

L.H. - E ele realmente tomou o pulso do Exército?

A.M. - E havia uma confiança absoluta no presidente. Até o dia 25, ele merecia toda a confiança, apesar das restrições quanto ao problema do Brizola, da... O Jânio e seus ministros continuavam a merecer a confiança do Exército. Mas o Denis nunca mereceu um prestígio grande dentro do Exército. Fazia-se muita restrição, inclusive à celebre Lei Denis, que tinha sido feita...

L.H. - ... para ele, exato.

A.M. - Então, tudo isso criou um ambiente contra ele. Respeitava-se, era a disciplina, mas todo mundo falava do problema. O Denis foi um homem que ficou no Exército mais tempo do que devia por causa de uma lei especial feita para ele. Isso tudo pesa, no bom sentido.

A.C. - Isso compromete.

A.M. - Compromete! Então era esse o ambiente...

L.H. - O senhor disse que recebeu o ministro Afonso Arinos. O senhor conversou com ele a respeito da situação?

A.M. - Não, eu não tinha intimidade com o ministro Afonso Arinos para falar sobre política. Falamos sobre problemas gerais: da necessidade de uma ligação com a Argentina, do problema de relação dos povos sul-americanos, desses assuntos que diziam respeito ao Itamarati e à segurança militar do Brasil. E esses me diziam diretamente respeito, por que eu era o responsável pelos planos no III Exército. Os planos do III Exército eram todos elaborados no seu Estado-Maior. Então eu estava ao par de todo o planejamento que havia. Sabia da situação de toda a tropa...

A.C. - A situação do Exército, no dia 25, era, como o senhor disse, de estupefação. Ninguém estava preparado para nada assim...

A.M. - Nada. E depois eu vou contar os cinco dias que eu vivi até...

A.C. - E como é que foi recebida a renúncia? Houve tantas interpretações contraditórias.

A.M. - Vou contar da próxima vez, porque depois eu não paro mais. Começa um período da minha vida, que já vinha se intensificando e depois não pára mais.

A.C. - Vamos tentar discutir com o senhor as interpretações da renúncia. O senhor, mesmo não estando em Brasília...

A.M. - Eu posso dar minha interpretação, mas não é perfeita. Eu posso dar um interpretação do que eu ouvi. Do que eu ouvi do Orlando... O Pedro Geraldo nunca se abriu direito. Nunca soube direito, por ele, mas soube pelo outros. Eu sei pelo Ernesto, pelo Golberi, pelos homens que estavam em Brasília. Eu sei pelo reflexo que houve lá no Sul.

São coisas que depois me chegaram ao conhecimento e que fui juntando. Mas é um quebra-cabeças e há uma porção de peças que estão faltando. Há uma porção de claros.

L.H. - De qualquer forma, há algumas coisas que a gente pode deixar montada para a nossa próxima sessão, para o nosso quebra-cabeças. De um lado, nós já vimos que o Machado Lopes era contra o Brizola. de outro lado, o Brizola não tinha relações muito estreitas com o Jânio. O Orlando era chefe de gabinete do Denis. O Ernesto era comandante militar do Planalto.

A.M. - Estava no comando do planalto, tendo saído do gabinete, onde era Chefe da Divisão de Informações. Era um homem de confiança do Denis.

L.H. - E o Golberi estava na secretaria geral do Conselho de Segurança.

A.M. - Estava.

L.H. - Essas são as minhas pedras.

A.M. - Nessas pedras ...

A.C. - As minhas pedras são essas e outras. Quais seriam as interpretações possíveis? Que o Jânio queria dar um golpe e o Exército tentou frear. Que o Denis queria dar um golpe e o Jânio foi levado.

A.M. - Essas foram as hipóteses que surgiram. Primeiro, vou contar os fatos friamente, como eu costumo: aconteceu isso. Depois vamos ver a interpretação disso, porque assim fica mais fácil.

Agora entra uma fase de aceleração de fatos que eu vivi muito intensamente. Primeiro vou contar fatos, fatos, fatos, todos de que eu me lembrar. Depois a gente vai procurando montar o quebra-cabeças.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

11ª. Entrevista: 24.03.1981

L.H. - Nós íamos entrar hoje no episódio propriamente dito da renúncia e das interpretações e tentar montar o nosso quebra-cabeças.

A.M. - Antes de entrar no dia 25 eu volto ao dia 24. A cerimônia do Dia do Soldado em Porto Alegre estava preparada para se realizar - como se realizou - no parque Farroupilha. Nesse dia haveria a entrega de comendas a várias autoridades militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. E havia chegado nesse dia, de Florianópolis, o almirante Clóvis de Oliveira (se não me engano), que era o comandante do Distrito Naval.

Além disso, nós estávamos em contato também com o brigadeiro João Aureliano Passos, que era o filho mais moço do Nestor Sezefredo dos Passos, de 1930, e que era o comandante da Zona Aérea.

Então, na véspera, nós tivemos uma porção de conversas, discutimos todos os problemas. Conversamos sobre o clima no Rio Grande do Sul e sentimos a posição firme do almirante Clóvis. Isso tem importância, porque depois vai influir na minha decisão.

Nessa noite de 24 para 25 houve o pronunciamento do Carlos Lacerda a respeito de uma possível atitude que seria tomado por Jânio, poucas horas depois, uma espécie de golpe que ele estaria preparando. Esta foi a denúncia que o Carlos Lacerda fez à noite. Alguns ouviram, outros não. Mas aqueles que ouviram ficaram muito chocados e preocupados.

As ligações com o Rio de Janeiro pelo telefone ou pelo rádio eram difíceis, de maneira que ninguém sabia muito bem o que é que estava realmente acontecendo. E isso tudo trouxe muita preocupação.

Entra então o dia 25. Como chefe do Estado-Maior, eu era responsável pela montagem da cerimônia e pela seqüência dos fatos.

Amanheceu um dia de chuva brutal, a ponto de nós pensarmos em transferir a cerimônia para o interior de uma unidade qualquer do Exército ou então para o salão de concertos da universidade, que tinha uma bela... Faríamos lá a cerimônia, caso a chuva não parasse. A chuva melhorou e nós resolvemos mantê-la no parque Farroupilha.

Nesse dia as autoridades custaram a chegar, e mais ou menos às nove horas chegou o governador Brizola.

Eu achei o Brizola com uma fisionomia muito contrafeita, aborrecido. E todo mundo também estava preocupado, possivelmente tendo em conta o pronunciamento que tinha havido.

A.C. - O pronunciamento do Lacerda?

A.M. - Nesta hora, mais ou menos, às dez, a cerimônia já havia iniciado, e eu recebi o recado de que eu deveria me dirigir imediatamente à sala de fonia do quartel-general.

L.H. - O Machado Lopes ficou junto do Brizola?

A.M. - Sim. Era a minha função, como chefe do Estado-Maior de ir lá. Eu falei com o Machado Lopes. "Estou sendo chamado com urgência à sala de fonia." Ele disse: "Vai, e eu continuo." Chamou um outro oficial para servir de mestre-de-cerimônia, e eu parti para a sala de fonia.

O serviço de comunicações do III Exército era dirigido pelo então major Alcio da Costa e Silva, filho do Costa e Silva, que depois vai aparecer várias vezes na minha história. É um grande técnico e um rapaz excelente, que teve sempre uma atitude muito correta no meio de tudo o que aconteceu dali em diante. Inclusive quando houve o choque entre os grupos do Castelo e do Costa, ele teve uma atitude muito discreta, sabendo se afastar. O Alcio sempre foi um menino muito correto, muito...

L.H. - Ele era o chefe do serviço de comunicações?

A.M. - Era.

L.H. - Mais tarde ele foi para a Embratel, não é?

A.M. - Foi. Hoje ele está trabalhando numa empresa de comunicações. Eu cheguei e o Alcio me disse: "General, eu estou com ordem de, assim que o senhor chegar, fazer a ligação." Fez a ligação e quem entrou na linha foi o Orlando Geisel, chefe do gabinete...

I.F. - A ligação foi feita para Brasília ou para o Rio?

A.M. - A ligação era para o Rio, que era o centro. As comunicações, naquele tempo eram muito precárias. A rede do Rio Grande era ligada ao Rio de Janeiro, não à Brasília, que era uma outra rede. O serviço de comunicações era feito em rede de três a cinco estações. A rede central do Serviço de Rádio do Exército era no Rio de Janeiro.

O Orlando Geisel entrou na linha, eu me apresentei e ele declarou: "Olha, a ordem do senhor ministro é para entrar em prontidão rigorosa, imediatamente, toda a tropa do Rio Grande." Eu disse: "O que é que há?" E ele: "Não sei ainda." Tinha recebido ordem de Brasília para irradiar pelo Brasil inteiro. Ele mesmo não sabia do que se tratava.

Eu saí para redigir uma série de ordens do Machado Lopes, botando todas as guarnições do III Exército de prontidão, e depois me dirigi para o parque Farroupilha.

L.H. - Todas as guarnições do III Exército implicava também Santa Catarina e Paraná?

[FINAL DA FITA 28-A]

A.M. - E'. A ordem era para todas as guarnições. Eram mais de 12. Eu mandei avisar a todos os comandos de unidade que entrassem de prontidão imediatamente.

Dirigi-me ao parque Farroupilha, fui ao Machado Lopes e disse: "Eu recebi ordem para entrar de prontidão. E agora há uma decisão: interrompemos ou não a cerimônia?"

A.C. - Normalmente o senhor recebia antes dele?

A.M. - Mas era a minha função. O chefe de Estado-Maior é comumente chamado o alter-ego do chefe. Ele pode tomar um grande número de providências em nome do chefe. Ele conhece o pensamento do chefe. O chefe diz: "vai fazer isso", e ele toma as decisões em nome do comandante. O chefe do Estado-Maior é um homem que fala pelo comandante quando necessário. Então, em nome do chefe eu transmiti o rádio. Como Orlando falou em nome do ministro. Deu a ordem para o Machado e eu a transmiti a ele.

Então eu cheguei, comuniquei, chamei à parte não só o Machado como o Clóvis e o Passos e expus o que estava havendo, Ninguém sabia o que era. Aí resolvemos ir até o fim da cerimônia.

Depois estava previsto um almoço de confraternização no Colégio Militar, no campo da Redenção. Resolvemos manter tudo.

Terminou a cerimônia. O Brizola, assim que pôde - ele deve ter recebido algum aviso - sumiu do local.

L.H. - Ele não foi avisado por nenhum de vocês?

A.M. - Não! Não temos nada a ver com o estado. Tínhamos a ver com a parte militar. Comuniquei aos chefes militares presentes.

E começamos todos: o que é, o que não é, naquela hora do almoço no Colégio Militar. Os oficiais vinham a mim perguntar: "General, o que há?" E eu dizia: "Não sei, nós estamos com ordem de prontidão." E aquela angústia.

Mais ou menos às duas horas da tarde, já ao término desse almoço, surgiu a primeira notícia, ainda sob a forma de boato, da renúncia de Jânio. "Não é possível". Acabou o almoço e cada um foi para o seu quartel para tomar as providências necessárias.

Eu fiquei lá no quartel-general. O chefe do Estado-Maior é o que polariza, tudo passa por ele antes de ir ao comandante.

Enfim, chegou a notícia, comunicada pelo Ministério da Guerra, de que o presidente tinha renunciado. Foi um choque! Estávamos esperando o Jânio um ou dois dias depois. Ele iria fazer aquela visita ao Rio Grande. O Machado Lopes reuniu a oficialidade toda do quartel-general e transmitiu a notícia, depois de ler o rádio para todos, ele disse: "É um momento delicado, nós precisamos ter uma atitude com o máximo de cautela, o máximo de bom senso e é essencial a união das forças armadas, em particular do Exército. A minha atitude será nesse sentido." Nesse momento ele parou e ainda disse: "Agora os senhores têm alguma coisa a dizer?" Dois oficiais tomaram a palavra. Um, o Leo Etchegoyen, que era major estagiário, declarou que não sabia dos fatos, mas se o Jânio tivesse sido forçado pelos ministros militares à renúncia, ele ficaria contra os ministros.

L.H. - Então havia essa primeira hipótese?

A.M. - Havia! Ninguém sabia o que estava acontecendo. O outro era um rapaz que tinha trabalhado comigo no CPOR, não me recordo o nome. Declarou que nisso tudo ele ficava estritamente dentro da lei. Os outros todos declararam ao Machado Lopes que lutariam pela união das forças armadas, em particular do Exército.

Esse dia de confusão, de preocupação. Eu tinha a ligação para as demais guarnições e imediatamente retransmiti o rádio que tínhamos recebido para todas as guarnições, com a

recomendação de que se mantivessem a ordem e, principalmente, o espírito de união dentro do Exército. Esse foi mais ou menos o rádio que eu passei para todas as guarnições, em nome do Machado Lopes.

Começamos então a tomar as providências necessárias para o caso de haver qualquer coisa no Rio Grande. Logo o que veio à cabeça foi: Jango. Jango era o Vice. Então todo mundo virou consultor jurídico e começou a interpretar a Constituição. E lê para cá, lê para lá... A Constituição anterior dizia que até seis meses depois da posse haveria uma nova eleição. E estava-se nesse pressuposto, nesse dia 25.

L.H. - Houve algum contato do governo do estado com o III Exército?

A.M. - Não. Nenhum.

L.H. - Seria normal, no caso?

A.M. - Não seria normal, mas o ânimo entre o Exército e o estado não era bom. Conteí do episódio da queixa que o Brizola tinha feito a Jânio, em Ponta Grossa. Dado esse estado de coisas, o III Exército não se ligou ao governo do estado. Não havia afinidade nenhuma.

Eu fiquei no meu gabinete, mandei buscar uma cama de campanha, botei numa sala ao lado e ali passei três ou quatro dias sem praticamente dormir, porque tudo vinha a mim e eu ia levar ao Machado.

Esses três dias, o final de 25, 26, 27 (fui ao Rio, se não me engano no dia 28 ou 29) são de uma agitação enorme. Primeiro, porque a renúncia do Jânio deu um impacto brutal em todo mundo, inclusive no povo do Rio Grande. Segundo, porque surgiu imediatamente o problema da posse de Jango. Terceiro, porque o Exército estava numa posição de isolamento em relação ao governo, o governo sentindo a animosidade de lado a lado e nós numa atitude de discricção, embora forte, e internamente procurando manter a coesão. E, finalmente, porque no dia 26 nós tivemos dois fatos de grande repercussão.

Perto das cinco horas da manhã, eu recebi um telefonema direto do Peri, lá de Santa Maria, declarando o seguinte: "Muricy, li a Constituição e a solução que há é dar posse ao Jango porque o artigo 78 diz isso." respondi: "Mas Peri, nós não somos juristas, não temos condições de poder dar... vamos aguardar a opinião." E ele: "Não, mas eu já li, já cheguei à conclusão."

Então já começou a haver a primeira frincha dentro do III Exército. Ao mesmo tempo, Brizola, que sentiu que esse problema iria se agravar, começou a tomar atitudes para se precaver. Brizola é um caudilho, um homem de pouca cultura, mas é um líder e um homem de ação. Ninguém tenha dúvida disso.

Então, nesse dia, a primeira coisa que ele fez foi ocupar a telefônica, para fazer o controle das ligações no Rio Grande do Sul. Eu estava no quartel-general quando entrou o Dimas, jornalista representante dos Diários Associados em Porto Alegre. Ele veio me comunicar o fato. Imediatamente, levei o fato ao conhecimento do Machado. O chefe do Estado-Maior não age por si, age sempre por delegação. O Machado Lopes ficou preocupado com o problema, mas disse: "Não tome medida nenhuma, porque eu quero evitar um confronto."

A.C. - Nesse caso a ocupação da telefônica caberia ao Exército.

A.M. - Caberia ao governo federal, não ao Exército. É um ato do governo federal.

L.H. - Com que forças o Brizola contava nesse caso? A Polícia Militar?

A.M. - Nada. Um batalhão chamado Pedro Paulo, que era o Batalhão da Escola da Polícia Militar. Um bom batalhão. E não tinha mais nada.

L.H. - E esse batalhão tinha contato com o III Exército ou era fiel ao governador?

A.M. - Esse batalhão tinha algum contato. O comandante da Brigada sempre esteve em ligação conosco. Eu tinha a certeza de que ele ficaria conosco, no caso do choque. Ele era mais ou menos contra o Brizola.

A.C. - Como é que ele contornou isso?

A.M. - Deixa eu contar a história, porque os fatos vão surgindo através da minha narração, e vocês vão compreender. Então começa esse ambiente no Rio Grande do Sul.

Eu estou agora misturando os dois dias, porque eles são uma continuidade. Eu não dormi na noite de 25, nem a de 26, nem a de 27. Passei em claro essas três noites, recostado.

Nesse momento, o Brizola começou a tomar as suas medidas, porque teve conhecimento da ordem do Denis para fazer a união do Exército e que a atitude dos ministros militares era de esperar a interpretação, procurando uma solução legal.

Como as ligações eram difíceis, e a fonia não tinha sigilo - hoje há uma série de aparelhos que distorcem a voz -, nós ouvíamos as ligações do Palácio Piratini e o Palácio Piratini ouvia as nossas ligações. E veio essa primeira notícia de que já havia uma discordância dentro do Congresso sobre a questão de posse do Jango. Veio um telegrama do Denis que eu fui encarregado, pelo Machado de transmitir e saber a opinião de todos os comandantes. Então, pessoalmente, telefonei para cada um: "Recebemos tal comunicação. Queremos saber como está a sua unidade." Resposta: "Minha unidade continua no ponto de vista de manter-se a coesão do Exército, fazer isso, fazer aquilo." Duas únicas exceções: Peri Constant Bevilacqua, no comando da 3a. DI, em Santa Maria, e Oromar Osório, no comando da 1ª. DC, em Santiago do Boqueirão. Foram os dois homens que imediatamente deram a sua opinião. E nós ficamos sabendo que nessas duas áreas não havia possibilidade de uma atuação, particularmente na do Oromar Osório. O Peri é um homem muito mais franco, e estava muito menos comprometido com o outro lado do que o Oromar.

L.H. - A atitude dos dois era de dar posse imediata?

A.M. - Dar posse e mais... A coisa foi num crescendo, o Brizola resolveu organizar a Cadeia da Legalidade. Ocupou a rádio Guaíba, situada numa ilha do rio Guaíba, e levou os cristais e o microfone para o Palácio. De lá, ele começou a irradiar. E a TV Farroupilha, se não me engano, que ficava no Beira Rio, em cima de um barranco, também irradiava as notícias e hinos militares: "O Rio Grande está sendo esbulhado, é uma questão de brio para o Rio Grande os riograndenses manterem a posse de um gaúcho, porque os ministros militares é que não querem que o gaúcho seja..."

A cadeia da Legalidade tinha um aspecto psicológico do gaúcho e realmente transformou a atmosfera.

A.C. - Quando foi isso? Dia 26?

A.M. - Dias 26 e 27. Foram Dois dias tremendos!

Brizola chamou a tropa, cercou no Palácio Piratini e colocou o que nós chamamos cavalos de frisa. Nós também, na área militar, colocamos barricadas. Cavalos de frisa são redes de arame no meio da rua, fechando, bloqueando. Ficamos, então, com uma área da cidade onde só se entrava com ordem nossa, e lá naquela praça em frente ao Palácio Piratini também só se entrava com ordem do Brizola.

I.F. - Ele ainda continuava só com os "Pedro Paulo"?

A.M. - Sim, e foi assim até quase o fim.

A.C. - Toda a força dele estava na liderança e no rádio.

A.M. - Agora é que vai entrar o outro aspecto. Nesse momento, todo Porto Alegre e todos nós sentimos que o choque entre o III Exército e o governo ia se dar, fatalmente. Recebi uma ordem do ministro Denis, através do Geisel, para que nós fizéssemos calar a Cadeia da Legalidade. Fui ao Machado Lopes, transmiti a ordem e disse: "Posso montar uma operação para calar a Cadeia da Legalidade?" "Ele disse: "Pode." Então, eu montei uma operação para calar a cadeia.

Nós tínhamos, na região de Serraria, ao sul de Porto Alegre, o 2º. Regimento de Cavalaria Motorizada. Nós tínhamos, na cidade de Porto Alegre, uma companhia de Polícia Militar excepcionalmente bem-treinada, pelo então capitão Américo Leal, hoje deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Tínhamos, chegado a Porto Alegre, um conjunto de esquadrões de cavalaria, com que nós íamos fazer o desfile de 7 de Setembro, já previsto para dias depois... Cada divisão de cavalaria, mandou um esquadrão perfeito, equipado, pronto para a ação e para o desfile. Deviam chegar a Porto Alegre um ou dois dias depois. Mais adiante, em São Leopoldo - questão de meia hora ou um pouco mais - tínhamos um regimento de infantaria e um grupo de artilharia. Estas eram apenas as tropas que estavam mais próximas. E toda essa tropa estava sob o controle do Machado Lopes. Não houve discrepância.

Então, nunca tivemos preocupação quanto a um choque militar. O choque militar seria a destruição imediata do governo do estado e de toda a tropa que ele pudesse dispor, porque ele não tinha nada. Isso nunca nos preocupou. mas havia a questão política e, principalmente, surgiu uma preocupação em Porto Alegre: a guerra civil.

Os fatos, agora, se desenrolam num crescendo.

Uma comissão de deputados estaduais procurou o Machado Lopes. Os deputados disseram: "General, nós estamos preocupados com a situação, poderá haver um choque que vai ensanguentar o Rio Grande." Isso foi nos dias 26 e 27. Agora não vou separar um dia do outro porque... Depois veio uma comissão de senhores: "General, nós estamos preocupadas, porque vamos ter nossos maridos, os nossos noivos, nossos irmãos, nossos filhos num choque e haverá mortes..." Em seguida, veio dom Vicente Scherer, que era cardeal naquela ocasião. O Brasil então só tinha um Cardeal. Ele conversou com o Machado Lopes, também mostrando a preocupação da Igreja com um possível choque. Inclusive, na saída -

eu me dava muito com dom Vicente e quero bem a ele até hoje - ele virou-se para mim e disse: "General Muricy, estou muito preocupado com esse choque." Eu disse: "Dom Vicente, de nossa parte, nós também não desejamos a luta. Agora, se a luta vier, nós não temos como fugir." Ele disse: "Mas isso é uma preocupação." E eu: "Mas nós estamos caminhando para alguma coisa. Eu não sei o que será. Mas de nossa parte, nós não provocaremos uma guerra civil. Essa é a intenção do general Machado Lopes, ele lhe disse."

Depois veio o próprio prefeito Loureiro, que era adversário figadal de Brizola e Jango. Ele disse: "A situação está muito difícil. É preciso evitar o choque. Acho que o melhor é dar posse ao Jango, porque ele é um covarde. Ele assume e depois, conforme o que ele faça, se derruba." Eu ainda disse: "Mas seu Loureiro, depois que ele subir, aí é que tem forças. Se não o tirarem agora, depois é que não o tiram, ou então o tiram com muito mais dificuldade, não haja dúvida nenhuma."

Era esse o ambiente em Porto Alegre. Ao mesmo tempo, havia entrado em ação uma coisa que até então não existia no Brasil: o rádio de pilha. O rádio de pilha fazia com que todo mundo no Rio Grande, inclusive os soldados, sargentos e tenentes - oficiais de menor hierarquia - estivessem ouvindo a Cadeia da Legalidade, porque era só o que havia. Esse ambiente foi emprestando no Rio Grande do Sul e eu senti, pela primeira vez, a importância do que se chama a guerra psicológica. Com a guerra psicológica, eu vi, em dois dias, o Rio Grande se transformar. O Rio Grande, que tinha metade ou mais contra Brizola, se transformou em ardoroso defensor de Brizola. Os gaúchos de todas as classes iam com as roupas típicas e revólveres na cinta, tomar chimarrão na praça pública.

Ao mesmo tempo, Brizola começou a tomar medidas para levantar o povo. Invadiu a fábrica Rossi e apreendeu dois ou três mil revólveres para armar a população. Existia no centro da cidade um edifício chamado de "Mata-borrão", porque tinha a forma desses mata-borrões de mesa. Nesse "Mata-borrão", que era um lugar de exposições, foi feita uma concentração de estudantes e distribuição de armas e uma espécie de mobilização de pessoal. Chegou um momento em que tomávamos nós uma atitude ou a coisa degradingolava. Tínhamos o controle da situação e sabíamos disso. Mas o Machado ficou com receio. E essa é a causa profunda das suas atitudes. Ele não quis assumir a responsabilidade de desencadear a guerra civil no Rio Grande.

L.H. - Seria um massacre, não seria?

A.M. - Completo! O meu papel era manter o moral da tropa e, ao mesmo tempo, me preparar para tudo, inclusive para o massacre, quer dizer, para o choque que viesse. Essa era a minha posição e nela eu fiquei.

Dentro dessa coisa, veio a comunicação do Denis, de que era preciso calar a Cadeia da Legalidade, e eu montei uma operação. Tive que tomar as providências com a tropa mais próxima. Mandeí deslocar, em nome do general Machado, um esquadrão daquele regimento de cavalaria ao sul e determinei a ocupação da TV Farroupilha. A Tropa chegou e ocupou. Ao mesmo tempo preparei a companhia, chamei o meu ajudante de ordens, o Mauro, além do Américo e do Alcio, e estudei com eles o problema da Radio Guaíba, na ilha. Chegamos à conclusão de que o problema era botar a mão no cristal e aí a rádio se calaria completamente. O Alcio me dava as condições técnicas; o Américo ficava com a tropa de choque, que era primorosa, e o Mauro era meu elemento de ligação. Botei os três juntos e desencadeei. Quando eu estava para partir com essa tropa sobre o Guaíba, o Machado

Lopes mandou me chamar e disse: "Muricy, a operação pára." Mandei a tropa para o quartel, mandei voltar tudo a zero e fiquei aguardando. E aí a situação empesteou ainda mais.

De um certo de vista, foi bom a ocupação não ter acontecido, porque ia ser um massacre. A minha companhia de polícia era muito boa. Era inferior em número, embora superior em armamento, aos elementos que estavam guardando a Rádio Guaíba, do batalhão "Pedro Paulo" que foi todo para lá. Então haveria um choque violentíssimo.

I.F. - Mas o grosso da tropa era gaúcho. Nessas horas, o brio gaúcho não entrava em choque com a hierarquia?

A.M. - Você lembrou bem. Ao mesmo tempo, eu recebia as informações de que os sargentos estavam virando gaúchos, no lugar de serem sargentos. O tenente já estava virando gaúcho. Então, comecei a sentir o enfraquecimento da força que estava sob o controle do Machado Lopes.

L.H. - Nesse ponto, o Brizola agiu com muita inteligência. Se ele não tinha uma tropa muito grande ao lado dele, foi buscar no brio gaúcho...

A.M. - Foi buscar a guerra psicológica, atuando no ponto fundamental, que é aquele brio gaúcho, em que as coisas gaúchas vibram lá dentro, e eu comecei a sentir que dentro da tropa já havia fissuras.

A.C. - General, digamos que essa guerra psicológica que o senhor diz, se escorava num fato muito objetivo, que era a Constituição. O Peri Bevilacqua, que sempre foi um legalista ferrenho, era um pouco o termômetro dessa situação. Havia o apoio da legalidade, digamos assim.

A.M. - Sim, o apoio da legalidade que ele foi buscando. O Peri sempre foi um homem muito leal, com grandes qualidades. Depois que foi casado, eu continuei a me dar com ele, nunca briguei com o Peri. Mas nossa posição era aguardar a definição dos órgãos centrais.

A.C. - E a situação era muito grave, porque quando o senhor transmitiu a ordem do Denis, imediatamente consultou os comandos sobre o que eles achavam. Numa situação normal, eles não teriam que ser consultados. Era automático.

A.M. - Não precisavam ser consultados, mas, transmiti o ponto de vista do Denis e perguntei a posição deles.

A.C. - O senhor transmitiu a posição de que não dariam posse ao Jango.

A.M. - Todos estavam de acordo com as decisões que saíssem dos ministros militares e do comando do III Exército. O Peri e o Oromar se colocaram na posição de que a posse do Jango era indiscutível.

L.H. - O Denis, no fundo, estava sondando a fidelidade das guarnições ao Ministério da Guerra?

L.M. - Das guarnições do Rio Grande. Nos outros estados a coisa ficou sem a definição que houve no Rio Grande, por causa do Brizola. O Brizola saiu da lei, indiscutivelmente. Ele exorbitou das suas atribuições. Mas ele deu a interpretação da Constituição, como o Peri deu, e a nossa posição era atender ao que ficasse decidido pelo governo central e pelo Congresso.

L.H. - Mas ele saiu da lei de uma maneira meio curiosa, porque saiu da lei se amparando nela.

A.M. - Exatamente. E mais: criou um clima de apoio da população que atingiu os próprios adversários, que se tornaram aliados, naquele momento.

Nesse período, veio ainda uma segunda tentativa. Eu, com dificuldade, entrei em ligação com o Golberi, que estava na secretaria do conselho. Pelo rádio, com todo mundo ouvindo, eu disse: "Golberi, é preciso encontrar uma solução. O problema aqui no Rio Grande está se complicando. A atmosfera já é outra. É preciso que encontrem uma solução. Eu não sei ainda quanto tempo nós podemos assegurar a tranquilidade." E isso tudo estava sob o meu controle, era eu que... Eu trabalhava dia e noite sem parar.

Ao mesmo tempo, eu estava começando a sentir a posição do Machado Lopes arrefecer. Chegou um momento em que, vendo o Machado Lopes também exausto, eu disse: "Machado, vai deitar." Ele disse: "Não posso, Muricy." E eu tive a convicção de que ele não ia deitar para que eu não...

[FINAL DA FITA 28-B]

A.M. - ... assumisse o comando. Ele saindo, quem dirigiria seria eu. Eu não faria nada sem a autorização dele. O chefe do Estado-Maior não age por si, age sempre por delegação. Embora ele tenha uma opinião, só fala em nome do chefe. Eu não poderia nunca ir contra a opinião dele. Cheguei a dizer-lhe: "Machado, vai deitar porque eu assumo um compromisso com você: não tomo nenhuma decisão sem acordar você e ter a sua autorização. Não transmitirei nenhuma ordem. A única coisa que eu quero é que você me autorize a fazer uma nova tentativa." Ele parou, não disse nada. Eu então mandei chamar o Alcio, o diretor da telefonia e o meu ajudante-de-ordens, o Mauro, e disse: "Como é que nós podemos parar a Cadeia da Legalidade?" Aí surgiu a idéia de que isso era possível na ponte do rio Guaíba, que era levadiça. Se eu tinha - como tinha - cabos de um lado e de outro, cortava a linha telefônica que atendia todo o sul do estado, parava o estado, mas calava a Cadeia da Legalidade, porque a Rádio Guaíba ficava sem energia. Eu cortava a rede elétrica do sul do estado. Eu montei a operação, fui ao Machado e disse: "Machado, eu posso resolver o problema da cadeia da legalidade, cumprindo a ordem do ministro e sem criar um choque: faço isso, isso, isso. E depois eu mantenho lá o pelotão e ninguém vem fazer a ligação." Ele pensou e disse: "Não. Não faça." Então, não fiz.

I.F. - E o senhor tinha que transmitir isso para o Rio?

A.M. - Não, isso era interno. Eu somente disse ao Golberi: "É preciso que vocês encontrem uma solução dentro da lei. Procurem uma solução legal, porque a situação aqui está péssima e eu não sei como é que nós vamos evoluir." Eu estava convencido de que teríamos um choque com o governo do estado e, conseqüentemente, com uma porção de civis. Mesmo dentro da nossa tropa haveria divergências. A situação era realmente muito... Nós queríamos esperar a decisão lá de cima.

Ainda nessa ocasião, o Médici, que estava em férias em Bagé quando houve a ordem de prontidão, imediatamente saiu de lá e passou em Porto Alegre (ele tinha sido nomeado para Mato Grosso). Eu lhe disse: "Olha, Medici, vá já assumir o seu comando. A situação é imprevisível. O que vai acontecer, eu não sei. Tudo pode acontecer, e nós podemos entrar em guerra civil logo." E o Medici seguiu. Isso é só para dar um exemplo do ambiente.

Tamanha foi a intensidade da coisa, que no dia 28 à noite ou à tarde sentimos a necessidade de aproximar o Machado Lopes do Brizola, para baixar a pressão da caldeira.

Estávamos nessa ligação quando na noite do dia 28 (não tenho bem certeza) o Lauro Schulck, auditor militar muito amigo do Brizola, veio falar com o Machado Lopes, justamente para ver como providenciar um encontro de Machado Lopes com o Brizola a fim de fazer... se era cá, se era lá etc.

E pela primeira vez o Machado Lopes tomou uma atitude inusitada em relação a mim. Quando cheguei, ele me disse: "Muricy, deixa eu falar a sós com o Schulck." Quando ele disse isso, pensei: "O Machado Lopes já não é mais o mesmo chefe, já mudou de orientação." Este foi o pensamento que eu tive, mas que não comuniquei a ninguém.

L.H. - O senhor vinha acompanhando dia a dia as mudanças no comportamento do Machado Lopes.

A.M. - Dia a dia, era a minha função. Eu tinha que estar ao par de tudo que acontecia no Rio Grande.

L.H. - E' E as próprias mudanças do Machado Lopes, o senhor vinha acompanhando também.

A.M. - Diariamente. Eu estava em contato permanente! Quando veio dom Vicente, quando veio o Loureiro... a tudo eu estive presente para dar a minha opinião, para discutir, mostrar que nós estávamos aguardando ordens do governo central, dos ministros militares. O Ranieri tinha assumido a presidência e nós estávamos ligados lá. Tínhamos que obedecer à ordem do ministro e não ir contra ele, não podíamos nos sublevar, ficarmos com o Brizola rompendo com o ministro.

A.C. - E nesse caso a posição do Machado Lopes era de aguardar as ordens do ministro ou era de respeito à legalidade? como princípio?

A.M. - Era de aguardar as ordens do ministro. Era esta a disposição. Que eu sabia, só havia dois chefes de alto escalão querendo enfrentar: O Peri e o Oromar.

A.C. - A posição dele era a de não entrar em detalhe sobre uma possível interpretação da questão da legalidade.

A.M. - Sim, porque a interpretação devia sair do centro, do Congresso, dos juristas, da presidência. Era uma coisa do órgão central. Essa era a posição.

Ao mesmo tempo, todos nós, dadas as ligações do Jango, intimamente estávamos dispostos - eu principalmente, entre outros - a achar que o Jango não devia tomar posse, por causa do perigo do crescimento do comunismo que o cercava ou dominava completamente.

L.H. - O senhor, pessoalmente, era contra?

A.M. - Eu, pessoalmente. Mas a minha posição militar é uma coisa. Como eu, quase todo o meu estado-maior era contra; como eu, uma porção de oficiais era contra.

E aí deu-se uma coisa muito interessante: os oficiais vinham a mim para que eu tomasse uma atitude. Eu tinha condições para levantar o III Exército, naquela ocasião. Mas eu não podia ir contra a direção do meu comandante, de quem era Chefe de Estado-Maior. É uma questão de ética militar. Eu só poderia fazer alguma coisa se não fosse chefe do Estado-Maior. Se eu fosse comandante de unidade, eu teria uma liberdade. como chefe de Estado-Maior, eu não podia. Chefe de Estado-Maior é uma questão de confiança completa entre o comandante e seu assistente imediato.

A.C. - O comandante de unidade tem mais liberdade de ação?

A.M. - Não é que tenha mais independência, não tem esse compromisso moral, pessoal. Tem um compromisso legal, do dever militar. Mas não tem o compromisso moral dessa dedicação ao chefe.

L.H. - Porque ele não é um homem da confiança estrita do chefe.

A.M. - Porque eu era um homem da confiança estrita do chefe. Um chefe aceita qualquer subordinado do Exército. Só tem direito de escolher três homens: O chefe do Estado-Maior, o assistente e o ajudante-de-ordens. Esses três são de sua absoluta confiança. E na hora em que ele perde a confiança, vão embora: deixam de ter o papel que exercem normalmente.

Então, quando pedi uma solução ao Golberi, ele respondeu: "Nós estamos providenciando." Eu disse: "Mas tem que andar depressa. As coisas estão se acelerando muito aqui em Porto Alegre." Mas a Rádio Piratini também pegava tudo isso.

Como eu disse, o Schulck foi conversar com o Machado, acertando para o dia seguinte a ida do Machado Lopes ao palácio. Nessa noite - porque a coisa era contínua, 24 horas, por 24 horas. - eu estava preparado para qualquer coisa. Nessa ocasião, eu não assisti à conversa do Machado Lopes com Schulck, que, quando saiu me disse: "É preciso fazer um encontro." Eu disse: "É uma necessidade, para baixar essa pressão. Mas eu quero dizer a você uma coisa: esse teu chefe, teu amigo, é um rato. E eu sinto o III Exército como um elefante que tem um rato debaixo das patas e tem pena de esmagá-lo. Nós podemos esmagar o governador a qualquer hora. Temos força para isso. Mas este nem é o nosso desejo, nem traz vantagens para o Brasil."

Depois o Schulck fez um depoimento sobre essa ida e disse: "Encontrei o general Muricy muito exaltado..." Ele declarou no depoimento que saiu publicado.

A.C. - Mas general, o senhor tinha esperança de que o encontro do Machado Lopes com o Brizola levasse a algum entendimento? Porque aparentemente seria um encontro de aproximação.

A.M. - Seria um meio de tirar um pouco do vapor de dentro da panela de pressão.

A.C. - De que lado?

A.M. - Dos dois lados, porque, como estava, explodia à menor chama. E depois que a coisa explodisse ninguém sabia o que ia acontecer.

A.C. - Eu não sei se entendi exatamente o seu ponto de vista. A minha impressão é de que no estado de coisas em que o conflito se encontrava, qualquer encontro... Explodir por quê? O general Machado Lopes já estava disposto a não partir para uma posição de confronto.

A.M. - Mas o Brizola não sabia. Eles sabiam da minha posição de firmeza. Tudo vinha à minha mão, era conhecido em todo porto Alegre. Os oficiais e os comandantes de tropa vinham a mim. Queriam tomar uma atitude mais violenta. Eu segurava. Então, minha posição era conhecida em todo Porto Alegre.

Ao mesmo tempo, não havia ligação entre o Exército e o governo. Então, as notícias deviam chegar lá no governo num crescendo.

L.H. - O senhor, por exemplo, não tentou procurar o Brochado, que era uma pessoa com quem o senhor conversava, para ver se havia possibilidade de...

A.M. - Não. Ele era principalmente um homem do Brizola. Eu conhecia, gostava muito do Brochado, mas nessa hora ele era do outro lado.

L.H. - Seria uma ponte, uma tentativa.

A.M. - Seria, mas eu achei que devia deixar as coisas... Parti do princípio de que tínhamos que ficar ligados ao centro. O III Exército não tem que se subordinar ao governo do estado, tem que se subordinar à sua escala hierárquica, que são o ministro da Guerra e o presidente da República, que nesse caso era o Ranieri. E o Congresso estava deliberando o que fazer. Ficou aquela coisa: o que fazer?

A.C. - Não houve de sua parte um temor de que a posição da junta levasse a uma solução de ilegalidade constitucional? Que a recusa de dar posse ao vice-presidente pudesse gerar uma solução afastada de uma conciliação constitucional? Em outras palavras, não havia o perigo do poder da junta...

L.H. - ... dar um golpe?

A.M. - Havia a esperança... O Denis tinha mandado um telegrama que existe aí nesses dossiês todos - dizendo que ele estava procurando uma solução dentro da lei. Eu tinha entrado em ligação com o Golberi e ele tinha me dito que estavam procurando uma solução dentro da lei. Realmente, ninguém queria a posse do Jango. Eu não queria a posse do Jango,

mas queria uma solução legal. Este era o ponto de vista: não se podia aceitar uma imposição do Brizola para uma situação que não lhe cabia solucionar.

A.C. - Tenho uma dúvida, que o senhor pode certamente me ajudar à resolver: até que ponto a solução parlamentarista foi resultante da pressão do Brizola, ou essa solução marchou em paralelo?

A.M. - Eu vou chegar lá. Por enquanto, estou em Porto Alegre. Eu prefiro contar os fatos, depois a gente começa a discutir.

Chegou a madrugada do dia 29 (se não me engano). Veio uma ordem do Denis, para que o Machado Lopes chamasse a porto Alegre o Peri e o Oromar e determinasse que eles embarcassem para o Rio, porque naturalmente se queria tirar do Rio Grande aqueles dois chefes que eram a favor da posse à *outrance* do Jango.

A.C. - O senhor tinha comunicado isso ao Golberi?

A.M. - Todo mundo sabia... Eu não podia dizer pelo rádio... Através do rádio eu podia fazer, mas não podia fazer pela fonia. Pelo rádio eu tinha ligação com o ministro. Então, o Machado Lopes informava.

A.C. - O Machado Lopes informou que o Peri e o Oromar estavam contra?

A.M. - Informou. Então, do Rio veio a ordem para que o Machado Lopes os fizesse embarcar. Então, o Machado Lopes determinou ao Peri e ao Oromar que viessem a Porto Alegre. O Peri veio no dia seguinte, mas o Oromar declarou que não vinha.

A.C. - Santiago do Boqueirão era uma unidade militarmente forte.

A.M. - Das divisões de cavalaria, era a mais forte. Era chamada a divisão cobra, a que tinha o maior número de unidades, embora não tivesse a força da 3a ou da 6a Divisão de Infantaria. mas era uma grande unidade, que tinha uma porção de unidades espalhadas por todo o oeste do Rio Grande do Sul. E o impacto do levante dessas unidades se alastraria dentro de uma armadura já cheia de falhas. Era a 1a. Divisão de Cavalaria.

Então, nesse momento...

A.C. - No fundo, general, o oeste do estado e o centro - Santa Maria - estavam...

A.M. - Não. porque dentro da unidade do Peri havia uma porção de gente que queria levantar, que tinha ficado conosco. Do Oromar, eu não tive comunicação. Mas com aquele miolo do Rio Grande, inclusive Cruz Alta, eu tinha ligação. Vários oficiais vieram de Cruz Alta falar comigo, a mando do Paula Couto e do Aguiar. O próprio comandante do Regimento de Artilharia de Santa Maria mandou um elemento falar comigo, porque eles tinham confiança absoluta na minha posição. Então, eu esclareci: "Nossa posição é de aguardar a decisão do governo central, manter a coesão do Exército até que venha uma decisão central. Não podemos tomar nenhuma decisão por nós. Agora, que o governo do estado está fora da lei, está."

Então era essa minha tônica de atuação. Intimamente, rezava para que o governo central achasse uma solução que não fosse a posse do Jango.

L.H. - E, sobretudo, que achasse uma solução rápida, não é?

A.M. - Ah, é. Era o que eu dizia sempre ao Golberi, pela fonia: "Acabem de uma vez... Estou nessa situação."

A.C. - E o Golberi estava assessorando o Pedro Geraldo?

A.M. - Não! Nessa hora ele começou a assessorar diretamente o ministro. O Jânio tinha saído e o Pedro Geraldo ficou sem função. O Denis assumiu o comando do Exército. O Ranieri Mazzilli não tinha muita força, não tinha expressão. No Rio, estavam o Rivas, o Cordeiro e o Orlando. Esses três homens é que estavam sempre em contato e polarizavam a atuação no Rio de Janeiro. O Pedro Geraldo não tinha nada com isso nesse momento. Agora, o Golberi estava ligado diretamente ao Gabinete do ministro, isto é, ao Orlando Geisel.

A.C. - Quer dizer: ele se deslocou. O Conselho de Segurança Nacional ficou praticamente sem função numa situação dessas. Era uma função muito mais de estudos etc e veio aqui para o Rio também.

A.M. - O Golbery estava no Rio. O Conselho de Segurança Nacional ficava no prédio da casa da Borracha, na rua Uruguaiana, esquina da avenida Presidente Vargas, 2º andar, com uma porta de ferro e a gente entrava lá dando nome, carteira de identidade, uma porção de coisas.

L.H. - Mas o senhor disse que o Mazzilli não tinha muita força. O Denis assumiu por completo o comando do Exército. Não havia medo de que o Denis desse um golpe?

A.M. - O Exército estava preocupado em encontrar uma solução. E eu senti isso quando cheguei ao Rio. É por isso que eu digo que estive sempre no temporal, porque eu vi o temporal por dentro, eu vi o olho do furacão.
Nessa ocasião...

I.F. - O Peri estava em Porto Alegre?

A.M. - Não, o Peri estava em Santa Maria. Nós transmitimos a ordem, mas ele declarou que iria depois. E isso vai ter relação com a minha saída de Porto Alegre.

Mas então, chegou a madrugada do dia 29, se não me engano. Digamos 29, como pode ser 28, mas não é 30. Eu estava no meu gabinete quando chegou um recado: "O ministro quer falar com o general Machado Lopes." Eu passei no gabinete, o Machado Lopes estava recostado, fardado. Eu disse: "Machado, você está sendo chamado pela fonia pelo ministro ou pelo gabinete do ministro. Já vou lá para dizer que você sabe."

Comigo foi o Alcio para dirigir a estação de fonia. Quando cheguei, entrou o Virgínio, aquele coronel que tinha assumido o comando da região onde o Chefe do Estado-Maior era o Assis Brasil. Também foi comigo o meu ajudante-de-ordens, o Mauro. Do outro lado do

rádio estava o Orlando, que perguntou: "General Machado Lopes?". Eu respondi: "Não, está aqui o general Muricy. O general Machado Lopes vem já." Ele disse: "General Muricy, o senhor ministro baixa a seguinte ordem para o comando do III Exército..." Em síntese - eu não sei os termos - era: "O governador Brizola está fora da lei pelas atitudes que ele tomou. É preciso calar a voz da Legalidade. Use para isso os meios que forem necessários (aqui há um episódio que tenho que contar, é a questão do bombardeio, que depois criou uma celeuma). Faça convergir sobre Porto Alegre a tropa do Rio Grande, para poder enfrentar o governador. Use a aviação, indo até o bombardeio se necessário. Consta que o general Muricy está para vir ao Rio de Janeiro." Eu tinha dito ao Machado: "Machado, é preciso esclarecer o Rio da situação aqui em Porto Alegre. Nós não temos ligação e eu preciso ir pessoalmente para dizer o que está ocorrendo, para que se encontre uma solução para esse impasse. Nós não temos saída aqui." E o Machado Lopes tinha dito: "Você então viaja amanhã." E eu entrei em ligação com o Passos para me providenciar um avião.

L.H. - Sua ida já era esperada?

A.M. - Já. Então veio o rádio: "O momento não é de conversa, é de ação."

Quando eu estava começando a receber o rádio entrou o Machado Lopes na sala da fonia. Pegou o fone e disse: "General machado Lopes na escuta." Foi repetido todo o documento e o Machado Lopes ouviu... Quando a transmissão terminou, ele parou afastou-se para a janela, ficou sozinho, voltou, pegou o fone e disse: "Diga ao senhor ministro que eu cumpro ordens apenas dentro da situação moral..." Foi uma coisa como aquela frase do Denis do 11 de Novembro: "(...) dentro da Constituição vigente."

L.H. - Quer dizer, ele devolveu ao Denis aquela frase...

A.M. - E', que foi a frase do Lott naquela ocasião. Então: "Cumpro ordens apenas dentro da Constituição vigente." Desligou, entregou e saiu da sala. Aí o Orlando disse: "Mas general Machado Lopes..." Eu aí peguei o fone e disse: "General Orlando, fala aqui o general Muricy. O general Machado Lopes acaba de sair, logo em seguida de ter-lhe dado aquela informação. Eu não estou ao par do pensamento dele nesse momento, mas creia que ele deu essa resposta porque ele está com receio do desencadeamento de uma guerra civil no Rio Grande. A situação é realmente difícil e a guerra civil pode eclodir de uma hora para outra. Acho que a situação do Rio Grande precisa ser esclarecida. Eu vou embarcar já para o Rio de Janeiro, para botar os comandos a par da situação aqui no Rio Grande."

Saí dali e passei no gabinete do Machado Lopes. Encontrei-o com a fisionomia abatida e a senhora dele, dona Armandina, chorando. Ela me disse: "General Muricy, estou muito preocupada com o Machado." Eu disse: "Dona Armandina, Machado, eu vou ao Rio já e resolvo esse problema, porque não pode haver a divisão do III Exército com o resto do Exército brasileiro. Fiquem calmos, porque eu volto com uma solução."

Mandei telefonar para o Passos: "O avião está pronto?" Disseram: "Está." E eu: "Preparem para sair assim que eu chegar no campo de Canoas."

L.H. - Desculpe interromper, mas nesse momento ainda não tinha havido a reunião entre o Machado Lopes e o Brizola?

A.M. - Não. Ainda era a situação anterior. Nós então...

A.C. - Uma situação de normalidade aparente muito grande.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.C. - A aparente normalidade que eu vejo é que pela primeira vez o general Machado Lopes estava falando diretamente com o Orlando Geisel, com o gabinete do ministro.

A.M. - Com Orlando Geisel, que representava o ministro. E mais: naquela hora, ele estava rompendo com o ministro.

A.C. - Não era normal que ele tivesse falado diretamente com o Denis antes disso?

A.M. - O Denis estava em Brasília! Brasília não falava com Porto Alegre!

L.H. - Era Brasília-Rio; Rio-Porto Alegre?

A.M. - Era. Não se esqueçam de que em 1961 as comunicações no Brasil não eram as de hoje. Era outro Brasil.

A.C. - Isso, de uma certa forma, foi responsável por uma grande parte desses problemas, porque o que o senhor está nos dizendo é que ninguém sabia que se estava à beira da guerra civil, até o dia 28.

A.M. - Não... Sabiam, porque eu já tinha dito ao Golberi.

A.C. - Mas o senhor precisou insistir e eles ainda quiseram barrar a sua viagem.

A.M. - Essa ordem do Denis mostra que nós não sabíamos direito o que estava se passando no Rio e o Rio não sabia direito o que se passava em Porto Alegre.

A.C. - Exatamente. Havia um desentendimento, pela desinformação.

A.M. - Completo. Apesar disso, a imprensa se encarregava de fazer... O Brizola tomou uma porção de precauções. por exemplo, ele ocupou a VARIG, o que passou a ser um instrumento do governo do estado. A companhia telefônica passou a ser dominada pelo estado.

A.C. - Com que forças ele ocupou a VARIG?

A.M. - Botou lá quatro guardas. É uma companhia civil e quatro guardas seguram uma companhia inteira. Militar é uma coisa, civil é outra.

L.H. - E, como o senhor diz, a própria dificuldade de se falar em sigilo, porque todo mundo ouvia tudo, fazia com que as informações fossem muito rápidas.

A.M. - Só as comunicações pelo rádio que cifrávamos para mandar para... Mas essas comunicações nem sempre passavam pela minha mão, porque eu tinha tanta coisa para fazer... Passei três ou quatro noites praticamente sem dormir.

A.C. - E essa comunicação pelo rádio que o senhor teve com o Orlando Geisel estava sendo ouvida?

A.M. - Estava. Foi ouvida pelo Palácio Piratini.

I.F. - Quer dizer, então, que o Palácio Piratini ficou sabendo da posição do Machado Lopes na mesma hora.

A.M. - Acho que sim. Não sei. Isso aí eu não posso informar. Uma coisa eu garanto: o sigilo era relativo, muito precário. E a conversação pela fonia era difícilimo nem sempre se entendia.

O fato é que eu saí, passei no gabinete do machado Lopes e me dirigi imediatamente para o campo. Eu não tinha ido em casa. Desde o dia 25, eu estava dentro do quartel-general. Mandava buscar roupa, tomava banho, tudo lá dentro. Pelo telefone, às vezes, através da conversa com a minha mulher, eu sentia a preocupação das outras senhoras, que a procuravam: "Dona Virgínia, o que está acontecendo? Que é que diz o general? Fulano está preocupado." Através dela, então, tive uma série de informações, sentindo o empestamento do lado de fora do quartel. Nós morávamos lá em cima em Petrópolis, e o pessoal que passava pelo centro sentia aquele movimento, os boatos corriam no meio civil, tudo isso ia bater lá nos ouvidos de minha mulher, através das senhoras que ligavam para ela.

Dentro disso, eu cheguei no campo de Canoas. E aí, uma marcha à ré. Na madrugada anterior - sempre é de madrugada... - às cinco ou seis horas da manhã, O Passos me telefonou: "Muricy, preciso falar com você com urgência." Eu disse: "Bem, mas eu não posso sair daqui." Dali a pouco, chegou o Passos, e disse: "Muricy, eu acabei de receber esse rádio do ministro da Aeronáutica, o Moss, para fazer um sobrevôo do palácio Piratini, a fim de abalar. É uma demonstração apenas. E eu acho que não devo fazer, porque o ambiente está muito exaltado e isso pode provocar qualquer coisa que eu não sei..." Eu disse: "Acho que não convém." Fui ao Machado Lopes com o Passos...

[FINAL DA FITA 29-A]

A.M. - ... e o Machado Lopes concordou com o nosso ponto de vista de não fazer a demonstração. E o sobrevôo não foi feito.

Mas a ordem no despacho do Denis dizia assim: "Use a aviação, indo até o bombardeio se necessário." E isso ligou-se com outro fato e espalhou-se em Porto Alegre que o Denis tinha dado ordem para bombardear o palácio Piratini. E aí a coisa entornou e, a temperatura em Porto Alegre subiu de uma maneira bárbara.

A.C. - Qual era a responsabilidade do Passos?

A.M. - Comandava a zona aérea. Tinha a base de Canoas, acho que com uma unidade de observação. E toda a oficialidade, de uma maneira geral, estava contra o Brizola.

Dentro desse ambiente, eu saí de Porto Alegre, com o meu ajudante-de-ordens, o Mauro. E aí, pela primeira vez, pude descansar. Encostei a cabeça num canto e dormi até o Rio de Janeiro. O avião era pequeno, levei quatro horas para chegar ao Rio e dormi essas quatro horas profundamente.

Cheguei e imediatamente fui para o quartel-general, onde encontrei o Orlando e perguntei: "Onde está o ministro?" E ele: "O ministro está em Brasília." Aí chegaram o Ribas e o Cordeiro e perguntaram: "Muricy, como está você?" Fomos para uma sala e eu relatei ao Ribas, ao Cordeiro e ao Orlando como era o ambiente no Rio Grande, por que o Machado Lopes tinha dado aquela resposta e como eu a interpretava. Achava que ainda era possível haver uma recomposição, era só uma questão de não radicalizar. Desde que não se radicalizasse seria possível haver uma retomada das posições em torno da autoridade do ministro. Expliquei todo o meu ponto de vista e o Orlando fez a comunicação para Brasília. Dali a pouco ele voltou: "Muricy, o ministro ouviu, compreendeu e manda dizer que o general Machado Lopes considere aquela ordem como uma diretriz. Então, ele executará aquelas determinações no momento que for necessário e se for necessário." Quer dizer, deu uma liberdade absoluta ao Machado Lopes para executar aquelas ações. Em vista disso, eu me preparei para voltar.

Virei-me para o ajudante-de-ordens e disse: "entre em ligação com a base aérea e prepare a minha volta para as seis horas da tarde." Então, desci para o Estado-Maior e outros departamentos para tomar uma série de providências de ordem administrativa que eu tinha que tomar no Rio, antes de embarcar.

Eu cheguei ao Rio quase ao meio-dia, estive logo no quartel-general e, lá pelas quatro horas da tarde, estava lá no Estado-Maior e recebi um recado: "O general Orlando está pedindo para você subir com urgência para falar com ele."

Quando cheguei lá em cima, Orlando disse: "Muricy, o ministro manda dizer que você não precisa voltar a Porto Alegre." E eu: "Por quê?" Ele: "Porque o Machado Lopes acaba de aderir ao Brizola." Eu: "Mas como?! Se eu saí hoje de manhã de Porto Alegre, o ambiente era esse, como é que à tarde ele..." O Orlando disse: "Está aqui." E mostrou então o rádio que eles tinham recebido do Sul, mostrando que o Machado Lopes tinha ido falar com o Brizola e se harmonizado no ponto de vista dele. Orlando continuou: "Não é só isso que o ministro manda dizer a você. Ele não deseja que você volte para lá, para evitar... É uma questão de sua segurança". Nesta hora, eu fiz uma das coisas que custo muito a fazer - soltei um palavrão e disse: "Eu volto de qualquer maneira! Eu vim cumprir uma missão e volto para dar parte de que missão está cumprida. Eu não sou homem de recado pelo meio! Vou embarcar imediatamente."

Mandei avisar a base aérea de que eu ia embarcar imediatamente. Peguei o que pude e fui embora. O Orlando ainda disse: "Muricy, seja feliz."

Telefonei para o meu filho Marcos e disse: "Não tenho tempo de falar com você, vá se encontrar comigo no aeroporto Santos Dumont." O Marcos chegou lá e disse: "O que há, papai?" E eu: "O que há é que o Machado Lopes acabou de aderir e eu estou voltando. O que vai acontecer comigo, eu não sei, mas alguma coisa vai acontecer."

L.H. - Isso sem contar que a sua família continuava em Porto Alegre, sujeita a represálias.

A.M. - Exato. Tudo isso influenciou na minha decisão futura. Eu disse: "Alguma coisa vai acontecer comigo, de maneira que entre um, dois ou três dias você vai saber notícias minhas. Como eu não sei, até logo." Peguei o avião e parti.

Quando estava saindo do Rio de Janeiro, o piloto me disse: "Olha, general, recebemos uma ordem da zona aérea para irmos a São Paulo para apanhar umas baterias que estão lá no campo de Cumbica." E eu: "Não tem nada de mais." Então, o avião desviou para São Paulo e descemos em Cumbica. Quando desci, estava me esperando o coronel Roberto Faria Lima, que depois foi a brigadeiro, irmão do Faria Lima, de São Paulo, que era muito amigo do meu irmão e de mim. Já esse Roberto, eu conhecia menos. Ele me disse: "General, eu mandei o avião vir, mas não é isso não. Houve um levante na base de Canoas, de maneira que nós não vamos mais ao Rio Grande do Sul. O avião não segue. E o brigadeiro Vanderlei está pedindo para o senhor ir falar com ele imediatamente." O Vanderlei comandava a zona aérea de São Paulo.

A.C. - Quer dizer, o levante da base de Canoas era contra o Brizola.

A.M. - Não! Depois, eu vim a saber de tudo que aconteceu. Veio aquela notícia de que o ministro tinha mandado fazer o bombardeio do Palácio Piratini e de que o Machado Lopes tinha autorizado... O Passos ia se retirar com os oficiais e mandou preparar os aviões. Os sargentos se recusaram, porque acharam que era um subterfúgio para levantar vôo com os aviões e fazer o bombardeio. Houve uma porção de coisas desagradáveis na zona aérea. Os aviões acabaram saindo, foram até Florianópolis e de lá seguiram para São Paulo e outros lugares, mas tudo isso ainda naquela fase de confusão.

O Vanderlei disse: "Olha, Muricy, não vai mais ninguém e o avião vai ficar aqui." E eu: "Bom, mas eu não vou ficar aqui. Eu vou de qualquer maneira para o Rio Grande do Sul, nem que seja a pé. Como é que eu vou fazer?" E ele diz: "A VARIG continua voando. Agora, a VARIG está sob o domínio do Brizola." Eu disse: "Paciência."

Saí e fui ao QG do II Exército, que estava sob o comando do Araújo Mota um homem simples, muito meu amigo e do Cordeiro. O chefe de Estado-Maior dele era o Dario Coelho, meu colega de turma.

Fui imediatamente ao QG e falei com os dois. Como sempre, há uma simbiose muito grande entre o chefe de Estado-Maior e o comandante da tropa. Expus o que havia no Rio Grande, a notícia que eu tinha recebido no Rio de Janeiro e a minha vontade de voltar de qualquer maneira para o Rio Grande do Sul.

Aí o Dário me disse: "Eu posso mandar requisitar já uma passagem na VARIG." E eu: "Então você, com sua autoridade de chefe do Estado-Maior, requisite o primeiro avião que houver." E ele requisitou a minha passagem para o avião de 9 horas da manhã do dia seguinte.

Eu voltei para a base de Cumbica para dormir lá. O Faria Lima conta que eu cheguei, sentei num sofá, encostei a cabeça e apaguei.

Eu estava há quatro noites sem dormir. Depois me puseram num quarto. Nesse quarto, inclusive, tinha estado o Jânio.

L.H. - O Faria Lima era o comandante da Base Aérea de Cumbica?

A.M. - Era. Ele me levou para lá. Eu dormi numa cama e o Mauro na outra e de lá, no outro dia cedinho, saí e peguei o avião para Porto Alegre.

L.H. - Ele contou ao senhor algum episódio ocorrido com o Jânio na base aérea?

A.M. - O Roberto Faria Lima disse que achava que o Jânio estava esperando a notícia de que o Congresso não tinha dado autorização para a renúncia, porque a primeira coisa que ele fez, quando chegou à base de Cumbica, foi perguntar ao Faria Lima se tinha vindo alguma notícia de Brasília a respeito da atitude do Congresso- palavras do Faria Lima para mim. E, ao mesmo tempo, a toda hora - Jânio estava indócil - fazia perguntas sobre Brasília: "O que houve em Brasília?." Não era a atitude de um homem que tinha se desligado de Brasília. Este é o testemunho do Faria Lima.

A.C. - Que era muito ligado ao Jânio, uma pessoa de sua confiança.

A.M. - Não digo que fosse ligado ao Jânio. Mas ele merecia a confiança de Jânio, que era o presidente da República que todos nós tínhamos eleito, embora já tivesse causado algumas decepções.

A.C. - Ficou sempre a dúvida: por que Cumbica?

A.M. - Porque ele não queria ir para um aeroporto civil. Queria ir para um aeroporto militar, onde ele achava que a lealdade dos militares, se amanhã houvesse uma necessidade permitiria que ele retornasse.

A.C. - Esta é a prova de que ele contava com os militares ou esperava esse apoio para voltar.

A.M. - Eu estou convencido disso. Não tenho provas. E o Roberto Faria Lima também me disse que teve essa impressão.

L.H. - Ele deu todos os sinais de que estava esperando alguma coisa.

A.M. - Ele não abriu a boca para o Faria Lima, mas deu todos os sinais de que isso poderia ocorrer. Agora, eu não tenho como provar se era realmente isso.

L.H. - E ele contou alguma coisa ao senhor a respeito das visitas que o Jânio teria recebido em Cumbica?

A.M. - Ele falou, mas eu acho que o Jânio praticamente não recebeu visitas.

L.H. - Só o Carvalho Pinto, não é?

A.M. - Se eu não me engano. Foi muito pouca gente. O Carvalho Pinto era o governador de São Paulo. Então, naturalmente, foi recebê-lo lá.

Mas aí, no dia seguinte, eu e meu ajudante-de-ordens pusemos trajes civis e pegamos o avião da VARIG. Quando estávamos já chegando a Porto Alegre, veio o piloto: "O senhor é que é o general Muricy?" Eu disse: "Sou." E ele: "Porque lá do aeroporto Salgado Filho estão perguntando se o senhor está a bordo." E eu: "Estou a bordo." Ele continuou:

"General, o senhor é contra a situação de Jango..." Eu não quis entrar em polêmica, dei qualquer resposta. O piloto que veio falar comigo, era o comandante de bordo, muito gentil, muito correto, mas mostrando que ele também estava dentro do espírito do Brizola.

Quando cheguei ao aeroporto, imediatamente veio uma porção de fotógrafos. Eu fingi naturalidade. Há até uma fotografia minha passando por baixo da asa. Eu tinha avisado ao meu assistente, o major Harry Schnarndorff, que eu iria. Vi o Harry com minha mulher, Virgínia, e um dos meus filhos, se não me engano o Maurício - o Marcelo era muito pequeno - nos braços. Eu então me dirigi com a maior naturalidade, peguei o Maurício, botei nos braços e entrei no carro. Fiz uma encenação. Não dei bola para os que vieram falar comigo.

Quando entrei no carro, disse ao Harry: "Como é que está a situação?" E ele: "O general Machado Lopes aderiu ao Brizola. A situação está complicadíssima. Há uma reação brutal dentro do Exército. Todo mundo está sem saber o que fazer. Estamos contando com o senhor para tomar uma posição. Só o senhor pode fazer o Machado Lopes voltar atrás e é possível ainda que isso aconteça."

L.H. - Nessa altura, o Cordeiro já tinha sido nomeado comandante do III Exército.

A.M. - Quando o Machado Lopes rompeu, imediatamente o governo tomou a decisão de nomear o Cordeiro. Foi nesse período em que eu estava viajando para São Paulo que se deu a nomeação do Cordeiro e a organização dos três *combat teams* que deveriam invadir o Paraná - por Registro, Ourinhos e... não me lembro mais do terceiro lugar.

L.H. - Foi mais ou menos no momento em que o senhor ficou imobilizado em Cumbica por falta de avião.

A.M. - Exato. Quando o Harry me contou tudo isso, eu disse: "Vou para casa me fardar e vou para o quartel-general. Mas você passe imediatamente um rádio para o general Geisel, chefe do gabinete, dizendo o seguinte: "Cheguei. Tudo bem. Há possibilidade de evolução da situação." Foi mais ou menos isso. O Harry me largou em casa e foi para o quartel-general. Eu me fardei, peguei o carro e fui para lá imediatamente.

Deixei Virgínia com as crianças lá em casa e, ao mesmo tempo, comecei a ficar preocupado. Virgínia tinha me posto a par da situação em Porto Alegre. Primeiro, me contou que o ambiente tinha sido de exaltação. A adesão do Machado Lopes não só tinha criado uma euforia como tinha aliviado aquele receio da guerra civil. Então, havia em Porto Alegre uma eclosão de alegria, digamos assim, que era perigosa para a minha posição e a daqueles que tinham o mesmo ponto de vista que o meu. Portanto, eu deveria tomar cuidado. Além disso, o Brizola tinha ficado com muita força.

Outro fato que Virgínia me contou foi que a senhora Machado Lopes, dona Armandina, preocupada com a minha ida para o Rio, tinha telefonado: "Virgínia, minha filha, estou muito preocupada com o Machado. Ele está tomando umas posições que eu não sei, não entendo. Mas também ele nunca esteve numa prontidão e numa situação tão complicada quanto esta." Palavras de dona Armandina para minha mulher.

Terceiro, Virgínia me contou que o Brizola, a partir daquele momento, tornou-se um líder absoluto no Rio Grande.

Eu aí fiquei preocupado. Disse: "Você vai pegar as crianças e sair daqui dessa casa já." Fiquei com receio de uma ação do Brizola para me neutralizar, contra Virgínia e meus

quatro filhos. Eu disse: "Você vai sair já. Pegue as crianças e vá o mais depressa possível para a casa da Irene e do Petrick." Eram os tchecos. Isso devia ser onze horas ou meio dia. Falei com ela, tomei as providências e me toquei para o quartel-general. Quando desci na porta do quartel para falar com o Machado, Harry estava saindo. Eu perguntei: "Onde está o Machado?" E ele: "Foi almoçar em casa da sobrinha dele (era ali perto). Chegou este rádio." E me entregou um rádio em que o Denis convocava o Machado Lopes para o Rio de Janeiro. Eu disse: "Me dá esse rádio" e meti o rádio no bolso. Continuei: "Ele está na casa da sobrinha, eu sei onde é, vamos lá." E fomos: eu, o Harry e o Mauro.

Lá estavam o Machado Lopes e o seu ajudante-de-ordens. Ele me recebeu numa atitude meio sem graça, digamos assim. Entrei imediatamente no assunto: "Machado, eu estou preocupado pela atitude que você assumiu." Ele: "Não, Muricy..." E começamos a discutir. Tivemos uma discussão que foi de meio-dia até duas horas, mais ou menos.

Há trechos dessa discussão que devem ser guardados. No meio da conversa, disse: "Muricy, fui obrigado a ficar do lado do governo para evitar um derramamento de sangue." Eu disse: "Sei, mas eu não posso ficar com você! Não estou de acordo! Você rompeu com o Exército, não pode dividir o Exército! Você tem que novamente unir o Exército!" E ele: "Mas eu não posso! Eu já estou numa situação e não posso voltar atrás!" E eu: "Mas também não posso ficar com você." Ele: "Eu libero você dos compromissos que tem comigo." Eu: "Eu aceito, porque não posso ficar do seu lado nessa hora; não sou mais seu chefe de Estado-Maior." E ele: "Não é mais meu chefe do Estado-Maior. Acabou-se." E eu: "Acabou-se."

A conversa estava terminando, mas voltei à carga: "Mas Machado, você não pode! Não é possível que você... Machado, você tem que tomar uma decisão, não pode cindir o Exército nessa hora. O que está agüentando o país é a união do Exército!" Aí eu me lembrei do rádio: "Machado, recebi esse rádio do Denis para que você siga para o Rio. Vá ao Rio e resolva o problema. Não crie a brecha do III Exército!" E ele disse: "Mas eu não posso sair." Aí eu senti que ele não desejava.

A.C. - Claro. Se ele saísse, o senhor ficaria.

A.M. - Se ele saísse eu assumiria o comando da guarnição, porque eu era o oficial mais antigo. Mas aí eu me lembrei que o Peri estava vindo para Porto Alegre e devia chegar às três da tarde.

L.H. - O Peri era mais antigo do que o senhor.

A.M. - Sim. Era o segundo, em graduação, no Exército.

Eu virei para o Machado e disse: "Tomo um compromisso. Eu fico aqui. Eu não saio daqui da casa de dona Fulana, fico aqui até a chegada do Peri. E mais: O Peri vem e assume o comando do Exército aqui. Eu quero é que você vá ao Rio. Eu quero é que se resolva o problema! Eu não posso compreender que você fique ao lado do Brizola!"

Ele aí parou e disse uma coisa que eu nunca mais esqueci: "Muricy, eu não posso mais voltar atrás. E o pior é que eu fiquei ao lado desse canalha, que é a pior gente do Brasil." Isso é trágico.

A.C. - De qualquer maneira, era muito arriscado, ir ao Rio, porque o Machado Lopes poderia ser preso.

A.M. - Mas nessa hora nós estávamos dispostos a tudo. Nessa hora só se pensa numa coisa: cumprir o dever como se está julgando, enfrentando tudo. A nossa vida passa a ter um valor secundário.

A.C. - Mas eu não digo só a vida. Ser preso significaria desmontar tudo aquilo.

A.M. - Bom, mas o problema dele não era tanto de desmontar... Eu não sei. Eu não gosto de entrar no pensamento dos outros. Eu respeito muito as posições dos outros. Por isso é que eu digo: prefiro relatar fatos. Depois eu volto.

L.H. - Mas eu queria que o senhor interpretasse uma coisa, porque eu acho esse negócio do Machado Lopes muito importante. Essa frase do Machado Lopes é muito significativa.

A.M. - Harry tinha saído, mas estavam o meu ajudante-de-ordens, Mauro, e o ajudante-de-ordens do Machado Lopes. Os dois ouviram o Machado me dizer essa frase.

L.H. - O senhor acha que o Machado, num certo sentido, prejudicou-se, jogou-se num sacrifício para evitar um confronto?

A.M. - Eu tenho a impressão de que o ambiente pesou, e a responsabilidade de desencadear uma guerra civil é uma coisa muito séria!

Então eu tenho para mim - nunca mais pude conversar com o Machado sobre o assunto-que foi o receio de desencadear a guerra civil que o teria levado a aceitar. Depois eu vou contar os pormenores que eu sei sobre a ida dele ao palácio.

L.H. - A sensação que essa frase me dá é de que realmente ele se atirou numa posição de sacrifício para...

A.M. - Mas aí o problema é um pouco diferente. Eu quero terminar de relatar tudo, para depois pararmos num ponto fixo e voltarmos a debater.

Então, a conversa chegou nesse ponto e eu insisti para que ele fosse ao Rio, dizendo que eu esperaria o Peri chegar. Nesse momento ele disse: "Bom, mas nesse caso você não fala com ninguém do Estado-Maior." Eu disse: "Não falo, porque não sou mais seu chefe de Estado-Maior. Então, não tenho mais o que falar com os meus oficiais antigos do Estado-Maior. E mais: eu tomo um compromisso - enquanto estiver no território do III Exército, eu não tomo nenhuma medida contra o III Exército. Na hora que eu puser o pé fora do III Exército, estou livre, inclusive para vir na frente de tropa para combater. Sou seu amigo, mas hei de combater!" Estendi a mão, cumprimentei e assim nos separamos.

Agora, estou à sua disposição.

L.H. - Eu queria voltar um pouco, porque eu me lembro bem que tínhamos conversado sobre o estado de irritação em que o Machado teria chegado de Curitiba, por causa daquela intriga do Brizola. Havia toda uma situação que o colocava de um lado e o Brizola do outro. De repente, há essa coisa inesperada do Machado ter aderido ao Brizola. Aí é que eu me pergunto se ele, deliberadamente, não se prejudicou ou não se jogou numa situação de sacrifício para evitar a guerra civil.

A.M. - Eu não estava em Porto Alegre quando se deu a ida dele ao Palácio Piratini. Mas, dos fatos que vários oficiais me relataram depois, o que me ficou é que ele saiu para ir ao Palácio Piratini dentro daquele espírito que tinha sido preparado, de aproximar o Exército do governo do estado, a fim de evitar que a coisa marchasse para uma luta civil: procurar um *status quo* que pudesse acalmar a situação. Quando o Machado chegou ao Palácio, o Brizola teve a impressão de que ele, Brizola, seria preso, tanto que teria declarado aos circunstantes que estava pronto para tudo, até para ir para a prisão. Quer dizer: O Brizola esperava que o Machado Lopes o fosse prender. Mas, durante a conversa - o Machado Lopes foi com o Santa Rosa - o Machado Lopes se deixou envolver e, quando se viu, não tinha saída, a não ser ficar ao lado do Brizola.

Ele não ficou ao lado do Brizola por ter saído deliberadamente disposto a isso. Ele ficou ao lado do Brizola porque o debate, a discussão em palácio levou o assunto até um ponto em que, o Machado tomou a decisão ali mesmo. E depois não quis mais voltar atrás. Inclusive, nessa conversa que ele teve comigo mostra que ele não queria... apesar de continuar não gostando do Brizola.

L.H. - Mas então a gente pode talvez concluir que, de um lado, o Brizola era um homem muito persuasivo e, de outro, o Machado já estava indeciso.

A.M. - Mas isso eu lhe disse. Quando eu comecei a ver o ânimo do Machado baixar, quando o Shulck saiu na véspera, ou antevéspera, à noite, eu cheguei à conclusão de que o estado de espírito do Machado estava muito baixo.

A.C. - Nós podemos interpretar também que o general Machado Lopes, no fundo, mesmo hesitando por um certo momento, no fundo tomou uma atitude que talvez fosse muito firme e que seria a de, diante de uma indefinição do que era ou do que não era legalidade, tomar o seu partido: a legalidade é a Constituição.

A.M. - Não acredito. Não acredito. Embora eu continue a querer bem ao Machado Lopes. Fiquei algum tempo sem falar com ele e depois voltei a falar. Quero bem a ele, principalmente à sua mulher, dona Armandina, que é uma criatura muito boa. Apesar de toda a minha boa vontade, eu considero a solução do problema como resultante de uma pressão externa grande, que culminou num encontro onde ele não teve argumentos. Por não ter argumentos, ele cedeu. E depois que cedeu, ele se manteve. Este é o meu ponto de vista. Mas eu não assisti a nada. Então, não tenho como confirmar isso. É o que eu concluo depois de ouvir várias pessoas que estavam em Porto Alegre na hora em que se deu a adesão do Machado Lopes. É isso que eu posso dizer. Não tenho condições de dizer mais do que isso, nem de fazer uma interpretação segura. Mas uma coisa é certa: o moral dele veio baixando. E cada vez que baixava dava mais preocupação, pela necessidade de manter o Exército tranqüilo. E a força que eu fiz...

[FINAL DA FITA 29-B]

A.M. - ... As ligações ... os oficiais vinham a mim e eu sentia que não podia mais estar falando em nome do chefe, porque o chefe já não era o mesmo. Fiquei num drama de consciência muito grande.

A.C. - O senhor insistiu muito também em que o III Exército tendia mais para manter a legalidade, a disciplina...

A.M. - A união do Exército: o problema todo era a união do Exército e o desejo de que no governo central se encontrasse uma solução que fosse contra a subida do Jango.

A.C. - Então, nesse caso, o senhor insistiu em que o III Exército, em seu conjunto, estava mais em apoio à posição do ministro da Guerra do que à do Brizola. Mas uma vez que o Machado Lopes aderiu, essa situação mudou...

A.M. - Aí é um problema de disciplina, porque muitos desses oficiais depois vieram a mim e disseram: "General Muricy, o senhor não sabe a nossa angústia! Queríamos um chefe e não tínhamos. Nós procuramos o senhor e o senhor tinha desaparecido de Porto Alegre." E este foi também um dos meus dramas. Eu tinha condições de levantar o III Exército e não podia, porque era chefe do Estado-Maior.

A.C. - Mas o senhor tinha todo o direito de fazer isso, uma vez que o seu ministro da Guerra estava autorizando!

A.M. - Não tinha, e por uma razão: o chefe do Estado-Maior exerce um cargo de confiança e toda a sua força decorre da função que exerce. Então, não pode ir contra o seu comandante, de jeito nenhum. Na hora em que eu declarei ao Machado Lopes que não mais procuraria nenhum oficial porque não era mais chefe do Estado-Maior, eu não procurei, como veremos acontecer daqui a pouco.

Esses são problemas duros...

A.C. - São decisões muito graves!

A.M. - Mas então, eu me separei do Machado Lopes e saí com o meu ajudante-de-ordens, o Mauro. Eu disse: "Mauro, vamos já." Ele me disse: "Chefe, nós temos que sair, o senhor não pode ficar aqui." Eu respondi: "Bom, nesse ponto, eu tenho que sair de Porto Alegre, não posso mais ficar."

Comecei a raciocinar: "Eu não sou mais chefe do Estado-Maior. Rompi com o Machado Lopes. Ele não me prendeu, mas vai me prender e, mais do que ele, quem vai tripudiar é o Brizola, que não gosta de mim. Eu tenho que sair de Porto Alegre, mas para sair de Porto Alegre, eu não posso deixar minha família, porque deixando reféns na mão do Brizola eu estou atado. Eu disse ao Machado Lopes que viria na frente de tropas combater e vou na frente de tropas combater. Então, não tenha dúvidas nenhuma que eu vou sair de Porto Alegre. Por onde vou sair de Porto Alegre? Por aqui, por lá, por Curitiba. Eu encontro Fulano, tem tal guarnição..." Só havia um caminho livre: Florianópolis, onde estava o almirante Clóvis de Oliveira. E eu sabia que a guarnição de Florianópolis era firme. Então, decidi sair de Florianópolis, ao mesmo tempo levando a minha família.

Passei; diretamente na casa da Irene e do Petrick. Quando cheguei lá encontrei Virgínia com as crianças. Minha mulher tinha chegado pouco antes e estava ainda com as malas mais ou menos prontas para passar vários dias, para ver o que acontecia. Com ela estavam Adolf Patrick, Irene e o Antoninho, o filho mais velho, que foi engenheiro-chefe da antiga Borregard, hoje Riocell, aquela fábrica de celulose que provocou aquela briga toda por causa do cheiro de ovo podre em Porto Alegre. O Antoninho era estudante de química naquele tempo. Quando cheguei na porta, eu disse à Virgínia: "A situação é irremediável e eu vou sair de Porto Alegre já. Vamos sair o mais rápido possível. Como é você que está aí?" E Virgínia: "Estou com as malas." E eu disse: "Vamos sair. Vou desaparecer de Porto Alegre e vou precisar de alguém." Disse o Antoninho: "General, eu vou com o senhor. O senhor precisa de alguém para ajudar." Eu disse: "Preciso. Você vai comigo."

Virei para o Mauro e disse: "Você vai se quiser. Eu vou levar a minha família porque não posso deixá-la aqui. Se você, com a sua família, quiser vir comigo, você vem. Eu vou embora. Se você tiver algum problema, você fica." E ele: "Não general, eu vou com o senhor e vou já pegar a Jurema e os filhos." Saiu e foi pegar a mulher e as crianças.

No fim, ficamos com dois carros: eu no carro oficial com Virgínia e quatro crianças. Fui em casa, peguei o que pude e amontoei dentro do carro. O Mauro fez o mesmo com a mulher, os dois filhos e mais duas empregadas. Botou tudo na minha caminhonete particular. Eu marquei: "Nós vamos nos encontrar em Osório. Você vá como puder. O Brizola está controlando todas as estradas. Não pare. Você vai e se algum guarda quiser pará-lo, passa por cima, porque eu passo."

L.H. - O senhor estava armado?

A.M. - Estava. Eu me fardei - ninguém sabia dos fatos - botei a arma em cima do tablier e, disposto a tudo, saí.

Aí houve um pequeno episódio que vale a pena contar, como reconhecimento a um homem de uma grande lealdade. Eu tinha em Porto Alegre dois motoristas, que davam serviço de 24 por 24 horas, porque a minha atuação era constante e eu tinha a necessidade de ter um motorista e o carro prontos a qualquer momento. Então um motorista entrava num dia às seis horas da manhã e saía no outro dia na mesma hora. Desses dois motoristas - dois sargentos - um era muito simpático, muito amável, muito bem educado; era o Ludendorf. O outro era um homem fechado, rude, meio pesado. Eu gostava mais do Ludendorf do que do Dacior Rodrigues. Naquela hora, eu achei que iria tomar uma atitude que poderia levar a tudo, inclusive a um choque armado e às últimas conseqüências. Então, perguntei aos dois: "Ludendorf, você vai comigo?" E ele: "General... porque não-sei-o-quê..." "E você, Dacior?" E ele: "General, eu vou com o senhor para onde o senhor precisar de mim. A única coisa que eu peço é que o senhor me libere quando não precisar de mim, porque tenho uma mulher louca em casa e preciso voltar para dar assistência a ela."

E esse homem foi comigo sem saber para onde eu ia. Quero guardar isso porque esse homem depois sofreu horrores de perseguições. Só depois da Revolução de 64 é que eu pude dar a mão novamente a ele. Esse homem sofreu horrores, porque tinha tido essa atitude correta comigo.

Mas saímos, comigo na frente. Cheguei a Osório, abasteci o carro e fiquei esperando. Dali a pouco chegou o Mauro, no outro carro, alternando com o Antoninho na direção. E eu com o Dacior, no outro carro.

Aí deu-se também um outro episódio interessante, para mostrar a lealdade e, principalmente, a confiança dos subordinados. Nesse momento, o Mauro disse para a Virgínia: "Para onde é que nós estamos indo?". Ele estava com a mulher e os dois filhos, indo para onde eu fosse. Ficou a meu lado para tudo. Agora, levava com ele a mulher e os dois filhos. É outra coisa que eu desejo ressaltar. Partimos. A estrada de Porto Alegre para Florianópolis estava em construção, cheia de desvios, atalhos, lama... Esse resto de tarde e essa noite foram uma coisa bárbara! Nós nos perdemos...

Ah! Há um outro episódio sobre o qual eu fiquei de falar e me esqueci. Ao chegar em casa para pegar as coisas, o telefone tocou. Eu corri e atendi. Era o Batista Pereira, meu chefe de 2ª. seção no Estado-Maior: "General Muricy, o senhor está aí e não foi ao quartel-general. Nós precisávamos falar com o senhor." Eu respondi: "Batista Pereira, infelizmente eu não posso falar com você." E ele: "Mas general..." E eu: "Eu não posso falar com você nem com os seus companheiros. Tomei um compromisso." E desliguei o telefone. Isso é duro como o diabo. É duro tomar uma atitude dessas para um amigo, mas me comprometi com o Machado Lopes de não falar com ninguém e não falei.

Essa noite, então, foi tremenda.

A.C. - O senhor disse que os outros caminhos estavam bloqueados.

A.M. - Não. Ainda não estavam bloqueados! Estavam com guarnições que obedeciam ao Machado Lopes. Se eu sáísse pelo Paraná eu iria passar por Vacaria, Lajes e Curitiba, onde havia autoridades a quem o Machado Lopes poderia dar uma ordem: "Prendam o general Muricy! Impeçam a passagem do general Muricy!" Se eu sáísse pelo outro lado, lá por Jaguarão, eu teria que passar por Pelotas e Jaguarão e ele também podia dar uma ordem: "Prendam ou detenham o general Muricy!"

Se sáísse por Bagé, Livramento, Uruguaiana e Los Libres, a mesma coisa poderia acontecer. Então, escolhi o caminho que sabia que estava livre, onde só encontraria uma guarnição, em Florianópolis, chefiada pelo almirante Clóvis, que eu sabia ter posição firme. Foi por isso que eu escolhi esse caminho. Não era que estivesse bloqueado, mas, naturalmente, seria, porque o Machado Lopes teria que mandar me prender. E mais do que isso, o Brizola teria todo o interesse em me segurar e me botar em exposição: o general Muricy está preso. A isso eu não me submeteria nunca.

A.C. - E o senhor encontrou guardas na estrada?

A.M. - Não. Eu fui muito rápido. Na véspera, o Machado Lopes tinha ido, no outro dia eu cheguei e na mesma tarde eu saí.

Então, não deu tempo para coisa nenhuma.

A.C. - Mas isso mostra que a situação militar estava muito desguarnecida, porque havia esse caminho para entrar e sair...

A.M. - Depois, quando eu contar minha conversa com o Cordeiro, eu vou falar sobre a situação militar.

Ao lusco-fusco da madrugada cheguei a Florianópolis, depois de ter me perdido... A viagem durou a noite inteira, uma coisa louca.

A.C. - Com criança pequena... agora eu estou pensando no aspecto doméstico...

A.M. - No meio do caminho, paramos em Tubarão. Tínhamos que preparar mamadeira para o "seu" Marcelo, que tinha seis meses. A água que se encontrou foi de um posto de gasolina. Acabou dando uma desintéria que o garoto quase morre de desidratação aqui no Rio.

Quando entrei em Florianópolis, passei pela porta do quartel do 14, cujo comandante era o Pinto da Luz. Eu mandei chamá-lo. Vieram mais dois oficiais. Um deles, até o ano passado, era secretário de Segurança lá de Santa Catarina. Conteí rapidamente o que tinha acontecido comigo e dei uma ordem: "Não avisem a Curitiba que eu estou aqui", porque a guarnição de Florianópolis era subordinada ao QG da 5ª. em Curitiba. Não queria que ninguém soubesse. Eu tinha desaparecido de Porto Alegre e ninguém sabia onde eu estava.

Aí eu perguntei onde era o QG do distrito de costa e fui lá. Encontrei o Clóvis, que estava em casa. Depois de ser chamado, ele veio. Eu conversei com ele e, através dele, fiz a comunicação ao ministro de que me encontrava em Florianópolis, pronto para receber missão e aguardava a sua decisão, somente pedia transporte para a minha família, para poder ficar livre.

Enquanto isso, me alojei no quarto de um hotel e comecei a tomar conta da família. Foi aí que nós verificamos que a Maria estava com um pé calçado e o outro descalço... Eu não tinha nem dinheiro. O Clóvis me emprestou e eu mandei comprar... A Virgínia saiu com a senhora do Pinto da Luz para comprar um sapato para a Maria e eu fiquei aguardando. Daí a pouco veio a notícia do Vanderlei, através da zona aérea, para o distrito: ele ia mandar um avião, naquela tarde, me apanhar, junto com a família, de acordo com o entendimento. Chegou a ordem para eu seguir também e começamos a nos preparar.

Aí eu já estava em ligação com o comandante da base aérea de Florianópolis, coronel Firmino.

Quando eu estava para levantar vôo, chegou um avião de Porto Alegre e desembarcou o Brochado, que foi como elemento de ligação do Brizola, ver se conseguia a adesão de Santa Catarina ao movimento do Rio Grande. Alguém me perguntou: "Quem é este?" Respondi: "Este aí é o auxiliar número 1 do Brizola. Este homem tem grande influência no Rio Grande do Sul." Aí disse o Clóvis: "Bom, nesse caso, vou prender." E prendeu o Brochado. Por causa disso, ele sofreu o diabo...

L.H. - Porque depois o Brochado virou primeiro-ministro...

A.M. - Mas o Brochado pessoalmente não... O que o Clóvis sofreu... [Risos] O Brochado era muito bom sujeito, eu gostava muito dele. Era aquele caso: éramos politicamente contrários, mas particularmente ele era um excelente companheiro.

Mas o fato é que eu levantei vôo e fui direto para o Rio de Janeiro, para a zona aérea, que era comandada pelo Adil de Oliveira, ou se era...

L.H. - O Adil de Oliveira era o mesmo do inquérito do Galeão?

A.C. - É ele. Ou era o Adil ou era aquele que depois foi ministro da Aeronáutica. A memória começa a falhar, mas não importa.

Eu desembarquei no Santos Dumont, diretamente na zona aérea, e fui imediatamente convocado à sala do comando. Lá eu prestei um depoimento rápido sobre as circunstâncias. Os dados foram anotados para serem informados à Aeronáutica e, em seguida, peguei um carro da própria Aeronáutica. Mandeí a família para casa e me dirigi, em primeiro lugar, para o EMFA. Antes de ir ao Ministério fui ao EMFA, porque eu sabia que o Cordeiro tinha sido nomeado comandante do III Exército e fui procurá-lo. O chefe do Estado-Maior era João José Batista Tubino, que tinha trabalhado comigo no gabinete do Canrobert.

Eu me dirigi ao Cordeiro, expus a situação e dei-lhe a minha impressão sobre o ambiente militar no Sul: o Rio Grande estava todo ao lado do Brizola e mesmo os oficiais que não o eram de coração, estavam dentro de um enquadramento e de uma situação da qual não poderiam fugir; então, não se podia contar com nenhuma tropa do exército; na guarnição do Paraná, a informação que eu tinha recebido em Florianópolis era de que havia uma certa fluidez dentro da guarnição de Curitiba; o Galhardo estava mais ou menos indeciso, estava sem saber direito o que fazer; em Santa Catarina, o Clóvis e a Marinha estavam firmes; a tropa, que era o 14, e a base aérea estavam firmes; era necessário, com a maior urgência, mandar tropas para a ilha de Santa Catarina, a fim de fazer um ponto de apoio que ficasse no flanco das tropas do Rio Grande, caso elas subissem para São Paulo; elas, então, ficariam contidas, porque haveria uma ameaça no seu flanco.

Ao mesmo tempo, informei duas coisas que só eu sabia pelas funções que exercia. Primeiro, a gasolina no Rio Grande daria apenas para três ou quatro dias de operações. A quantidade de gasolina era mínima. Tinha havido um retardo dos navios petroleiros e o Rio Grande estava praticamente desguarnecido. Se a Marinha fechasse o porto do Rio Grande e Porto Alegre, o Rio Grande do Sul pararia dentro de uma semana. Não haveria mais do que uma semana de movimento. Então, o problema ficava simples. Segundo, quanto à situação interna, o problema de munição no Rio Grande era crítico. A munição que havia lá não daria para uma luta prolongada.

Essas foram as informações que eu dei, em primeira mão, ao Cordeiro e depois transmiti novamente no quartel-general. Fui lá falar com o Ribas. Recomendei a ele que tinham que agir com certa rapidez.

A.C. - O Ribas estava no quartel-general?

A.M. - No quartel-general do Exército, ali na praça da República. Ele era chefe do Estado-Maior do Exército. O Cordeiro estava no EMFA.

No quartel-general fiz um novo relato ao Ribas e ao Orlando, para ser transmitido ao Denis, que continuava em Brasília. Soube que já estavam sendo organizados três destacamentos: um sob o comando do Ulhoa Cintra, ao longo da estrada de Ribeira para o Paraná; outro sob o comando de José Teófilo de Arruda, muito amigo do Castelo, na zona central de Buri; e outro destacamento com um general. Todos três tinham grande fibra e energia, e entrariam por Ourinhos, para penetrarem no Paraná, que era zona do III Exército. Esses destacamentos, entretanto, tiveram ordem de ir até a fronteira do Paraná e lá aguardar ordens. Havia também a preocupação, que eu senti imediatamente, de não desencadear uma operação que pudesse conflagrar o Brasil.

Quando me apresentei no QG, eu disse: "Orlando, eu estou aqui pronto para ajudar, trabalhar ou combater, fazer qualquer coisa." Conteí o episódio com o Machado Lopes e disse: "Eu estou pronto para tomar qualquer ação, mas de preferência quero ir para combater." E ele disse: "Não, você não vai. Vai ficar aqui conosco. Já temos esses

comandos, já está tudo organizado, de maneira que não há necessidade. Você fica trabalhando aqui comigo."

Nesse momento também fui procurar o Golberi na secretaria do Conselho, ali na rua Uruguaiana, no prédio da Casa da Borracha. relatei os fatos e vi o Golberi também extenuado.

Então, fiquei no gabinete, ajudando o Orlando, e lá na Casa da Borracha, ajudando o Golberi. E depois ia para casa para ajudar a minha mulher. Inclusive, o meu filho Marcelo tinha tido, como eu disse, uma desidratação. Tivemos que levá-lo para um hospital, ali na rua Bambina, em Botafogo.

I.F. - Era o pronto-socorro infantil que havia ali.

A.M. - Foi naquele pronto-socorro que o meu garoto foi parar, e eu fiquei ajudando lá, até que ele pôde ir para casa.

Ficamos alojados em casa do meu filho.

Agora vou contar o que vi no Rio de Janeiro quando cheguei. Havia a maior confusão possível. Os jornais estavam com censura, inclusive com páginas inteiras em branco.

Era a primeira experiência que se fazia no Brasil de guerra psicológica. Então fui solicitado a expor o que eu tinha sentido e visto do ponto de vista técnico, no Rio Grande. Falei da importância da guerra psicológica para um grupo de oficiais de Estado-Maior que se reuniu. Tive uma conversa muito grande com eles, para poder colher ensinamentos, que é isso que a gente tem que fazer, para qualquer coisa futura.

Em seguida, começamos a sentir que não havia apoio popular. Nessa ocasião nos convencemos de que, sem o apoio popular, não seria possível fazer ações de força que fossem capazes de botar o país num bom caminho. Qualquer ação que se faça sem apoio da opinião pública é um golpe. Não é um movimento de profundidade.

E chegou-se então a um impasse: procurar uma solução que permitisse sair daquela situação, mantendo ao máximo a lei, mas sem permitir a posse de Jango. Sentiu-se que não havia possibilidade de impedir a posse de Jango. Como consequência, teria que haver uma diminuição do poder de Jango como presidente.

A.C. - Quando foi isso?

A.M. - Nesse período em que eu estava no Rio. Eu cheguei ao Rio a 30 ou 31 de agosto.

A.C. - A idéia de uma solução negociada, na primeira viagem, não ocorria a ninguém?

A.M. - Não. Foi nessa segunda viagem que eu encontrei essa solução. Então, eu estava acompanhando junto ao Orlando - o Ernesto estava em Brasília - e ao Estado-Maior, a evolução dos acontecimentos em Brasília e a mudança de atitude dos ministros e dos chefes militares, que sentiam que não havia condições para atuar contra a posse de Jango, sem que houvesse uma situação de caos.

L.H. - Nesse período o senhor teve algum encontro com o Lacerda?

A.M. - Não. As minhas ligações com o Lacerda eram esporádicas e nunca, vamos dizer, intencionais. Eram mais através de terceiros, de encontros, mas nunca fui visitar o Lacerda nem o Lacerda veio me visitar.

L.H. - Num certo sentido, ele também estava fazendo um pouco de guerra psicológica aqui no Rio de Janeiro.

A.M. - Estava fazendo, mas em inferioridade. Já se tinha chegado à conclusão de que a Constituição mandava dar posse ao Jango. Não havia dúvida. No estudo do problema, não havia, dentro da lei, uma solução que não fosse a posse do Jango.

Então, começou-se a pensar numa solução e partiu-se para a idéia do parlamentarismo. Essa idéia criou forças rapidamente, como uma solução de emergência, capaz de contornar as dificuldades criadas, e começou a ser desenvolvida.

E aí entrou, lá em Brasília, a atuação do Ernesto junto ao Congresso e ao Mazzilli. Se não me engano, o Mazzilli chamou o Ernesto para ser o seu chefe da Casa Militar, por algum tempo. Então o Ernesto estava acumulando as funções de comandante da guarnição de Brasília, da 10a. Região, com a de chefia do gabinete militar do Mazzilli.

Então, nós estávamos sempre sabendo das informações até que eu recebi a notícia, através do Golberi. Ainda debatemos, mas...

[FINAL DA FITA 30-A]

A.M. - ... aqui já não tínhamos interferência direta. O problema se transferiu completamente para Brasília. E, nesse particular, o Ernesto é que começou a ter uma atuação mais forte, para a adoção do parlamentarismo como uma forma de conciliação: nem ficar muito para cá, nem muito para lá. Era um meio de resolver o problema. Então, foi aceita a emenda parlamentarista.

Jango foi recebido em Porto Alegre com grandes manifestações. Depois ele foi a Brasília e assumiu. Organizou o seu ministério e escolheu o Tancredo para primeiro ministro. Aí deu-se o episódio da vinda do Denis para o Rio de Janeiro. O Denis veio com o Ernesto e outros oficiais que estavam lá em Brasília. Organizou-se correndo uma manifestação para a chegada do Denis, para a qual foram convocados todos os generais que se encontravam na guarnição. Praticamente todos compareceram ao aeroporto do Galeão, para fazerem uma demonstração de apreço ao Denis e uma prova pública de que o parlamentarismo tinha sido aceito, mas que o Jango não. Essa era uma tentativa de dar uma demonstração indireta do que estava acontecendo.

L.H. - O senhor disse que quando chegou ao Rio sentiu que um movimento sem apoio popular era um golpe. Quer dizer, sentia-se na opinião pública...

A.M. - A opinião pública estava toda desviada e dirigida para o outro lado. Mesmo no Rio de Janeiro, era a favor da posse.

L.H. - Então, não havia respaldo na opinião pública que justificasse um movimento militar.

A.M. - Não, não havia. E isso nos serviu de lição para 64. A gente aprende.

E aí apareceu uma porção de coisas, inclusive a Cande, com a Molina.

I.F. - O senhor disse que o general Geisel teve uma participação, como chefe da Casa Militar, nessa acomodação da solução constitucional. Como é que foi isso?

A.M. - Ele teve várias ligações com o Congresso para poder partir...

O Ernesto ficou como uma ponte entre o Congresso, que procurava uma solução política, e o Exército, que estava aguardando uma situação e que sentia que não podia agir. A grande massa era contra o Jango, mas sentia que legalmente não tinha condições de agir. E assim se deu essa primeira fase.

O Segadas Viana foi nomeado ministro da Guerra. O Segadas era um homem muito equilibrado, muito amigo nosso. Tinha sido meu instrutor. E eu me lembro que eu estava no gabinete do Orlando quando o Segadas entra e disse na minha frente: "Orlando, vou ser o ministro. E por gosto eu deixava você como meu chefe-de-gabinete. Mas as circunstâncias não permitem, de maneira que eu vou trazer o Ênio para a chefia-de-gabinete." O Ênio Garcia estava lá em Uruguaiana e era homem ligado ao Jango e, depois, ao Machado Lopes. Depois, o Segadas me perguntou: "Como vai, Muricy?" E eu: "Vou bem, Segadas." Não passou disso.

E eu fiquei, então, sem comissão, sem ter o que fazer. Depois entrou num outro período. E agora, eu estou...

A.C. - A primeira questão que me ocorre é a seguinte: no momento em que começaram as gestões para uma solução negociada, parlamentarista, como é que ficou a frente no Rio Grande do Sul? O Brizola não ficou contente, tampouco, com essa solução.

A.M.- Não... Aquele pessoal do III Exército que foi a favor da posse do Jango não o era pelo Jango, era mais por uma questão legal, de respeito à lei e à disciplina. Então, aceitava o Jango como dizia a lei, mas o desejo íntimo de grande parte da guarnição do Rio Grande não era que o Jango fosse eleito. Depois eu encontrei isso, quando tive contato indireto e direto com alguns elementos do Rio Grande, já na conspiração de 64.

L.H. - Então, na medida em que a emenda parlamentarista foi aprovada, o Brizola, que não ficou satisfeito, perdeu o apoio militar?

A.M. - Perdeu e não pôde fazer nada, porque ele, militarmente, não tinha força. E o próprio Machado também se retirou. O Machado depois foi convocado para vir para o Estado-Maior do Exército, se não me engano. E depois foi para o Tribunal Militar. Então, tirado o Machado Lopes, imediatamente o Brizola perdeu o apoio. O próprio Machado também não era... A solução parlamentarista, para o Machado, foi um desafogo. Não estive com ele, mas tenho certeza disso.

A.C. - Mas ele não tentou nada, nem pela rádio etc?

A.M. - Ele fez muita campanha política de que eu me recorde, mas nunca passou de um meio muito restrito. O desagrado do Brizola pela posse limitada do Jango não teve

repercussão no Brasil. Não repercutiu a ponto de fazer com que ele reabrisse o problema da Cadeia da Legalidade. Ele não tinha mais condições. Perdeu o motivo principal que tinha armado a Cadeia da Legalidade.

L.H. - Eu ainda queria voltar ao problema da renúncia. Houve notícias de que o Brizola teria mandado um telegrama ao Jânio para que o presidente fosse para o Rio Grande, porque ele o receberia e resistiria naquele estado. Como é que foi isso?

A.M. - Exato, mas nessa hora eu estava sem comando, sem ação, sem ligação.

L.H. - Mas o episódio da renúncia...

A.M. - Tivemos essa notícia. Enquanto eu estive lá ele disse isso, mas sem ter o respaldo das forças armadas. Ele disse isso porque é um audacioso. Ele é realmente um homem que se joga... É um aventureiro. E é um homem de ação. Então, ele tem uma certa irresponsabilidade de um homem que prefere agir de qualquer maneira, sejam quais forem as conseqüências.

O Brizola, cunhado de Jango, pelas informações que eu tinha no Rio Grande, naquela ocasião, não tinha grandes relações com Jango. O Brizola era muito personalista, e o Jango era um homem tranqüilo, amorfo, que gostava mesmo era da sua fazenda. O Jango nunca foi um grande político. Quando cheguei ao Rio Grande, havia lá um ambiente pró-Jango. Havia um ambiente pró-Brizola no meio político do PTB.

O PTB apoiava Jango principalmente porque o PSD no Rio Grande não tinha grande expressão. O PSD antigamente apoiava Getulio... Era muito mais pró-Brizola do que pró-Jango. O Jango era uma figura apagada no Rio Grande do Sul. Foi exaltada naquela coisa porque o Brizola sentiu que através do cunhado subiria ao poder. A ambição do Brizola era subir. E ele demonstrou isso mais tarde. O Jango era um meio dele subir.

A.C. - O fato do Jango ter sido posto na presidência praticamente pelo Brizola deu ao Brizola uma autoridade enorme.

A.M. - Enorme. E ele capitalizou isso quando foi eleito deputado pelo Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Tripudiou e foi um elemento tremendo na Câmara.

L.H. - Nós vimos aqui com o senhor - estou insistindo um pouco nesse assunto - que o Jânio teria ficado um pouco insatisfeito com aquela intriga que o Brizola fez a respeito do Machado Lopes etc. A que o senhor atribui esse convite do Brizola para que o Jânio fosse para o Rio Grande e resistisse lá?

A.M. - Jânio não, Jango.

L.H. - Não, não: Jânio, aí é que eu estou querendo chegar.

Há uma notícia de que no episódio da renúncia, o Brizola teria dito ao Jânio que fosse para o Rio Grande.

A.M. - Do que eu conheço, eu acho, isso é uma das muitas coisas que se contam sem fundo de verdade, porque não havia uma ligação maior. Depois que o Jânio saiu da presidência,

ficou praticamente confinado: não tinha mais meios de comunicação. Não posso garantir que não tivesse havido um emissário qualquer... é possível. Mas de tudo que eu sei, é pouco provável.

A.C. - Eu queria conversar um pouco com o senhor sobre a renúncia em si e as interpretações possíveis dessa renúncia. O que teria levado Jânio a esse gesto precipitado? Qual teria sido a expectativa dele em relação às forças armadas?

A.M. - Ouvi muitas pessoas, inclusive conversei muito com o Orlando, que era chefe-de-gabinete do Denis. Não pude, como eu disse, conversar com o Pedro Geraldo, porque ele nunca se abriu com nenhum de nós, apesar de toda a intimidade e amizade que nos ligava.

O Jânio encontrava grandes embaraços na condução dos negócios do Brasil. O Brasil era e é um país difícil. Por isso, Jânio quis tomar um certo número de medidas e foi contrariado no Congresso e nos meios políticos fora do Congresso, inclusive por diversos governadores. Ele sentiu que o problema de governar um país era muito difícil. Havia um problema econômico muito sério também. O Brasil vem debatendo-se em problemas econômicos e financeiros sucessivos.

Então, havia todas essas dificuldades e, principalmente, a liberalidade e a pouca força do governo central para poder botar uma mão de ferro e conduzir os negócios... É a impressão que me ficou de tudo o que eu conheço. Jânio quis se fortalecer através de uma volta ditatorial. Sua renúncia não seria aceita e, em conseqüência, ele voltaria com autoridade suficiente para vencer aqueles óbices que impediam que ele governasse honestamente. Estou convencido que ele queria agir honestamente. Ele era um homem honesto, inteligente, tinha boa orientação, tinha se preparado. Inclusive, ele foi buscar na Escola Superior de Guerra montes de conferências para ler. Ele procurou atualizar-se nos problemas brasileiros e sentiu que precisava ter mais força do que o presidente da República tinha, naquela ocasião.

Estávamos num período de descentralização e sentíamos a necessidade de uma centralização. Não sei se conhecem a conferência que o Golberi fez na Escola Superior de Guerra no ano passado. Ele mostra que há período de descentralização.

L.H. - Por outro lado, general, era meio curioso que o Jânio tivesse sido levado ao poder por uma massa de votos jamais vista no país. Se ele tinha essas dificuldades com o Congresso, talvez ele pudesse se apoiar na própria opinião pública que o tinha eleito.

A.M. - Mas, uma vez eleito, o Congresso se desliga um pouco da opinião pública. A questão da opinião pública, no Brasil...

Os órgãos de comunicação fazem a opinião pública e muitas vezes o indivíduo reage de acordo com as informações que tem, o que é natural. O Jânio precisaria ter os órgãos de imprensa todos na mão para fazer uma opinião pública que forçasse o Congresso. E isso era lento.

Para mim, o Jânio sentiu que não poderia fazer o que queria e resolveu fazer uma encenação: pediu a renúncia, esperando que fosse concedida; então ele voltaria e poderia fazer a *ukase* (dizer "faço isto" e fazê-lo).

A.C. - Isso foi o que ele também fez quando candidato.

A.M. - Como candidato ele ameaçou renunciar duas vezes. Numa vez, ele renunciou à candidatura e na outra, quando ele era governador ou prefeito de São Paulo. Foi um artifício que ele usou duas vezes para ganhar força e quis usar novamente em escala maior.

Nesse momento, havia alguém no Congresso. Dizem que foi o Auro Moura de Andrade. Era uma sexta-feira - o dia em que os congressistas saíam para o Rio de Janeiro - e o Auro teve que mandar emissários para o aeroporto de Brasília para evitar que os congressistas embarcassem, a fim de dar número suficiente ao Congresso para aprovar a renúncia.

A.C. - Quer dizer, no fundo, o Congresso queria se livrar dele.

A.M. - O Congresso também queria, porque Jânio era autoritário.

A.C. - O Congresso queria se livrar dele e as forças armadas, a partir do momento em que ele renunciou, também, porque o general Denis precipitou a entrega da carta-renúncia ao Mazzilli.

A.M. - A decepção causada pelo Jânio o destruiu no conceito das forças armadas.

A.C. - E o Jânio já estava com o prestígio abalado, pela sua política externa...

A.M. - Já havia o caso do Che Guevara e outras coisas...

L.H.- Mas o senhor acha que esta precipitação do Denis - de um lado, houve a tentativa do Jânio dar um golpe - significa que ele queria dar um golpe em cima do Jânio?

A.M. - Não, porque ele foi apanhado de surpresa. Ele não quis dar. O que aconteceu é que o Denis, surpreendido, sentiu que havia necessidade de impedir a posse do Jango.

L.H. - Mas havia uma combinação, um compromisso, assumido pelos ministros militares, de só entregar a carta às 4h da tarde, que é mais ou menos a hora em que o senhor nos contou que, em Porto Alegre, ficou sabendo oficialmente da renúncia.

A.M. - Exatamente. Mas dizem que isso aí foi uma precipitação para se poder confirmar a renúncia no Congresso. Se a carta fosse entregue à tarde, o Congresso ficaria sem número para decidir, porque os senadores estariam embarcando para o Rio de Janeiro. Brasília esvaziava completamente nas sextas-feiras. Então, o Congresso não poderia deliberar sobre a renúncia e Jânio chegaria a Cumbica ainda presidente da República, com autoridade para dar ordens às forças armadas.

Tudo isso caiu por terra por um fato: o Congresso teve número e, recebendo antecipadamente a carta, concedeu a renúncia.

A.C. - Então nós podemos concluir disso tudo que realmente o poder político de Jânio Quadros estava muito minado no Congresso e nas forças armadas.

A.M. - Ah, estava! Mas não tenha dúvidas! O que acontece é que o Jânio, que foi recebido com grandes esperanças, perdeu pouco a pouco essa confiança. Ainda mantinha a autoridade, principalmente pela sua função de presidente da República. Só se pensou em

derrubar Jango, como presidente da República, na hora em que se viu que ele estava completamente dominado pelos comunistas e o Brasil caminhava para a célebre república sindicalista que ele queria organizar.

L.H. - De outro lado, parlamentares da época dizem que Jânio jamais mandou para o Congresso qualquer mensagem muito importante e que ele, na verdade, se preocupava com questões do gênero biquínis no Carnaval, briga de galo, jogo de bicho. O Jânio disse que tinha dificuldades com o Congresso, mas na verdade jamais mandou para o Congresso uma mensagem substancial para ser discutida.

A.M. - É verdade. Eu não tenho dados suficientes: estava lá no Rio Grande, muito absorvido pelos problemas do III Exército, e minha função me obrigava a um trabalho contínuo. Eu tinha dois motoristas, porque precisava, a qualquer hora, sair de carro. Então, eu não tenho condições de dizer muito sobre o problema político nacional. Eu tinha lá um reflexo. As ligações do III Exército com o Centro eram muito difíceis. As nossas informações eram em grande parte através da imprensa, e a imprensa nem sempre era muito esclarecedora.

No Rio Grande eu tinha muita ligação com dois homens de imprensa que me ajudaram muito: o Dimas, dos *Diários Associados*, e o Breno Caldas, do *Correio do Povo*. Com esses dois homens eu me dava muito. Eu conversava muito com eles. Quando havia um problema mais sério eu pedia uma entrevista ou eles iam lá no quartel-general. Eu me mantinha atualizado mais através deles e da imprensa do Rio. Eu comprava diariamente os jornais do Rio.

Eu não tinha acesso ao problema interno, mesmo porque, como eu disse, o contato com os meus amigos se fazia muito indiretamente. Eles não eram muito de escrever - e não se deve escrever muito, porque isso só prejudica -, então tínhamos o contato pessoal e, não tendo contato pessoal, não podíamos nos abrir.

A.C. - Nessa sua volta ao Rio o senhor provavelmente conversou sobre esses assuntos com eles. O senhor mais ou menos nos transmitiu as opiniões do general Orlando Geisel. Qual teria sido a opinião do general Ernesto e do general Golberri?

A.M. - O que eu posso dizer é que no dia em que o Denis veio de Brasília e fomos buscá-lo no aeroporto, eu o cumprimentei e depois fui procurar o Ernesto e encontrei a Luci, mulher dele. Eu disse: "Luci, cadê o Ernesto?" E ela: "Vai lá, Muricy, falar com ele, porque ele está bravo feito não-sei-o-quê." Como dizem no Nordeste, ele estava que nem uma capota choca. Capota é galinha d'Angola no Nordeste. Ele estava bravo feito não-sei-o-quê... raiva por todo o lado. Estava indignado com a solução, embora tivesse concorrido para ela, porque era a única. O Orlando estava indignado com a solução, mas aceitava porque não tinha outra. O Golberri estava indignado mas aceitava e eu estava indignado, mas... tive que aceitar. Não havia outra solução.

Chegou-se ao seguinte: legalmente não se podia deixar de dar posse ao Jango. Mas para dar posse ao Jango só havia um meio de obter tranquilidade no Brasil, principalmente dentro das forças armadas: tirar a força do Jango. Foi uma solução de conciliação para se poder dar tranquilidade ao Brasil e evitar que o país entrasse numa guerra civil.

L.H. - Mas sobre a renúncia, eles tinham alguma interpretação?

A.M. - Tudo caminhava para a mesma coisa: todos de acordo que o Jânio queria que a renúncia não fosse aceita pelo Congresso, para adquirir força. Ele queria se tornar um ditadorzinho disfarçado. Esta é a opinião generalizada dos meus amigos.

A. C. - E as denúncias de Lacerda foram...

A.M. - O que o Lacerda dissera era muito grave: que um golpe estava sendo preparado, no sentido de concentração de poderes...

A.M. - O golpe deve ter sido a renúncia. É a interpretação que eu dou. Mas a questão é que o Pedro Geraldo não sabia, foi surpreendido. O Denis foi surpreendido.

L.H. - O que Lacerda disse era que o Denis e o ministro da Marinha, o Sílvio Heck, estavam de acordo com o golpe de Jânio e que o Grum Moss ainda não tinha sido consultado.

A.M. - Eu estava lá no Rio Grande, de maneira que não tinha a menor informação. Mesmo depois que eu voltei para o Rio, não encontrei mais oportunidade.

A.C. - As coisas evoluíram tão rápido que provavelmente ninguém estava pensando nisso.

A.M. - Naqueles 15 dias entre 25 de agosto e 10 de setembro não tínhamos tempo de dormir, nem de piscar nem de pensar. Foi uma coisa violenta.

L.H. - De outro lado, era evidente que o Jânio tinha conhecimento perfeito da opinião das forças armadas a respeito do Jango.

A.M. - Tinha!

L.H. - Então, esse envio de Jango para a China...

A.M. - Tudo isso deve ter sido deliberado! Não tenha dúvida nenhuma!
O fato de Jango se encontrar na China quando ele renunciou no Brasil... Quem é que ia substituí-lo? O substituto estava no antípoda...

L.H. - O substituto estava longe e era indesejado.

A.M. - O substituto, que era indesejado nas forças armadas, estava no antípoda.

A.C. - Então, era uma razão a mais para ficar com ele.

A.M. - Lógico.

L.H. - Se o substituto estivesse no país, poderia, embora indesejado, mobilizar apoio.

A.M. - Exato... E aí é que o Brizola tomou a atitude. Então, ele foi realmente o grande garantidor da posse do Jango. O Brizola tem muito pouca cultura, mas é um líder, sem

dúvida. É um homem inteligente e de ação, com o qual se tem que ter cuidado até hoje. Porque ninguém sabe direito o que ele vai fazer. Não acredito nele.

12ª. Entrevista: 26.03.81

A.M. - Agora, entra um período muito intenso, porque se prepara um ambiente para a conspiração de 64. E, ao mesmo tempo, se começa a estruturar a união do Exército em torno de uma idéia. Isso é fundamental para se compreender a revolução, porque esse pessoal não entende a revolução de 64. Vêem-se os atos que sobrenadam. Aqueles que estão dentro d'água, ninguém vê. É um *iceberg*. Tem uma pontinha de força e mais nada.

A`S vezes eu terei que voltar um pouco, porque o período que se segue agora é muito, muito complexo. Tem muita coisa esparsa, que às vezes eu não posso mais botar numa ordem cronológica, porque não há possibilidade das coisas se colocarem nesse sentido.

L.H. - Isso não tem importância nenhuma, porque tudo isso tem uma lógica. Então nós vamos acompanhar a lógica...

[FINAL DE FITA 30-B]

A.M. - Nesse período há uma coisa muito importante, que é a conferência que fiz em Natal. Essa conferência, que eu fiz primeiro na guarnição, se baseou em documentação que eu obtive na Escola Superior de Guerra, no Estado-Maior do Exército, com os companheiros e os amigos, e que formou um dossiê onde estudei profundamente a guerra revolucionária nesse período. Encontrei lá em casa as conferências feitas no Estado-Maior do Exército e muita coisa serviu de base para a minha palestra. De vários montes de papel, fiz a minha síntese em trinta linhas. Então, não sei se vale a pena dar esse documento para a Fundação Getúlio Vargas.

A.C. - Vale muitíssimo.

A.M. - Então eu trago. Talvez conviesse, na próxima vez, trazer aquela palestra "Palavras de um soldado", porque há ali a conferência. E eu quero mostrar depois uma exploração que foi feita e que resultou numa punição que eu sofri, dada pelo Castelo, para não constar dos assentamentos.

L.H. - No período que nós vamos iniciar agora, que é o do Segadas Viana no ministério, o senhor nos disse que ficou sem comissão.

A.M. - Exatamente. Eu, Cordeiro e outros.

L.H. - Como é isso de ficar sem comissão?

A.M. - Eu tinha saído do Rio Grande do Sul, tinha largado a chefia do Estado-Maior do III Exército; o Machado Lopes, no prosseguimento das operações, tinha organizado colunas que se deveriam dirigir para enfrentar as colunas que o governo estava organizando para invadir o III Exército. Para o meu lugar, ele chamou um general-de-brigada que estava lá em Cruz Alta nessa ocasião, o José Maria de Moraes e Barros. E logo em seguida, assim que eu cheguei, me apresentei e relatei os fatos e o governo baixou um decreto me exonerando das funções de chefe do Estado-Maior do III Exército e não me deu função. Era esta situação.

Um oficial numa situação como essa fica adido à Secretaria da Guerra, do Ministério da Guerra, e passa, então, a ter as suas vinculações através da secretaria; os generais são diretamente vinculados ao ministro. Pela secretaria percebe os seus vencimentos e por ali corre a sua vida, mas ele não tem função nem obrigação nenhuma, a não ser uma parte moral, de ficar procurando os companheiros, acompanhando. E eu fiquei nessa situação. O Orlando já tinha sido substituído pelo Ênio, como chefe-do-gabinete, e eu procurei saber qual era a minha situação.

Fui ao Ênio e, entre outras coisas, disse: "Ênio, nem o ministro nem o presidente vai me dar comissão tão cedo. Então, faço questão dos meus direitos. Eu sou general e tenho direito a carro com motorista." E ele: "Ah, Muricy, mas eu não tenho carro, não tenho motorista, não tenho não-sei-o-quê." Eu disse: "Bom, mas eu tenho uma caminhonete particular. Você me dá a gasolina. Porque essa, eu exijo. Agora, já que não querem nada comigo, eu quero dizer a vocês o seguinte: eu não vou mais dar bola para ninguém. Quando precisar de mim, me procurem."

Continuei procurando os meus amigos e, lá no ministério, eu ia ou não ia, passei a não dar...

A.C. - Normalmente deveria ir?

A.M. - Periodicamente, para... Mas não deveria, porque, inclusive, o secretário da Guerra era um pouco mais antigo do que eu mas era meu companheiro de turma. Eu não tinha obrigação mesmo. Não tinha nada que fazer. Então, eu ia lá porque havia sempre problemas que a gente tinha que resolver no ministério. Aproveitei para ir com meu filho ver uns terrenos que minha nora tinha ganho do pai lá no vale do Urucuia, a oeste da cidade de São Francisco, ao norte de São Romão de Pirapora.

Essa viagem só tem um episódio interessante. Eu e meu filho saímos daqui e fomos a Belo Horizonte, onde ficamos em casa de meu cunhado. Partimos para Pirapora e, no caminho, passamos por Corinto e por Várzea da Palma. Pouco adiante estourou um pneu, num lugar onde o silêncio era absoluto. No meio do cerrado, a impressão que se tinha era de que se estava fora do mundo. E eu verifiquei que estava com dois pneus arriados. Fiquei esperando quase duas horas para que passasse um caminhão que nos levasse e os pneus para consertar em Várzea da Palma, para, então, voltarmos e seguirmos para Pirapora. Isso aí é só para caracterizar a grande impressão de isolamento absoluto de tudo que eu senti lá adiante de Várzea da Palma, entre Várzea da Palma e Pirapora.

Depois de resolvermos o problema de ver o terreno do meu filho lá na região de Urucuia, resolvi voltar por outro caminho, porque sempre gosto de conhecer coisas novas. Estava em construção a estrada que vai de Pirapora a Canoeiros, acima de Três Marias. É uma reta de 120 km e eu resolvi conhecer. Então, à noite, pegamos a caminhonete para passarmos sobre a ponte ferroviária, onde, do lado dos trilhos, se passa por cima daquelas tábuas. Eu subi

nos trilhos e, quando me dei conta, estava com a caminhonete olhando o rio, pendurada nos dormentes, e eu não sabia o que fazer. Então saímos da caminhonete, com cuidado para não despencarmos dentro do rio São Francisco. E começou o problema de como tirar a caminhonete. Fui procurar a oficina da estrada de ferro, para arranjar um guindaste. Era preciso mandar pedi-lo não sei onde. E, quando eu estava vendo isso - e é isso que eu quero ressaltar, a engenhosidade do homem brasileiro - chegou um rapazinho, um homem de seus vinte e poucos anos, e me disse: "O senhor quer que eu tire seu carro?" Eu disse: "Pois não." E ele: "Quanto é que o senhor me dá?" Eu: "Não sei, quanto é que você quer?" Ele fez um preço irrisório e eu disse: "Pode tirar." Com dois macacos, esse homem foi levantando o carro, botou-o sobre os trilhos e do lado da... Dois macacos! Tirou um carro que estava pendurado numa ponte. Eu fiquei impressionado com a habilidade desse homem!

Depois voltamos para o Rio sem maiores incidentes.

Assim se passaram os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. No fim de dezembro, recebi um recado do Segadas para ir falar com ele. Disse para Virgínia: "Prepare-se para ir para Manaus." Havia duas vagas de general-de-brigada fora do Rio: em Natal e Manaus. E eu imaginei que eles iam me botar o mais longe possível, em Manaus. Naquele tempo Manaus era longe mesmo.

Fui ao encontro do Segadas. Isso foi em torno do Natal. Ele me disse: "Muricy, você já está há muito tempo sem comissão, mas agora nós já podemos dar alguma coisa a você. Vou dar uma guarnição com que você vai ficar satisfeito." E eu, intimamente: "Manaus." Eu, que gostava muito do Segadas, que era um homem bom, disse: "Pois não, Segadas." Eu tinha toda a intimidade com ele. Ele continuou: "Vou lhe dar Natal". Eu não mudei a fisionomia, mas por dentro estava contente de voltar ao Nordeste. Saí, bati o telefone para casa e disse para minha mulher: "Sabe para onde é que nós vamos?" E ela: "Manaus." Eu disse: "Natal!" E ela: "Ótimo!"

Então saiu o decreto, nos preparamos e, em fevereiro de 1962, fomos para o Nordeste. Não digo que fui para Natal: fui para o Nordeste.

L.H. - Esse período que o senhor ficou sem comissão, como é que ficaram seus companheiros? O senhor falou no Orlando...

A.M. - Todos eles foram perdendo comissão e aos poucos sendo afastados. O Orlando foi mandado para uma diretoria de material de engenharia, que não tinha nenhuma expressão militar. Era burocrática e de um setor que não era o de sua formação. Era preciso dar um lugar para ele...

O Ernesto tinha vindo de Brasília. Estava como chefe e recebeu um comando do Paraná. Ele foi comandar a AD-5, em Curitiba, onde ele teve uma atitude contra o Jair, quando chegou a ocasião do plebiscito. Era uma boa guarnição.

O Mamede não tinha tido uma atuação nítida, então foi mantido onde estava.

A.C. - O Mamede estava na Escola Superior de Guerra e lá ficou ou não?

A.M. - Não. Nessa ocasião eu não me lembro mais para onde ele foi.

O Golberi foi classificado na Paraíba. Ele disse que com o Jango não ficava. Já tinha tomado a decisão e pediu transferência para a reserva.

A.C. - Que coisa, general! Que gesto!

A.M. - O Ademar foi colocado na diretoria da Artilharia de Costa e Antiaérea, absolutamente inexpressiva do ponto de vista bélico.

Os outros estavam exercendo funções de estado-maior e assim continuaram. O Cordeiro perdeu a comissão de chefe do EMFA. Não me lembro mais para onde ele foi.

I.F. - Não foi!

A.M. - E'? Acho que não teve mais comissão, ficou como eu. O Ribas ainda ficou algum tempo no Estado-Maior, mas depois foi substituído.

Então, todos aqueles que tinham tido uma posição ou uma atitude definida a favor dos ministros militares foram mandados para longe ou ficaram sem comissão.

L.H. - O Sizenro tinha vindo para a Secretaria de Segurança da Guanabara, mas depois acho que foi promovido a general e saiu.

A.M. - Mas isso foi na ocasião? Já tinha sido antes, muito antes. Ele foi levado pelo Carlos Lacerda. O fato é que nós fomos todos mais ou menos jogados aqui e acolá. Eu fiquei sem comissão até que acharam, como disse o Segadas, que eu já estava suficientemente punido. Então, me deram uma comissão. Eu não tinha a importância política do Cordeiro, então o Cordeiro continuou sem comissão e foi assim até 64.

L.H. - O que foi um erro, não é general?

A.M. - Lógico!

A.C. - Como ele diz, ficou revolucionário em tempo integral.

A.M. - Mas eu também fiquei em tempo integral! Nesse período conversei, tinha todos os meus amigos, a gente foi formando... Eu ia muito à casa do Golberi, ia sempre falar com o Orlando, com o Ademar, com aquele mesmo grupo. Não sei para onde o Newton Reis foi mandado. Mais tarde ele foi para Vitória.

Eles pegaram também a escola e a limparam. Já tinham querido fechar a escola, no período do Lott. Queriam destruir toda a panelinha, o "pessoal da Sorbonne", como eles chamavam.

L.H. - E jogando a panelinha no ócio, eles não viram que o ócio é perigoso, não é?

A.M. - Mas aos pouco a coisa foi se recompondo, e chegou o meu momento de ir. Lá me fui.

L.H. - Como é que a indicação do Segadas foi recebida? Quem o indicou para ministro da Guerra?

A.M. - Não sei. Mas o fato é que foi bem-recebido. O Segadas era um indivíduo tranquilo, bom companheiro, bom oficial. Principalmente, não era vinculado a nenhuma corrente: nem era muito de cá, nem era muito de lá. Ele era militar, cumpria as suas obrigações militares, de maneira que ele tinha amigos em todas as áreas. Era um homem capaz de

manter um clima de união. Mas, não tinha força política para enfrentar Jango e o seu *entourage*.

A.C. - Em 1955 ele teve alguma posição definida?

A.M. - Acho que não, não tenho certeza. Mas, em vez de dizer que teve uma posição definida, eu diria que não teve oportunidade. Nessas coisas, muita gente diz: "Você é revolucionário." Eu digo: "Não sei se sou mais ou menos do que fulano." Eu tive a oportunidade e a felicidade de estar num lugar onde eu pude prestar serviço e não me omiti. Outros tinham vontade, mas estavam em lugares que não podiam fazer nada.

Quantos episódios da história do Brasil eu apenas soube pelo jornal! E agora vão aparecer uma porção de episódios, em que eu estava em Natal, tomando conhecimento deles, mas sem ter a menor interferência, porque não tinha condições. Este é que é o aspecto.

O Segadas não era de tomar uma posição violenta ostensiva, mas era um homem de ação tranquila e coerente.

A.C. - O senhor está chamando a atenção para um ponto muito interessante: a vida de uma pessoa é aquilo que ela é, os valores nos quais ela acredita, mas é também um jogo de circunstâncias. O senhor estava num determinado lugar e não estava em outro.

A.M. - Não tenha a menor dúvida. Se no episódio da renúncia, eu, em lugar de ser chefe de Estado-Maior, continuasse comandante da AD-6, em Cruz Alta, a vida se contaria de uma maneira completamente diferente.

A.C. - O que o senhor vê? Eu acho muito interessante esse exercício de imaginação que a gente está fazendo! Como é que o senhor veria as possibilidades aí?

A.M. - Eu sempre fui muito extrovertido, a tal ponto que o Orlando me conta que quando falou com o Denis para me promover a general, o Denis disse: "Mas ele fala muito." Quer dizer, eu tinha fama de extrovertido. Então, como quando essas coisas me tocam, eu falo mesmo, é possível que eu tivesse falado e tomado alguma posição. Da mesma maneira que o Peri e o Oromar tomaram uma posição, eu teria tomado uma posição em sentido contrário.

L.H. - Como o senhor disse, os comandantes de unidade tinham uma autonomia maior.

A.M. - Muito maior. É possível que naquele momento eu tivesse dito: "Eu fico com o ministro e não com o comandante do Exército." Talvez fosse um ponto de reação, dentro do Rio Grande. As conseqüências seriam, talvez, um choque que, naquele momento, seria - hoje eu estou convencido - prejudicial. As coisas têm que amadurecer.

L.H. - No caso do Machado Lopes, quando o Cordeiro foi nomeado comandante do III Exército, o Machado foi destituído e ficou num comando paralelo... Hierarquicamente, como é que...

A.M. - Ele foi substituído. Ele foi tirado do comando e o Cordeiro foi nomeado. Não pode haver dois comandantes do III Exército. O que aconteceu é que ele continuou efetivamente

no comando e o Cordeiro não assumiu, apesar de a tropa ter-se deslocado para a fronteira do Paraná, ter havido tropa embarcada do 2º RI, que foi para a ilha de Santa Catarina (uma parte da esquadra se deslocou para Florianópolis, e outra para o porto de São Francisco), além de uma parte da aviação também, que ficou como reforço lá na ilha de Santa Catarina.

Inclusive, quando a coluna do Santa Rosa veio pelo litoral, fazendo mais ou menos o trajeto que eu fiz - depois a gente sabe das coisas - , ele chegou perto de Florianópolis sem gasolina e numa chuva! Lama! Ele tinha colocado a tropa em caminhões e ônibus civis, e isso não é viatura para enfrentar qualquer terreno. Não se pode fazer uma guerra com essas viaturas, a não ser nas estradas que tenham um bom calçamento. Então, a tropa do Santa Rosa chegou perto de Florianópolis, na altura de Imbituba e Laguna, e não só atolou como acabou sem gasolina. O pessoal que estava em Florianópolis é que foi desatolar e dar a gasolina de que ele necessitava.

L.H. - O senhor disse que o Segadas foi muito bem-recebido...

A.M. - Ele não foi bem-recebido. Não foi mal-recebido.

A.C. - Nitidamente, a impressão que se tem é de que foi um gesto de recomposição, provavelmente do Tancredo Neves.

A.M. - Exato. O Tancredo é um homem muito equilibrado. Politicamente eu estive contra ele, mas até hoje eu o encontro. Eu gosto muito do Tancredo. Acho um dos valores políticos do Brasil. É um homem que tem grandes qualidades. Então, ele sentiu a gravidade do problema e procurou ajustar a situação militar no que pôde.

L.H. - O que se percebe nesse primeiro momento é que não só no meio militar se tentou segurar a situação, com a nomeação do Segadas, como também no meio civil, porque o primeiro gabinete é muito harmônico.

A.M. - Muito! O Tancredo organizou um gabinete contra o qual não havia reação, por exemplo, na UDN. Havia alguns homens controvertidos, mas sem razão. Por exemplo, o San Tiago. Era uma das maiores figuras que o Brasil já teve, não só do ponto de vista intelectual como de caráter. Eu tinha uma admiração imensa pelo San Tiago. E foi feita muita campanha contra ele, porque ele organizou o Partido Socialista.

L.H. - Não. Ele entrou para o PTB.

A.M. - E', ele foi para o PTB. Havia uma reação grande contra o PTB, porque o PTB, fundado por Getúlio, criado com Brizola no Sul, veio com uma conotação muito contra a orientação democrática que nós tínhamos. Então os homens do PTB eram um tanto ou quanto malsinados por nós.

Este é que é o aspecto. Mas, de uma maneira geral, sentiu-se o interesse em não tumultuar. A impressão que se tinha era de que se queria tranquilizar o Brasil - que estava inteiramente convulsionado -, para que houvesse um governo real mas, principalmente, sem que o Jango tivesse força. Então, não foram colocados no ministério elementos do Jango. Nenhum deles era elemento muito chegado. Não me recorde de haver no primeiro ministério nenhum homem ligado ao Jango ou ao Brizola.

A.C. - O senhor disse que teve encontros, ligações com San Tiago Dantas. Como isso é que se deu?

A.M. - Como já disse, conheci San Tiago quando fiz concurso para a Escola de Estado-Maior. Ele era da Câmara dos 40 e andou dando uma porção de aulas da economia política para um grupo de candidatos, entre os quais eu estava. Tive grande admiração por ele.

Eu tinha relações de família com o Tasso da Silveira e com o Raimundo Padilha. Então, depois, eu encontrava às vezes o San Tiago. Mais tarde, na Escola Superior de Guerra, quando nós estávamos montando a doutrina de segurança, ele foi um dos conferencistas chamados para nos dar idéias. Ele fez várias conferências. E eu é que fui o contato da escola com ele. Tudo isso, então, fez com que houvesse uma certa camaradagem entre nós, mas nunca tive intimidade.

A.C. - Sobre o que ele falou na Escola Superior de Guerra?

A.M. - Sobre a estrutura político-social do Brasil. As conferências do San Tiago existem aí. Há duas ou três. Foi a primeira vez em que nós ouvimos falar de Max Weber e dos estamentos... Quando uma autoridade - o Cantídio - disse que o estamento militar não seria ouvido, eu me lembrei do San Tiago.

L.H. - Não parecia ao senhor que o San Tiago estava um pouco dissonante com o PTB da época?

A.M. - Mas ele tinha que estar! Ele tinha uma formação que não se coadunava com os homens que realmente dirigiam o PTB. O PTB gaúcho é que dominava o PTB nacional.

A.C. - Como ele mesmo se definia, ele era uma esquerda positiva.

A.M. - E'. Sempre quis muito bem ao San Tiago.

L.H. - No Exército existe alguma expressão especial para designar quem está sem comissão? No Itamarati diz-se que o "embaixador está no corredor".

A.M. - Há uma expressão, daqui a pouco sai...

L.H. - De qualquer forma, sentia-se uma tentativa de normalização da vida do país.

A.M. - Havia interesse na normalização e todos nós a queríamos, porque sentíamos que dentro do problema político - isso é que é fundamental - nós estávamos acompanhando, e não era de hoje, o problema ideológico crescente. E aí é que o problema ideológico começou a montar.

Aí entrou uma fase de grande responsabilidade, onde as autoridades militares uniram o Exército através do trabalho de preparação contra a guerra revolucionária. A Escola Superior de Guerra fez uma porção de conferências sobre ela, definindo o que é guerra revolucionária. O Estado-Maior do Exército fez uma série de conferências e as distribuiu

pelos comandos. Eu, pessoalmente, que estava interessado em me aprofundar no assunto, consegui muita documentação, inclusive com o Golberi.

L.H. - Mais tarde, já perto da revolução, o Bilac Pinto fez um discurso sobre a guerra revolucionária. Ele já estava em contato desde esse período?

A.M. - Quem deu os documentos para ele fui eu. Dei para ele e para aquele que foi presidente do Congresso e que depois reagiu ao fechamento do Congresso... O Adauto Lúcio Cardoso. O Adauto e o Bilac estiveram em minha casa, para eu dar a documentação.

A.C. - E essa documentação chegou ao senhor via general Golberi?

A.M. - Nós estamos dando um pulo para a frente. Nesse período em que nós sentimos o comunismo cada vez mais cercando o Jango, que não era comunista, mas não tinha nenhuma qualidade de mando nem capacidade de perceber o que estava acontecendo, as forças armadas começaram a se unir e se preparar para enfrentar a maré montante, que vinha fatalmente. E, nesse particular, houve um trabalho intenso em todos os setores. Coletaram-se dados e documentos para estudo. Na Escola Superior de Guerra há uma série de conferências. É só procurar lá. Fizeram-se conferências: o que é guerra revolucionária, como combatê-la, quais são suas técnicas. No Estado-Maior, a mesma coisa, buscando-se outros elementos. E no estrangeiro foi-se pesquisar, inclusive, a documentação russa.

Nessa ocasião tomei conhecimento, por exemplo, da cartilha revolucionária de Lenin, que foi o primeiro grande revolucionário. Tomei conhecimento do trabalho de Mao Tsetung, na Escola da Criméia. Foram dois anos - de 62 a 64 - em que as forças armadas trabalharam intensamente, em todos os setores, para compreender o problema que estava se passando no Brasil e noutros países do mundo. Houve a conquista do poder na Checoslováquia: pela primeira vez se utilizou a conquista do poder por meios pacíficos. Aquilo foi analisado por nós. Nós tivemos uma porção de documentação e eu fiz referência a isso dentro daquela minha palestra. Foram feitos vários livros sobre a conquista pacífica do poder.

[FINAL DA FITA 31-A]

A.M. - Mas estava se formando nessa ocasião, nas forças armadas, um espírito, uma consciência de luta contra a guerra revolucionária bolchevista, sem o menor espírito político-partidário. Nessa hora, o que se estava enfrentando era a ideologia, que estava num montante.

A.C. - E o senhor disse que estavam todos muito avisados para o aspecto da guerra pacífica.

A.M. - Muitos aspectos... E nós estávamos identificando, aos poucos, que o que se estava passando no Brasil era exatamente o preparativo para a conquista pacífica do poder, que era então preconizada também pelo Partido Comunista Brasileiro.

L.H. - Pelo que eu estou entendendo, desde o momento em que o Jango tomou posse, a coisa correu mais ou menos em dois níveis: politicamente, sentiu-se uma vontade de normalização, mas ideologicamente, sentiu-se que a maré continuava subindo.

A.M. - E nesse momento, a maior preocupação era evitar que a maré montante do marxismo pudesse dominar o Brasil, através de um governo fraco e dominado pelos marxistas.

L.H. - Impedir que a maré montante encontrasse um político, digamos.

A.M. - Porque aí ia complicar.

A.C. - O senhor fez um comentário rápido, dizendo que ninguém tinha medo de perder essa luta, porque o grupo estava muito forte.

A.M. - Não... Nós tivemos muita preocupação! Eu, pelo menos, perdi o medo no momento em que houve o meu episódio com o Brizola em Natal.

L.H. - Já em 1963, portanto.

A.M. - Em maio de 1963, houve aquele meu episódio e recebi uma demonstração de apoio de todo o Brasil. Estão no meu arquivo: montes de telegramas, de listas e tudo isso, da melhor gente do Brasil e dos melhores chefes militares do Exército. Eu não conhecia muito os da Marinha e da Aeronáutica, mas todos os grandes chefes do Exército se manifestaram. Então, nessa hora, eu tive consciência perfeita de que derrubaríamos o comunismo. A manifestação foi a primeira polarização de opinião dentro das forças armadas, que são naturalmente muito recatadas. Nós, no Exército, evitamos discussões políticas. Já falei nisso várias vezes. Só nos momentos de grande agitação é que nós saímos. Às vezes só vamos saber as opiniões *a posteriori*, temos mais que advinhar, presentir do que ouvir. Mas naquela ocasião houve uma demonstração de que as forças armadas eram imunes ao comunismo. Se eram imunes, não haveria perigo.

A.C. - Essa decisão do general Golberi de ir para a reserva era muito grave, porque era uma ruptura com todo seu passado militar.

A.M. - Ele cortou sua carreira militar, porque ele não se conformou de ficar servindo com o Jango.

A.C. - E isso o deixou, mais do que nunca, também livre para...

A.M. - Depois ele uniu-se. Aí é outro... O meu reencontro com ele... Mas eu chego lá... Vamos devagar. Esse período é muito importante. Os anos de 1962, 1963 e começo de 1964 são fundamentais para entender a Revolução de 64.

Deu-se, então, a minha ida para o Nordeste. E eu quero aí, como sempre, cobrir o aspecto militar, depois eu quero falar de uma parte ainda militar e política e, finalmente, vou falar do ambiente do Nordeste. Esses aspectos são fundamentais para entender muita coisa do que está aí e que não está escrita.

O IV Exército, tinha sob sua área três regiões militares: a maior delas é a sétima, que é o Nordeste e compreende Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte; Ceará, Maranhão e Piauí formam a 10ª. Região Militar que o Castelo comandou quando veio de Belém, depois ele foi promovido e nessa ocasião ele estava na Diretoria de Ensino do Exército; e vem a área da Bahia, onde estava o Manuel Mendes Pereira, que tinha ido comigo para Leavenworth, um companheiro bom, firme; lá também esteve o Souza Aguiar. Na 7ª. Região, havia um comandante do Recife e um general-de-brigada comandando a ID em Natal. Em João Pessoa, havia um comandante do Grupamento de Unidades de Engenharia de Construção, que era uma unidade especializada, subordinada à Diretoria de Obras do Exército, do Rio de Janeiro, do ponto de vista técnico. Mas do ponto de vista disciplina, defesa e segurança, era subordinado ao IV Exército. Dessa maneira, o comandante da ID de Natal é o substituto normal do comandante da divisão. E como ele é general-de-divisão e os comandantes da 10ª. e da 8ª. regiões são generais-de-brigada, o comandante da 7ª. Região é normalmente o substituto eventual do comandante do Exército. Isso precisa ser esclarecido, porque vai influir nas minhas andanças. Nessa ocasião, fiquei no Nordeste de fevereiro de 1962 a setembro de 1963. Nesse período, eu assumi cinco vezes o comando da região e umas duas ou três vezes o comando do Exército.

A.C. - O senhor era o terceiro na hierarquia no IV Exército.

A.M. - Era. Apesar de que, como eu disse, o Lindemberg, por exemplo, era mais antigo do que eu, mas ele era subordinado ao Exército apenas para disciplina e segurança. Ele não tinha uma subordinação técnica: as unidades eram ligadas ao Rio. Então, ele nunca assumia o cargo. Ele estava em João Pessoa. Eu conto esse problema porque isso fez com que eu ficasse feito diabolô: dois, três, quatro meses em Recife; cinco, seis meses em Natal; voltei para Recife, passei mais uma temporada; voltei para Natal. Então, eu divido entre as duas cidades esse período que eu passo no Nordeste. E entre dois ambientes, com uma porção de conseqüências.

Cheguei ao Recife, onde me apresentei ao IV Exército, que era comandado pelo Costa e Silva. Estava saindo do comando da 7ª. Região um general que era de engenharia. Então, já de saída fui a Natal, assumi o comando e voltei para Recife para assumir o comando da região. Passei um ou dois dias em Natal, o tempo suficiente para assumir, e já comecei a minha vida no Recife.

L.H. - A sua família ficou instalada em Natal?

A.M. - Não. Passei pelo Recife e deixei a família lá. Virgínia tinha todos os parentes lá, de maneira que não houve problemas. O meu sogro tinha morrido, mas havia os irmãos. E mais: o Exército tem, em Natal, uma casa de hóspedes. Eu me alojei num apartamento pequeno dessa casa de hóspedes. Inclusive, no apartamento vizinho ficou o Lauro Alves Pinto. Como a minha família era muito grande, uma parte dos filhos ficou no apartamento dele.

A.C. - Mas o senhor, nessa altura, depois do Marcelo, não tinha tido mais nenhum filho.

A.M. - Em 63, nasceu a Nena.

Dali em diante eu comecei um período lá em Recife, até a chegada do novo comandante da região, que foi o Nilo. Voltei para Natal. Daí a pouco, o Nilo saiu e lá voltei eu para o Recife. E assim fiquei. E aí entram as características das minhas atividades nessas duas guarnições.

O comandante da guarnição do Recife era do Exército. A guarnição de Natal, responsável pelo estado do Rio Grande do Norte, está a cargo do comandante da ID 7, Infantaria Divisionária da 7ª. Região Militar. Esse comandante era eu.

Cheguei ao Recife e encontrei um Nordeste completamente diferente daquele que eu deixara um ano antes. Nesse pouco tempo, houve uma transformação enorme, porque tudo tinha se exacerbado, do ponto de vista do comunismo e dos problemas sociais.

Nesse período Arrais havia assumido a prefeitura. O padre Melo havia organizado os sindicatos rurais. Julião já tinha formado as Ligas Camponesas. As Ligas Camponesas estavam se infiltrando em todo o Nordeste e já tinham penetrado, ou estavam para penetrar na Paraíba, com uma situação tremenda na região de Sapé. O Nego Fubá fazia miséria na Paraíba e de vez em quando havia invasões de engenhos, tanto na Paraíba quanto em Pernambuco. No Rio Grande do Norte, dom Eugênio conseguiu frear a subida das Ligas Camponesas, através do SAR - Serviço de Assistência Rural - de dom Nivaldo Monte, que era ajudado por dona Julieta Calazans. Depois sofreu... e me procurou... Essas histórias são complicadas. A vida...

L.H. - O Aluísio Alves já estava no Rio Grande do Norte?

A.M. - Estava o Aluísio Alves, muito firme. Ele sempre teve uma atitude democrática muito firme. Gosto muito dele. Ele foi cassado, mas eu sempre o cumprimentei. Ele foi muito correto comigo e com o Brasil. Teve atitudes muito sérias. Mas eu chego nos episódios.

Em Alagoas, o problema estava mais ou menos contido. Engraçado, Alagoas nunca teve grandes problemas. Depois da fronteira de Pernambuco com Alagoas, paravam os problemas nos engenhos.

A.C. - Um pouco misterioso, não é?

A.M. - Não sei, mas era um fato.

Em Pernambuco, as coisas no campo eram habitualmente exploradas na cidade. Nos meios intelectuais do Recife, muitos daqueles meus amigos estavam voltados para os problemas sociais, que eram graves (com os quais eu também me preocupava), tentando resolvê-los, inclusive com a ajuda dos comunistas, se possível. Houve, então, dois fatos que eu vou relatar.

Um deles foi com a Anita Paes Barreto. Discutindo os problemas rurais, eu disse que era preciso ter cuidado para não estar junto com os comunistas, porque se estaria ajudando a maré montante dos comunistas. Ela disse: "Mas Antônio Carlos, (ela me chamava de Antônio Carlos por causa de Virgínia; era amizade de família de toda a vida), você veja: se uma prostituta for atropelada no meio da rua eu vou socorrer. Se vierem os comunistas, por que é que eu vou deixar?" Eu disse: "Você pode ajudar, mas você não vai fazer a vida da prostituta. Isso é que é preciso compreender. A gente pode ajudar o homem do Nordeste,

que é sofrido e que eu admiro, porque um outro povo, com esse sofrimento, já se teria revoltado. E ele ainda é absolutamente tranqüilo."

No outro episódio, eu estava numa das minhas vezes de ficar comandando a 7ª. Região, quando recebi um documento, uma cartilha feita por duas senhoras do Recife: uma professora, mulher de um oficial que estava no Nordeste e que era comunista (todo mundo conhecia), e a mulher do Germano Coelho, que tinha fundado o Movimento de Cultura Popular.

A.C. - Foi o Germano Coelho ou a mulher que fundou?

A.M. - O documento é da mulher do Germano. O Movimento de Cultura Popular é que é do Germano. Achei que a cartilha era um documento perigoso, porque... depois acusou-se o Paulo Freire. A cartilha do Movimento de Cultura Popular é um documento que induz à luta de classes.

L.H. - É aquela cartilha de alfabetização?

A.M. - Sim. Aquela cartilha cheia de atitudes e concepções subliminares conduzindo à luta de classes. Eu achei que aquilo não podia ser. Ela estava para ser editada. E, nessas coisas, eu não perdôo: mandei chamar o editor e apreendi toda a edição. Não quis saber de política. A segurança é responsabilidade do Exército, então apreendi toda a edição. Deu um bolo danado, depois eu tive que informar por que eu tinha apreendido a cartilha. Eu disse: "Façam agora o que quiserem. Eu não deixo sair."

Mas, nessa ocasião, eu chamei o Germano, irmão do meu cunhado que hoje é reitor. Toda a família é muito boa. A mãe do Germano estava muito preocupada com ele, porque ele sempre teve muita sensibilidade para os problemas sociais.

L.H. - São aparentados ao Nilo Coelho?

A.M. - Não. São de outro ramo completamente diferente. O Nilo é dos Coelho de Petrolina, do oeste de Pernambuco, e esta família Coelho veio da Paraíba para se fixar em Pernambuco. O irmão mais velho é o Gilvano Coelho. Há o Marcelo Coelho, que é casado com uma das irmãs de Virgínia, o Fernando Coelho, que é deputado e é muito amigo do Marcos Freire. Há a Célia, uma porção de irmãos e irmãs, uma casada com um médico, o Ciro de Andrade Lima - que é um dos grandes médicos do Recife -, outra com o Sílvio Loreto, filho do ex-governador do estado. Conheci todos. É uma família imensa.

Então, eu chamei o Germano: "Germano, você já leu esse documento, a cartilha que a tua mulher, Norma, fez?" E ele: "Antônio Carlos, estive lendo..." Comecei a discutir com ele. Mostrei os inconvenientes da cartilha, falei sobre o Movimento de Cultura Popular e disse que ele já estava sendo considerado comunista nos meios do governo e nos meios militares. Depois houve um episódio engraçado com o Castelo... No meio da conversa, o Germano começou a explicar porque ele estava fazendo uma porção de coisas no Movimento de Cultura Popular. Disse: "Tive a idéia de desenvolver o Movimento de Cultura Popular" e mostrou as bases, realmente muito interessantes, para levantar o nível social e ajudar o povo miserável do Nordeste. A intenção era a melhor possível, mas ele se juntou aos comunistas. E eu disse: "Mas por que você se junta com A, B, e C? São comunistas!" Ele

disse: "Ah, Antônio Carlos, é porque eu quero a ajuda deles (é a coisa dos católicos do Recife), nós precisamos da ajuda deles, e vamos resolver juntos. Agora, eu vou trabalhar de maneira a sobrepujá-los, eles não vão ter voz ativa no movimento." Eu disse: "Germano, pura ilusão. Você é um homem sério. É um homem idealista, um sonhador. Você não olha pragmaticamente os problemas ideológicos. Você vai ser envolvido e dominado pelos comunistas no movimento." Depois, ele me confessou que foi. Não teve mais saída dentro do movimento.

A.C. - Ele era católico?

A.M. - Sim. Então, às vezes, quando me diziam, no Estado-Maior do Exército, "Aquele parente de sua mulher é comunista!" eu respondi: "Não é não. Diga que ele está na beira de uma pirambeira e se derem um empurrão ele cai, mas por enquanto ele não caiu ainda. Ele não é comunista."

A mãe dele, dona Maria, várias vezes veio a mim e disse: "Antônio Carlos, pelo amor de Deus, me ajuda a tirar o Germano disso." Ela me pedia muito para ajudar. Eu dizia: "Olha, dona Maria, o Germano não é comunista." E ela: "Mas eu tenho medo de que ele acabe se envolvendo e depois se torne comunista." E eu: "Não tenha medo, ele tem uma formação muito sólida. Ele tem uma boa cultura religiosa, uma boa estrutura, ele nunca será um comunista. Mas, ele é um idealista e quer resolver, junto com os comunistas, o problema do Nordeste. Não encontram solução: cada um quer uma coisa diferente."

A.C. - Uma coisa que chocava um pouco na cartilha e que provavelmente também o chocou era a tentativa de alfabetizar através dos problemas que aquela comunidade vivia. Isso era, ao mesmo tempo, uma forma inteligente de apressar esse processo, mas...

A.M. - Isso era a base, tanto na cartilha do Movimento de Cultura Popular, quanto depois, no método Paulo Freire. É o aproveitamento do ambiente para desenvolver, em torno de uma idéia-chave, a cultura.

A.C. - Como o ambiente era, como o senhor diz, triste mesmo, insustentável, a coisa adquiria uma conotação social muito forte.

A.M. - A senhora não sabe como nós sofriamos com aquela pobreza! Esse problema da seca: acompanhei duas secas no Nordeste, é uma desgraça! Ver o retirante é uma coisa dolorosa! É triste ver um homem ser explorado num barracão, o governo mandar mantimentos e esses mantimentos serem vendidos a peso de ouro, quando deveriam ser distribuídos! Foi preciso jogar o Exército, para apreender os mantimentos, porque o negócio era violento! A indústria da seca funcionava mesmo, nessa ocasião. Uma seca era a oportunidade para muita gente ganhar dinheiro, esta é uma verdade! Víamos isso e lutávamos! Mas os comunistas lutavam também, com uma outra intenção. E, no meio, havia um grupo de pessoas bem-intencionadas, que queriam ajudar quem quer que fosse. Mas estavam muito mais do lado comunista do que do nosso lado. Não acreditavam muito na ação governamental.

A.C. - O Arrais, nesse sentido, talvez estivesse mais próximo do Germano Coelho do que dos comunistas? Ele era o prefeito.

A.M. - Era. Depois o governador. O Arrais era a esperança que todo esse pessoal católico tinha no governo do estado. Então, crescia um grupo pró-Arrais. Crescia esse ambiente de apoio a Arrais, de compreensão e defesa de Julião... Houve um apoio ao padre Melo. Depois o padre Melo se mostrou ferozmente anticomunista e então eles romperam com ele, e eu tive mais tarde, que apoiar o padre Melo. Veio o padre Crespo, que junta no interior diversas atividades da Igreja também numa linha que nós hoje chamaríamos de progressista, eu acho isso...

A.C. - E no fundo o Crespo foi um organizador, mais do que o Melo.

A.M. - Foi! O padre Melo rompeu com o Crespo e fundou os sindicatos do Cabo, separados do Crespo; ele começou com o Crespo.

Eu mesmo compareci a várias reuniões, porque eu ia prestigiar essas coisas. Digo sempre: "Ninguém tenha dúvida de que o Julião é comunista. Ele tem uma porção de defeitos, mas foi, entretanto, o homem que despertou a consciência do Nordeste para os problemas sociais. Eu faço justiça ao Julião."

A.C. - O Julião era marxista, mas não era comunista.

A.M. - Sim, era marxista. Puramente teórico. Era inteligente e de ação. Foi ele quem realmente fez levantar o problema social na própria Igreja.

L.H. - Num certo sentido, então, ele ajudou, no início?

A.M. - Ajudou! E a Igreja o ajudava. O padre Crespo... E eu, inclusive assisti a várias reuniões do padre Crespo com esse grupo. A essas coisas eu nunca fugi. Eu ia lá, porque estava acompanhando o problema social, interessado em ajudar a resolvê-lo. Eu fazia relatórios de tudo isso. Mantinha o comandante do IV Exército e, indiretamente o ministro, ao par de tudo que estava acontecendo.

A.C. - Como foram essas reuniões? De fundação dos sindicatos, de católicos...

A.M. - Eram reuniões de orientação sobre a conduta em determinadas circunstâncias. Nunca assisti a qualquer dessas reuniões de criação de sindicatos, porque eu era contrário.

L.H. - Era mais uma reunião das pessoas que iam liderar certos movimentos?

A.M. - Sim. Iam atuar em certas áreas.

A.C. - O senhor ia no Recife?

A.M. - As reuniões eram no Recife ou, naqueles municípios mais perto, principalmente na região do Jaboatão, onde havia um núcleo comunista muito intenso. Mas Jaboatão é ali, a dois passos.

A.C. - Não é por acaso que os sindicatos foram criados exatamente em Jaboatão.

A.M. - Era o núcleo comunista... chamado "Moscouzinho".

Esse ambiente tem que ser visto em conjunto, porque eu fui e voltei, fui e voltei. Então, estou vendo agora o problema em Pernambuco.

Nesse momento, a Igreja começou a interferir e o bispo, dom Carlos Coelho, ficou preocupado. O padre Almeri Bezerra, que depois largou a batina, começou a escrever diariamente num jornal. Hoje os progressistas são "pinto" perto do padre Almeri Bezerra.

Vendo aquilo, fui procurar dom Carlos Coelho. Ele compreendeu e disse: "General Muricy, eu quero que o senhor me ajude. Eu estou numa situação muito difícil. Vá procurar o padre Almeri." Virgínia, como eu disse, tinha sido líder católica na área estudantil. Então, tinha uma penetração no meio da Igreja e várias de suas amigas também. Fomos procurar o padre Almeri, na igreja do Espinheiro. Tivemos uma conversa longa com o padre Almeri. Ele procurou se justificar, mas eu senti que ele nunca...

[FINAL DA FITA 31-B]